

GOVERNO DE GOIÁS
Marconi Ferreira Perillo Júnior

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
José Carlos Siqueira

CHEFIA DE GABINETE
Leônidas de Lima Neto

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA
Humberto Tannús Júnior

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICA, PESQUISA E INFORMAÇÃO
Lillian Maria Silva Prado

CONSELHO EDITORIAL
Lillian Maria Silva Prado
Marcelo Ladvocat
Paulo Borges Campos Jr.

COORDENAÇÃO
Marcos Fernando Arriel

EQUIPE TÉCNICA
Alex Salvino Dias
Dinamar Maria Ferreira Marques
Lillian Maria Silva Prado
Marcelo Cardoso da Silva
Marcos Fernando Arriel

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.
As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da
Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento.

Tiragem: 800 exemplares

Conjuntura Econômica Goiana, n. 04 - (2004-).
Goiânia: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, 2004.
64p. : il

Trimestral

ISSN 1807-4871

CDU; 338

SEPLAN
SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO



GOIÁS

Um Estado melhor a cada dia



Sepin

Superintendência de Estatística
Pesquisa e Informação

Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira nº 3 Centro
CEP 74.003-010 - Goiânia - Goiás
Tel: (62) 201-7878

Internet: www.seplan.go.gov.br/sepim
e-mail: sepim@seplan.go.gov.br

Sumário

<i>Apresentação</i>	<i>2</i>
<i>Economia Goiana - Primeiro Trimestre de 2005</i>	<i>3</i>
<i>Expansão Urbana ou Ocupação (In)Sustentável da Zona Rural do Município de Goiânia?</i>	<i>8</i>
<i>Estudo da Economia da Saúde em Goiânia</i>	<i>16</i>
<i>Educação e Economia em Goiás</i>	<i>22</i>
<i>Goiás: quais os Caminhos para o Desenvolvimento?.....</i>	<i>29</i>
<i>A Reforma Tributária e os seus Impactos na Estrutura Produtiva Goiana</i>	<i>34</i>
<i>Biodiesel Fonte de Energia Alternativa</i>	<i>38</i>
<i>O Sistema de Integração da Avicultura de Corte em Goiás.....</i>	<i>41</i>
<i>Produção e Oferta de Alho em Goiás.....</i>	<i>46</i>
<i>Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos</i>	<i>52</i>
<i>Incentivos Fiscais em Goiás e PIB Industrial Nominal de São Paulo e Goiás de 1990 a 2001</i>	<i>58</i>
<i>Pesquisa de Investimentos no Estado de Goiás</i>	<i>61</i>
<i>Pesquisa de Satisfação</i>	<i>64</i>

A apresentação

É com grande satisfação que a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento entrega ao leitor do boletim trimestral **Conjuntura Econômica Goiana** a sua quarta edição. Com o fiel objetivo de promover o debate de idéias e a análise objetiva de aspectos econômicos e sociais do Estado de Goiás, a publicação, com essa edição, fecha o ciclo referente a um ano. Com esse feito, celebramos o sucesso de mais uma parceria exitosa entre tantas que a Seplan e demais órgãos do Governo do Estado vêm praticando com um interesse único, o de servir cada vez melhor aos cidadãos goianos.

No decorrer das quatro edições, como não poderia ser diferente, algumas melhorias foram sendo adicionadas à idéia inicial. A partir da terceira edição o boletim passou a contar com uma análise conjuntural como primeiro artigo. A Pesquisa de Investimentos para Goiás, cuja primeira intenção era de se tornar trimestral, passou a ser semestral, período mais adequado para captar novas informações. Nessa quarta edição inauguramos uma pesquisa de satisfação do leitor, para podermos verificar se estamos no caminho certo.

Nesse número, a publicação apresenta, após análise da conjuntura goiana, como já se tornou uma praxe, artigo que acalora ainda mais o debate sobre o desenvolvimento de Goiânia. O Professor Aristides Moysés lança um olhar crítico sobre a ocupação do espaço rural da capital em seu artigo intitulado "Expansão Urbana ou Ocupação (In)Sustentável da Zona Rural do Município de Goiânia". Ainda sobre Goiânia, a professora Leyci Francisca da Silva observa a relação entre as questões de saúde pública em Goiânia e os condicionantes socioeconômicos da população no artigo "Estudo da Economia da Saúde em Goiânia".

O artigo do Professor Paulo Borges Campos Jr. em parceria com a pedagoga Rosarlane Gláucia Mendonça Campos "Educação e Economia em Goiás" expressa o significado e a importância que a educação tem nas relações econômicas locais, particularmente com a formação para o trabalho. O economista César Augustus de Freitas propõe debate em torno das idéias de desenvolvimento regional e as perspectivas de implementação das políticas regionais em Goiás nas duas últimas décadas, no artigo "Goiás: quais os Caminhos para o Desenvolvimento?".

Uma outra parceria foi formada para a produção do artigo "A Reforma Tributária e os seus Impactos na Estrutura Produtiva Goiana", de autoria dos economistas Marcelo Ladvoat e Karine Cristiane Ferreira. O economista Júlio Alfredo Rosa Paschoal nos mostra os ganhos econômicos, sociais e financeiros do biodiesel para o estado de Goiás em "Biodiesel Fonte de Energia Alternativa". A professora Joana D'Arc Bardella Castro presta importante colaboração com seu artigo "Produção e Oferta de Alho em Goiás". A estimativa do PIB dos municípios, em série histórica de 1999 a 2002, calculada pela Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação da Seplan em parceria com o IBGE, é analisada no artigo "Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos" pelos economistas Dinamar Maria Ferreira Marques e Marcos Fernando Arriel.

Por fim, o derradeiro artigo inaugura uma seção dedicada a resumos de monografias de graduandos do curso de economia. Nessa edição o artigo selecionado foi o de Claudiene Nogueira Pacheco Gomes, graduada em economia, intitulado "Incentivos Fiscais em Goiás e PIB Industrial Nominal de São Paulo e Goiás de 1990 a 2001". Com essa nova seção esperamos incentivar e descobrir novos talentos da área da economia em Goiás.

Com a finalização de mais essa edição, expressamos mais uma vez nossos agradecimentos a cada um dos colaboradores e renovamos o convite para continuarem prestigiando o Boletim Conjuntura Econômica Goiana, no seu objetivo de difundir informações e análises e, assim, fomentar a discussão sobre temas de desenvolvimento econômico e social de Goiás.

José Carlos Siqueira
Secretário do Planejamento e Desenvolvimento



Economia Goiana

- Primeiro Trimestre de 2005

O primeiro trimestre de 2005 caracterizou-se no ambiente externo pela continuidade da desvalorização do dólar frente ao euro e ao iene, bem como pela elevação das taxas de juros nos Estados Unidos, com tendência de alta até o final do ano, o que se somado a outros fatores pode levar a uma diminuição no fluxo de recursos para países emergentes. No caso brasileiro, foi possível de se observar pela forte retirada de recursos aplicados no mercado financeiro.

No cenário interno, manteve-se o quadro de valorização do real frente ao dólar, acompanhando a tendência internacional, reforçada ainda mais pela elevada taxa de juros interna e pelo crescente superávit comercial que leva a uma ampliação das reservas em moeda estrangeira. Apesar da valorização do real e da queda dos preços de alguns commodities agrícolas, o país continuou apresentando superávits comerciais.

Outro fato relevante ocorrido no período foi a não renovação do acordo com o Fundo Monetário Internacional. O Ministério da Fazenda sinalizou que manterá o mesmo rigor fiscal, bem como uma política monetária restritiva, via elevação de juros visando manter a taxa de inflação de acordo com a meta prevista, embora os agentes do mercado projetem uma aceleração do nível de preços para um patamar acima do proposto, principalmente em decorrência dos preços administrados e de commodities como petróleo e ferro que impactam nos custos de diversos segmentos industriais. Porém está afastada a hipótese de uma inflação ocasionada por uma forte ampliação da demanda. Alguns seto-

*Equipe de Conjuntura - Seplan**

res industriais começam a sentir o peso da elevação das taxas de juros, porém o efeito da ampliação das exportações garantiu resultado positivo na indústria que apresentou crescimento de 3,9 % no primeiro trimestre de 2005 se comparado a 2004, impulsionado pelo setor de bens de consumo duráveis.

A economia goiana não sofreu alterações bruscas no trimestre, se comparado ao último semestre de 2004. O fato mais relevante continuou sendo a queda do preço dos commodities agrícolas, principalmente soja, que reflete nitidamente na economia do estado. Na indústria, o setor de alimentos continua com uma forte expansão das atividades. A maior parte dos indicadores apresentou variações relacionadas a questões sazonais, sendo que o nível de emprego formal inicia seu ciclo de expansão no primeiro trimestre, atingindo o auge no terceiro trimestre devido ao agronegócio. A questão cambial impactou fortemente o valor das exportações do estado, além da sazonalidade, haja vista que o segundo e o terceiro trimestre são mais representativos para as exportações goianas em decorrência do período de colheita da safra de grãos.

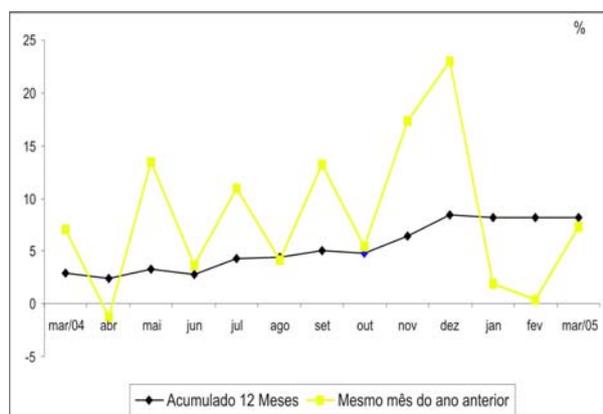
Indústria

A produção industrial de Goiás cresceu 7,36% no mês de março de 2005 comparado a igual período do ano passado. No acumulado do ano o crescimento foi de 3,38% e nos últimos doze meses, de 8,15%. O incremento do mês de março foi motivado principalmente, pela expansão de (14,62%) em alimentos e bebidas, com destaque para a fabricação de farinhas e "pellets" de soja, óleo de soja refinado; metalurgia básica (12,15%), fruto da boa performance de ferronióbio e ferroníquel. Por outro lado apresentaram recuo produtos químicos (12,35%) e minerais não-metálicos (12,51%).

* Dinamar Maria Ferreira Marques, Marcelo Cardoso da Silva, Marcelo Eurico de Sousa, Maria de Fátima Mendonça Faleiro Rocha e Marcos Fernando Arriel



Gráfico 1
Estado de Goiás: Variação da
Produção Industrial Física



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa
 Elaboração: Seplan-GO/Seplin - Gerência de Contas Regionais - 2005

A produção acumulada no primeiro trimestre de 2005 subiu 3,38%, demonstrando o menor ritmo de expansão frente aos desempenhos dos outros trimestres do ano passado. Os segmentos que mais influenciaram positivamente foram: alimentos e bebidas, que desde o ano passado tem se revelado como o pilar de sustentação do crescimento da indústria goiana; indústria extrativa e metalurgia básica. Por outro lado, a queda no setor de produtos químicos é explicada pelo recuo na fabricação de adubos e fertilizantes, sendo o principal impacto negativo no resultado acumulado do trimestre, pois seu peso é significativo no total da indústria de minerais não-metálicos, além da queda na fabricação de cimento e placas cerâmicas.

Tabela 1
Estado de Goiás: Pesquisa Industrial Mensal Produção Física
(Base: Igual período do ano anterior=100)

Segmentos	Variação (%)				
	2004				2005
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim
Indústria extrativa	-9,36	-10,74	47,11	24,32	2,79
Indústria de transformação	5,94	6,92	6,82	13,27	3,44
Alimentos e bebidas	5,28	6,35	9,07	12,26	5,75
Produtos químicos	21,11	12,23	0,00	22,32	-12,24
Minerais não-metálicos	0,07	18,52	3,79	16,83	-0,68
Metalurgia básica	-4,83	-2,25	2,54	3,60	13,20
Industria geral	4,25	5,22	9,42	14,17	3,38

Fonte: IBGE - acompanhamento de safra 2004 / 2005
 Elaboração: Seplan-GO / Seplin - Gerência de Contas Regionais - 2005

Comércio Varejista

O comércio varejista em Goiás, seguindo a tendência nacional, apresentou resultados favoráveis no primeiro trimestre de 2005, superiores à média nacional tanto no que tange ao volume de vendas (12,94% contra 5,00%) quanto à receita nominal (25,64% contra 14,36%). O setor hipermercados, supermercados produtos alimentícios, bebidas e fumo foi um dos destaques com crescimento no volume de vendas acumulado de 17,70% e na receita nominal de 22,02%. Esta expansão está nitidamente ligada ao aumento do consumo de alimentos, o que já era previsto para o ano de 2005, fato que pode ser observado pelo crescimento do subsetor hipermercados e supermercados, que aumentou as vendas e a receita nominal em 14,29% e 18,53% respectivamente. Outro setor que teve recuperação foi o de combustíveis e lubrificantes.

Ainda que a base de comparação seja reprimida, Goiás apresentou um resultado superior à média nacional. O setor de móveis e eletrodomésticos continua com resultados positivos, decorrentes da concessão de crédito por parte das grandes redes varejistas. Outro setor com resultados representativos foi o de material de construção, que apresentou um crescimento no volume de vendas de 11,52% e de 25,28% na receita de vendas. Este dado é relevante, pois a construção civil é um setor sensível a aumentos na renda e ao mesmo tempo gerador de empregos. Os setores que apresentaram resultados negativos foram: equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação e outros artigos de uso pessoal e doméstico. No geral observa-se que os segmentos de consumo sensíveis a variações no nível de renda tiveram resultados muito positivos em Goiás no primeiro trimestre.



Tabela 2

Variação de volume de vendas no comércio varejista ampliado - primeiro trimestre de 2005

Segmentos	Variação (%)			
	Brasil		Goiás	
	Março	No ano	Março	No ano
Combustíveis e Lubrificantes	-8,33	-5,42	9,21	4,23
Hipermercados super. prod. alimentícios, bebidas e fumo	10,94	6,13	29,59	17,70
- Hipermercados e Supermercados	9,00	4,95	20,68	14,29
Tecidos, vestuários e calçados	0,85	1,70	15,16	13,91
Móveis e eletrodomésticos	17,99	18,19	13,98	11,53
Artigos farmac. médicos, ortop. perfumaria e cosméticos	2,39	1,36	8,23	6,03
Livros, jornais, revistas e papelaria	2,26	2,68	54,55	18,98
Equip. e materiais p/ escritório, inform.e comunicação	37,63	18,08	-9,89	-26,05
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	27,60	16,06	5,57	-10,48
Veículos, motores, partes e peças	5,01	5,30	10,12	14,97
Material de construção	-7,78	-3,87	8,58	11,52
Comércio varejista geral	6,26	5,00	14,74	12,94

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio.

Tabela 3

Variação de receita nominal de vendas no comércio varejista ampliado primeiro trimestre de 2005

Segmentos	Variação (%)			
	Brasil		Goiás	
	Março	No ano	Março	No ano
Combustíveis e Lubrificantes	10,19	11,20	32,46	26,24
Hipermercados super. prod. alimentícios, bebidas e fumo	14,88	9,75	33,29	22,02
- Hipermercados e Supermercados	12,89	8,53	24,21	18,53
Tecidos, vestuários e calçados	11,26	12,16	29,03	27,36
Móveis e eletrodomésticos	24,13	24,69	21,59	18,50
Artigos farmac. médicos, ortop. perfumaria e cosméticos	8,45	7,79	15,10	12,83
Livros, jornais, revistas e papelaria	9,51	10,40	63,24	25,87
Equip. e materiais p/ escritório, inform.e comunicação	38,77	18,69	-8,58	-26,49
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	38,47	25,51	13,45	-4,07
Veículos, motores, partes e peças	16,40	18,70	26,55	33,24
Material de construção	5,15	9,70	22,57	25,28
Comércio varejista geral	15,38	14,36	27,08	25,64

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio.

Comércio Exterior

A balança comercial do estado de Goiás, no 1º trimestre de 2005, foi de US\$ 63,765 milhões, apresentando queda de 48,95% em relação ao mesmo período de 2004. Em março/2005, o saldo das

vendas externas chegou a US\$ 41,416 milhões, com acréscimo de 428% em relação a fevereiro. O resultado foi alcançado com a significativa alta das exportações e a queda nas importações. A corrente de comércio (somatório das exportações e importações) totalizou US\$ 392,551 milhões.

Tabela 4

ESTADO DE GOIÁS e Brasil: Balança Comercial - 1º trimestre de 2004 - 2005

(US\$ 1.000 FOB)

Período	Goiás				Brasil			
	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de Comércio	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de Comércio
2004	256.623	131.701	124.921	388.324	19.448.276	13.314.739	6.133.537	32.763.015
Janeiro	71.616	51.036	20.580	122.652	5.799.645	4.214.027	1.585.618	10.013.672
Fevereiro	89.987	41.570	48.416	131.557	5.721.636	3.756.663	1.964.973	9.478.299
Março	95.020	39.095	55.925	134.115	7.926.995	5.344.049	2.582.946	13.271.044
2005	228.138	164.373	63.765	392.511	24.451.131	16.133.442	8.317.690	40.584.573
Janeiro	74.646	60.129	14.517	134.775	7.444.140	5.261.730	2.182.410	12.705.870
Fevereiro	63.717	55.885	7.832	119.602	7.756.287	4.969.560	2.786.728	12.725.847
Março	89.775	48.359	41.416	138.134	9.250.704	5.902.152	3.348.552	15.152.856

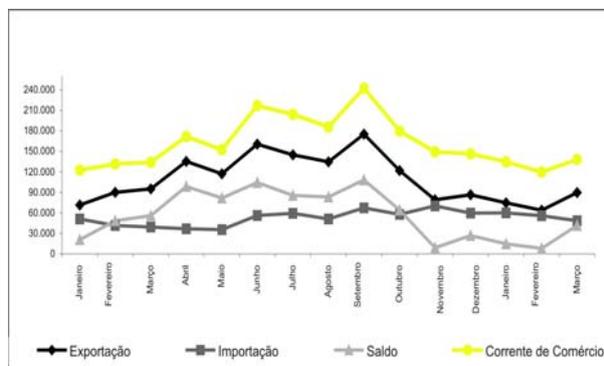
Fonte: MDIC

Elaboração: Seplan-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2005



As exportações goianas totalizaram US\$ 228,138 milhões, ante os US\$ 256,623 milhões registrados no mesmo período do ano anterior, queda de 11,09%, motivada pela baixa cotação dos *commodities* agrícolas no mercado internacional e a queda do dólar em relação ao real. Os principais produtos vendidos foram: produtos do complexo de soja e carne, ferroligas e amianto. Já as importações cresceram 24,81% nos primeiros três meses deste ano, atingindo US\$ 164,373 milhões, em comparação ao 1º trimestre de 2004. Os principais produtos importados foram: insumos farmacêuticos, peças e motores para veículos e produtos para fertilizantes.

Gráfico 4
ESTADO DE GOIÁS: Balança comercial - 2004 - 05
 (US\$ 1.000 FOB)



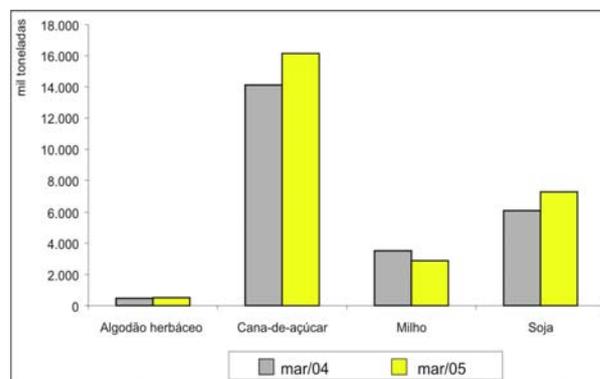
Fonte: MDIC
 Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Estatística Socioeconômica - 2005

Agricultura

As estimativas da produção agrícola de 2005, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA, do IBGE, realizadas em março do corrente ano, apresentaram crescimento na produção de algodão de 6,55% e incremento de apenas 0,39% na produtividade. Quanto à cana-de-açúcar a variação foi de 14,32%, comparado com o mesmo período do ano anterior, esse resultado combinou com o mesmo percentual de expansão da área plantada e rendimento de 0,1%. No que concerne ao milho, a estimativa para a safra 2005 acusou redução de 18,39% na produção e 16,31% na área plantada. Vale lembrar que esta cultura geralmente sofre rotação com a soja. Para a produção de soja a estimativa de crescimento foi 19,10%. O quadro de perdas verificado na maioria dos estados produtores deste grão não se

confirmou para o estado de Goiás, apesar da queda dos preços do commodity, interrompendo uma trajetória de expansão nos preços verificada nos últimos três anos.

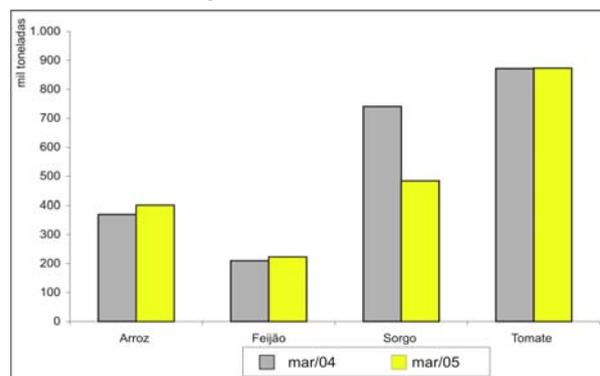
Gráfico 2
Estimativa da produção agrícola: algodão herbáceo, cana-de-açúcar, milho e soja - Goiás



Fonte: IBGE - acompanhamento de safra 2004 / 2005
 Elaboração: Seplan-GO / Sepin - Gerência de Contas Regionais - 2005

O LSPA/IBGE apontou uma previsão de incremento na produção de arroz de 8,68% e de 8,92% na área plantada na safra até março de 2005. A safra de feijão totalizou 223 mil toneladas ante 210 mil toneladas no mesmo período do ano anterior, apresentando uma variação na produtividade de 10,47%. Quanto à produção de sorgo o estado de Goiás continua sendo o primeiro produtor nacional, apesar de nessa safra, a cultura ter apresentado redução de 34,73%. Para o tomate a pesquisa estimou 873 mil toneladas, praticamente a mesma produção verificada em igual período do ano anterior, 872 mil toneladas.

Gráfico 3
Estimativa da produção agrícola: arroz, feijão, sorgo e tomate - Goiás



Fonte: IBGE - acompanhamento de safra 2004 / 2005
 Elaboração: Seplan-GO/Sepin - Gerência de Contas Regionais - 2005



Emprego Formal

Os dados recentes do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) do Ministério do Trabalho e Emprego, para Goiás, apontam que o nível de emprego formal manteve a trajetória de crescimento. No acumulado do primeiro trimestre de 2005, o emprego celetista elevou-se em 1,97% com relação a dezembro de 2004, resultado do incremento de 12.416 postos de trabalho. Nota-se um número menor de emprego gerado, se comparado ao mesmo período do ano anterior que foi de 16.616 empregos, o que representa um diferencial de 4.200 postos. As atividades produtivas que mais contribuíram para o saldo positivo foram indústria de transformação (4.312), agropecuária (3.446) e serviços (3.158). A única atividade com saldo negativo foi a administração pública.

Tabela 5

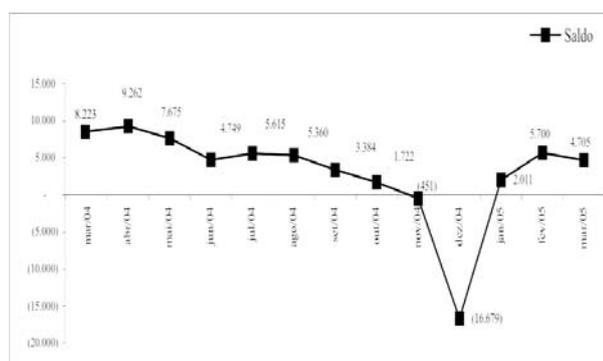
Estado de Goiás: saldo - Admitidos/Desligados por setor de atividade - 2003/04

Setores	1º trim./ 2004	1º trim./ 2005
Extrativa mineral	84	224
Indústria de transformação	7.306	4.312
Serv. ind. de utilidade pública	96	39
Construção civil	663	97
Comércio	1.458	1.163
Serviços	3.866	3.158
Administração pública	-9	-23
Agropecuária	3.152	3.446
Total	16.616	12.416

Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

Gráfico 5

Estado de Goiás: saldo - Admitidos/Desligados por setor de atividade - 12 meses



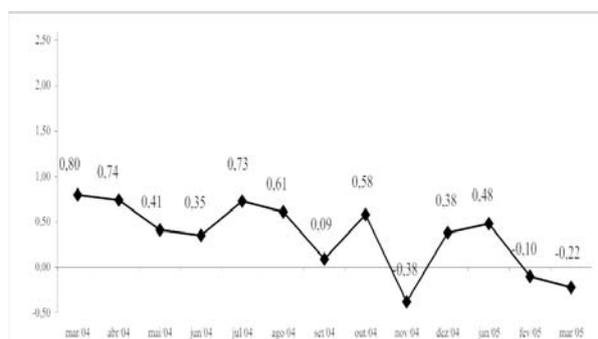
Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

Índice de Preços

O índice de preço ao consumidor - IPC registrou, no primeiro trimestre de 2005, variação acumulada de 0,16%. Resultado bastante inferior ao alcançado no mesmo período em 2004, de 2,55%. O arrefecimento da inflação verificado neste ano ocorreu devido ao recuo nos preços dos produtos alimentícios (-0,35%) e de vestuário (-4,02%). Já no acumulado dos doze meses o índice fechou em (3,72%).

Gráfico 6

Taxa de Variação do IPC - Goiânia (%)

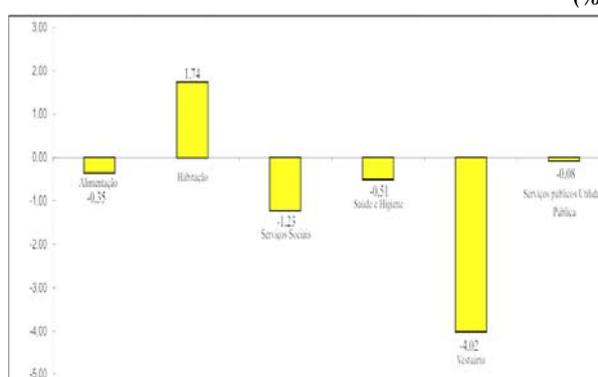


Fonte: Seplan-GO/Sepin - Gerência de Índices de Preços -2005

O comportamento dos preços no período de janeiro a março de 2005 refletiu essencialmente situações sazonais que contribuíram para a diminuição dos preços de produtos básicos na alimentação como arroz (-6,46%) e óleo de soja (-7,38%). A realização de promoções pelo mercado varejista contribuiu para o recuo nos preços do Vestuário (-4,02%) e alguns produtos do grupo de Serviços Pessoais (-1,23%). O grupo Habitação (1,74%) exerceu pressão positiva devido aos reajustes ocorridos em eletrodomésticos (6,53%).

Gráfico 7

Taxa de variação Acumulada do IPC Goiânia - Grupos Seleccionados (%)



Fonte: Seplan-GO/Sepin - Gerência de Índices de Preços -2005

Expansão Urbana ou Ocupação (In)Sustentável da Zona Rural do Município de Goiânia?

Resumo: Neste ensaio me atrevo a refletir criticamente sobre a ocupação do espaço rural de Goiânia. Lanço um olhar crítico e propositivo, na expectativa de contribuir com o debate instalado, sobretudo porque essa questão pode ter conseqüências metropolitanas, ou seja, as decisões tomadas na metrópole alcançarão de forma negativa ou positiva o conjunto do espaço rural metropolitano.

Palavras chaves: Espaço rural. Capital imobiliário. Ocupação racional. Produção rural. Meio Ambiente.

Introdução

A zona rural do município de Goiânia tem sido pouco estudada e, tampouco, tem sido objeto de intervenção por parte do poder público visando sua preservação e ocupação sustentável¹. Para os governos de plantão e para o capital imobiliário, esse espaço tem sido mantido como "reserva urbana futura" da qual a cidade pode dele prescindir. Segundo a nota 1, esse era o quadro da zona rural de Goiânia na primeira metade da década de 1990. Com certeza ela sofreu modificações, na medida em que áreas rurais foram incorporadas à zona de expansão urbana da cidade².

* Professor do Departamento de Economia e do Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável UCG. Doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP. Coordenador do Centro de Pesquisas Econômicas (UCG). Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Urbanas e Regionais do Centro-Oeste - GEPUR-CO - e do Observatório das Metrôpoles: núcleo Goiânia. Técnico do DPSE/SEPLAM. E-mail: arymoyeses@uol.com.br. Agradecimento à acadêmica Regina Machado de Souza do curso de economia da UCG e técnica do DPSE/SEPLAM, pela sua valiosa contribuição na organização dos dados. Entretanto, as opiniões aqui emitidas são de inteira responsabilidade do autor.

¹ Dados relativos à pesquisa realizada em 1994, no item relativo à condição do produtor, 82,7% deles eram proprietários, 9,4% eram arrendatários, 3,3% eram ocupantes, 3,2% exploravam a terra na condição de usufruto e apenas 1,2% eram parceiros. No que se refere ao tamanho das propriedades, a pesquisa mostrou que, do total de 386 propriedades encontradas, o predomínio era de pequenas e médias propriedades rurais, ou seja, 43,8% tinham entre 0 (zero) e 20 (vinte) hectares, 22,3% entre 21 e 50 hectares, 13,7% entre 51 e 100, 14,8% entre 101 e 300 hectares, 3,9% entre 301 e 500 hectares e, acima de 500 hectares, apenas 1,6%.

² Onde hoje está o núcleo urbano da Fazenda São Domingos (constituído por cinco bairros), na Região Noroeste da cidade, existia uma fazenda em que se tirava leite duas vezes por dia. Vale lembrar que esse assentamento urbano foi implantado pelo governo estadual no início dos anos 1990 e destinado exclusivamente à população pobre que lá permanece até hoje, desprovida de condições habitacionais dignas.

Aristides Moysés*



O Professor Luiz Estevam costuma perguntar: existe zona rural no município de Goiânia? Dados mostram que a parte rural de Goiânia representa 46,9% do território municipal e, segundo o IBGE, tem uma produção diversificada. Na atual gestão municipal estão sinalizando para a possibilidade de incorporação do que ainda existe de zona rural à zona de expansão urbana. Esse é um fato recorrente, pois tem incomodado alguns setores da sociedade urbana goianiense. Este ensaio está estruturado em três partes: na primeira e na segunda, a preocupação central é caracterizar o espaço rural do município de Goiânia, considerando sua dimensão produtiva e seus aspectos ambientais; na terceira, o objetivo é problematizar a incorporação do rural ao urbano e sugerir formas sustentável de ocupação.

Caracterização espacial da zona rural do município de Goiânia

A área rural do município não é tão incipiente como se imagina, pelo contrário é territorialmente ampla³ e, produtivamente diversificada, porém insignificante em termos populacionais. O município está recortado por três grandes macrozonas: urbana, expansão urbana e rural. Destaca-se que 99,3% da população urbana ocupa 53,1% do território (Urbana e Expansão Urbana), enquanto que 0,7% ocupa 46,9% da zona rural do município (Quadro 1). Observando-se a figura 1, nota-se que do ponto de vista espacial, 74,72% do território rural localiza-se na Região Norte da cidade, 17,56% na Região Oeste e 7,72% na Região Sudeste.

³ Aproximadamente 340 km², ou mais de 33 mil hectares ou, ainda, 7 mil alqueires goiano.



Quadro 1 Distribuição territorial do município de Goiânia

Distribuição de áreas no município de Goiânia conforme Lei Complementar nº 120 de 27/12/2002						
Macro-Zonas	População		Área			
	Residente	%	Km ²	m ²	ha	%
1. Urbana	519.278	47,5	102,2675	102.267.500,00	10.226,75	14,1
2. Expansão urbana contínua	558.728	51,1	276,7463	276.746.300,00	27.674,63	38,2
3. Expansão urbana descontínua	7.800	0,7	5,8086	5.808.600,00	580,86	0,8
4. Sub-total (2+3)	566.528	51,8	282,5549	282.554.900,00	28.255,49	39,0
Total Urbana (1+ 4)	1.085.806	99,3	384,8224	384.822.400,00	38.482,24	53,1
Rural	7.201	0,7	339,2577	339.257.700,00	33.925,77	46,9
Total:	1.093.007	100,0	724,0801	724.080.100,00	72.408,01	100,0

Perímetro de Goiânia = 191,646 Km de contorno

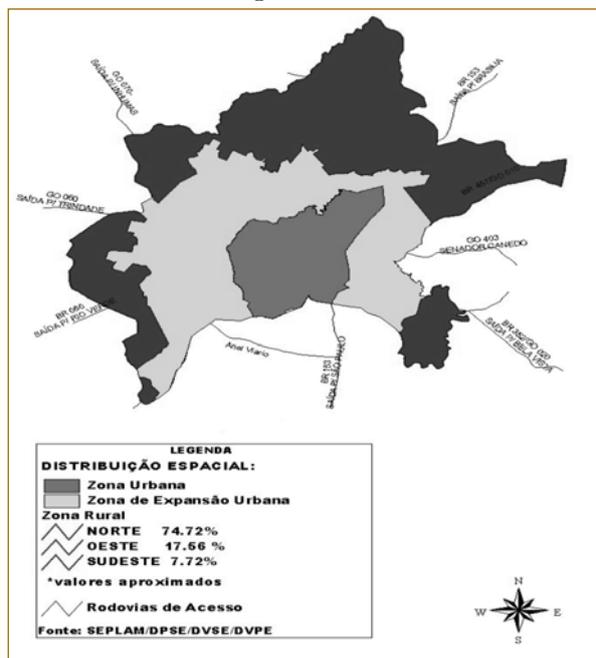
Fonte: Divisão de Cadastro de Bairros e Logradouros – DVCL/ SEPLAM
 Dados organizados pela Divisão de Estudos Sócio-Econômicos – DPSE/DVES / SEPLAM
 População - IBGE - Censo 2000 – Resultados do Universo

Dependendo do olhar que se lança, podem-se fazer duas inferências: de um lado estão os que advogam a incorporação definitiva do que ainda resta de zona rural à zona de expansão urbana. De outro, os que entendem que o espaço rural deve ser mantido como espaço de produção e de preservação, visando sua ocupação de forma racional e produtiva. Com a primeira está o capital imobiliário, com a segunda, os que defendem uma cidade mais compacta, mais harmônica, menos onerosa para os cofres públicos.

Felizmente, a fatia mais generosa da zona rural encontra-se na Região Norte, diagnosticada desde o PDIG de Jorge Wilhein (final dos anos 60 e início dos anos 70) como inadequada ao parcelamento urbano, devido a problemas geomorfológicos, ser a região mais bem servida de matas e recursos hídricos que abastecem a cidade e por possuir as terras mais produtivas do município. De lá para cá, gradativamente, pedaços de terras rurais vão sendo incorporados à malha urbana. Por detrás desse processo está a lógica capitalista, segundo a qual é vantajoso para o proprietário rural transformar sua propriedade rural em lotes urbanos, já que essa transformação possibilita ganhos expressivos⁴

Em outros termos, um alqueire urbano rende em torno de R\$1.350 milhão, ou seja, 5,4 vezes mais do que se a terra fosse vendida como gleba⁵.

**Figura 1
Distribuição Espacial da Zona Rural
Município de Goiânia**



Quem ganha com essa lógica? Os proprietários de terras, os agentes imobiliários e os políticos que criam as condições institucionais para

⁴ Um alqueire de terra na zona rural de Goiânia está sendo comercializado, em média, por R\$250 mil reais aproximadamente. Ao ser incorporado à zona urbana e parcelado de forma regular, segundo especialistas da área, um alqueire possibilita um ganho que varia entre cinco e seis vezes mais, dependendo da região. Para ser mais preciso, um alqueire, descontados os 35% de áreas institucionais exigidos por lei, permite a produção de 90 (noventa) lotes urbanos com área de 300 m² (trezentos metros quadrados) e chega a ser comercializado em média por R\$15 mil reais a unidade.

⁵ Esses cálculos referem-se a lotes regularizados, ou seja, produzidos de acordo com a legislação urbana pertinente. Quando se trata de loteamentos irregulares, aqueles que são comercializados à revelia da legislação urbana, os custos de implantação são menores e, conseqüentemente, o valor de venda de cada fração também é menor. Estima-se que, para esse tipo de empreendimento, uma fração de lote chega a ser comercializado por R\$8 mil reais, e um alqueire rende aproximadamente 100 (cem lotes).

viabilizar essa operação. Quem perde? O poder público, em particular, e a cidade em geral. A transformação da zona rural em espaço urbano, ao possibilitar novos parcelamentos, implica para o erário público aumento de despesas em decorrência da pressão de demanda por serviços públicos e infra-estrutura, agravando os problemas da cidade para o futuro. O custo para atender as demandas de quem vai morar cada vez mais distante é elevado. Enquanto a cidade dispõe de espaços ociosos (vide Quadro 2), não se justifica sua expansão física. A pressão dos agentes locais interessados na sua expansão vai à contra-mão do que ocorre nos países mais desenvolvidos que buscam compactar ao máximo o seu espaço urbano, por uma mera questão de economia e de gestão, o que parece não incomodar os defensores de que tudo deve ser urbano.

Quadro 2
Quantidade de Imóveis, segundo as
macrorregiões de Goiânia - 2003**Regional**

Macro-zonas	Macro-zonas		Imóveis (%)	
	Predial	Lotes Vagos	Predial	Lotes Vagos
Urbana	96.732	20.888	47,18	17,45
Expansão urbana	105.536	95.245	51,47	79,58
Expansão urbana descontínua	2.131	318	1,04	0,27
Rural	638	3.229	0,31	2,70
Total	205.037	119.680	100	100

Fonte: COMDATA, 12/06/2003
Elaboração: Prefeitura de Goiânia - SEPLAM/DPSE/DVSE.

A idéia que fica é a de que os empreendedores locais, sejam eles públicos ou privados, são incompetentes para gerir os conflitos que as questões urbanas impõem. Ao empreendedor privado o que interessa é maximizar os seus ganhos, independentemente das conseqüências que a sua ganância possa acarretar para o conjunto da cidade. O gestor público, por sua vez, está mais preocupado com os próximos pleitos eleitorais, razão pela qual simplifica os problemas urbanos e procuram saídas menos comprometedoras. Dos 100 mil lotes vagos que estão na zona de expansão urbana e na zona urbana, 79,58% acham-se na expansão urbana. O que fazer com esse

portfólio físico que, do ponto de vista do capital, se valoriza ao longo do tempo, sem que o seu detentor realize os investimentos necessários à sua valorização? O Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257 de 10/07/2001), que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, disponibiliza aos executivos municipais normas e instrumentos que orientam a ação do poder público no tocante à regulamentação da propriedade urbana em benefício do interesse público, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, assim como do equilíbrio ambiental.

Atividades produtivas na Zona Rural do Município de Goiânia

Considere-se que a produção agrícola e pecuária não é significativa, se comparada com o que se produz no estado de Goiás e até mesmo na Região Metropolitana de Goiânia. A produção resume-se aos seguintes produtos agrícolas (ver Quadros a seguir): lavouras temporárias (arroz, cana-de-açúcar, mandioca, milho e soja); lavoura permanente (banana, café, coco da baía, laranja, limão, palmito e tangerina). No tocante à pecuária e outros rebanhos, existem efetivos de bovinos, suínos, eqüinos, asininos, muares, bufalinos, coelhos, ovinos e caprinos; quanto ao rebanho de aves, existe produção de galinhas, galos, frangas, frangos e pintos, codornas e ovos de galinha e de codornas; há, ainda, produção de mel. Isso mostra que a produção da zona rural do município é diversificada.

Não interessa saber se se produziu muito ou pouco. Para o debate em questão - incorporar ou não o rural ao urbano - , a quantidade de produção e de população no espaço rural pouco importa. O que conta é o espaço rural com suas características geomorfológicas, paisagísticas, o seu meio natural e a relação que tudo isso tem com a cidade. Qual a importância que o espaço rural goianiense tem para a cidade? A cidade precisa dele? Para quê? Para melhorar a qualidade de vida da população, aumentar a oferta de lotes destinados à habitação e atividades produtivas? Por que tanta ânsia em eliminar o que ainda resta de zona rural? Quais são os atores interessados nessa incorporação e por que estão interessados? Os dados contidos nos Quadros 3, 4, 5 e 6 servem para ilustrar o quadro atual e permite tirar algumas conclusões:



a) Independentemente do que se produz e quanto se produz, de quantas pessoas moram no espaço rural e o que fazem, o fato é que historicamente a zona rural sempre foi produtiva. Basta esticar a análise para anos anteriores.

b) Estatisticamente, a curva de produção ora oscila para baixo ora para cima. Essa instabilidade está associada a fatores tradicionais que

interferem na produção agropecuária, como clima, preços, pestes, mas também e, principalmente, à falta de políticas públicas que incentivem os proprietários rurais a manterem suas terras permanentemente produtivas, ou seja, não é justo impedir que os proprietários parcelem suas propriedades quando não se oferecem a eles alternativas reais de lucratividade com o patrimônio de que dispõem;

Quadro 3
Produção Agrícola (Lavoura Temporária) do Município de Goiânia

Lavoura Temporária	Quantidade Produzida (ton)		Área Plantada (ha)		Área Colhida (ton/ha)		Rend. Médio (Kg/ha)		Valor da Prod. (mil reais)	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Arroz (em casca)	360	180	180	100	180	100	2.000	1.800	119	86
Cana-de-açúcar	800	800	90	40	40	40	20.000	20.000	28	80
Mandioca	450	900	90	60	30	60	15.000	15.000	90	270
Milho (em grão)	1.080	1.080	300	300	300	300	3.600	3.600	270	302
Soja (em grão)	630	960	210	320	210	320	3.000	3.000	347	499
Total Goiânia	3.320	3.920	870	820	760	820	43.600	43.400	854	1.237
Total RMG (*)	118.526	124.099	15.193	16.242	14.033	16.242	-	-	11.736	19.716
Total Estado	20.936.985	23.372.471	2.994.421	3.193.936	2.907.695	3.190.344	104.754	103.481	3.743.207	4.630.084

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2002 e 2003.

Dados Organizados Prefeitura de Goiânia - Seplam/DPSE sob a responsabilidade do autor.

(*) De acordo com a nova composição instituída pela Lei Complementar 048 de 9 de dezembro de 2004. Na totalização foi excluído o município de Goiânia.

c) Outro fator decisivo que interfere na dinâmica produtiva da Zona Rural do município, e este é o mais perverso de todos, refere-se às discussões ou conversas enviesadas, extemporâneas, descontextualizadas, que visam criar expectativa de que a propriedade rural pode, a qualquer momento, ser transformada em lotes urbanos. Normalmente essa questão é destituída de argumentos técnicos e científicos, induzidas por atores urbanos cujos interesses nem sempre são explicitados e, quando o são, não resistem às crí-

ticas colocadas pelos setores contrários. Esse é um jogo irresistível para o proprietário que quer ganhar dinheiro com a sua propriedade, e perverso para a cidade que é obrigada a prescindir, por falta de esclarecimentos, de um bem essencial e importante para a vida urbana, que é o seu meio natural. É um processo lento, envolto numa cortina de fumaça que se espalha gradativamente, incorporando uma gleba aqui, outra ali, até que se crie um fato político que determine os avanços e/ou recuos sobre a questão.

Quadro 4
Produção Agrícola (Lavoura Permanente) do Município de Goiânia - 2002 - 2003

Lavoura Permanente	Quantidade Produzida (ton)		Área Plantada (ha)		Área Colhida (ton/ha)		Rend. Médio (Kg/ha)		Valor da Prod. (mil reais)	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Banana (Mil cachos)	600	1.200	90	60	30	60	20.000	20.000	330	480
Café (em côco) (Em ton.)	88	44	80	20	40	20	2.200	2.200	123	114
Coco-da-baía (Em Mil Frutos)	16	78	98	78	20	78	800	1.000	6	31
Laranja - Mil Frutos	250	250	20	10	10	10	25.000	25.000	38	113
Limão - Mil Frutos	72	72	6	3	3	3	24.000	24.000	22	22
Palmito - (Toneladas)	420	1.000	21	50	21	50	20.000	20.000	420	1.200
Tangerina - Mil Frutos	300	300	20	10	10	10	30.000	30.000	96	135
Total Goiânia	-	-	335	231	134	231	-	-	1.035	2.095
Total RMG (*)	-	-	1.508	1.537	1.495	1.490	-	-	4.560	5.260
Total Estado	-	-	35.289	30.056	28.681	29.734	-	-	127.899	144.395

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2003 -

Dados Organizados Prefeitura de Goiânia - Seplam/DPSE, sob a responsabilidade do autor.

(*) De acordo com a nova composição instituída pela Lei Complementar 048 de 9 de dezembro de 2004. Na totalização foi excluído o município de Goiânia.



Portanto, qualquer decisão relativa aos 46,9% de área rural que ainda existem no município, não pode ser tomada à revelia da sociedade. A tese da incorporação precisa apoiar-se em conheci-

mentos técnicos e científicos, e a sociedade precisa ser exaustivamente ouvida e esclarecida, sem o que se podem cometer equívocos irreparáveis que comprometam o futuro da cidade.

Quadro 5
Produção Pecuária no Município de Goiânia, RMG e Estado de Goiás

Efetivo dos Rebanhos	Goiânia		RMG (*)		Goiás	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Vacas Ordenhadas - Cabeças	7.500	4.660	90.200	90.417	2.217.158	2.247.895
Leite de Vaca (mil litros)	10.854	6.654	108.869	109.226	2.483.366	2.523.048
Total Efetivo dos Rebanhos	70.260	51.500	527.605	523.233	22.142.994	22.372.266
Bovinos - Cabeças	60.000	41.300	457.350	453.507	20.101.893	20.178.516
Suínos - Cabeças	7.700	7.930	52.575	52.030	1.360.573	1.499.050
Equinos - Cabeças	1.500	1.500	12.100	11.966	447.388	443.903
Asininos - Cabeças	50	40	111	103	5.326	5.351
Muarens - Cabeças	50	40	629	630	41.837	41.829
Bubalinos - Cabeças	80	-	600	622	30.810	29.843
Coelhos - Cabeças	130	-	-	-	420	-
Ovinos - Cabeças	500	460	2.772	2.845	123.813	139.249
Caprinos - Cabeças	250	230	1.468	1.530	30.934	34.525

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2002 - Sidra

Dados Organizados Prefeitura de Goiânia - Seplam/DPSE, sob a responsabilidade do autor.

(*) De acordo com a nova composição instituída pela Lei Complementar 048 de 9 de dezembro de 2004. Na totalização foi excluído o município de Goiânia.

Nos anos 80, decisões intempestivas no âmbito do poder público estadual foram tomadas, quando se decidiu implantar assentamentos urbanos em área rural no que hoje identificamos como sendo a Região Noroeste de Goiânia⁶. A década de 80 e o início da década de 90 caracterizaram-se como um período em que a Zona Rural de Goiânia perdeu parte de seu território para o meio urbano, de forma irresponsável, na medida em que as decisões tomadas desconsideraram todo o aparato jurídico

urbano, assim como não respeitaram as características de reserva ambiental que aquele espaço rural possuía. A propósito, disse Matus (1977), "Um governo não pode ser melhor que a organização que comanda."⁷. O que Matus quis dizer é que governo é passageiro e o Estado é permanente, portanto, política pública é política de Estado com alcance universal. Cabe aos governos a tarefa de comandar políticas públicas em benefício da maioria e não de determinados grupos.

Quadro 6
Produção Avícola no Município de Goiânia, RMG e Estado de Goiás

Aves e Ovos Diversos	Goiânia		RMG (*)		Goiás	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Galinhas (Cab.)	100.000	105.000	1.698.200	1.693.401	7.819.555	7.941.852
Galos/frangos/pintos (Cab.)	50.000	52.000	838.500	870.602	24.609.550	27.866.780
Codornas (Cab.)	40.000	42.000	3.180	3.240	133.540	128.437
Total	190.000	199.000	2.539.880	2.567.243	32.562.645	35.937.069
Ovos de galinha (mil dúzias)	82	1.365	37.032	35.734	108.209	113.129
Ovos de Codorna (mil dúzias)	750	819	52	27	1.470	1.493
Total	832	2.184	37.084	35.761	109.679	114.622
Mel de Abelha (Kg)	1.900	1.800	8.500	9.450	155.133	178.845

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2002 - Sidra

Dados Organizados na Prefeitura de Goiânia - Seplam/DPSE, sob a responsabilidade do autor.

(*) De acordo com a nova composição instituída pela Lei Complementar 048 de 9 de dezembro de 2004. Na totalização foi excluído o município de Goiânia.

⁶ Sobre essa questão ver MOYSÉS (2005).

⁷ Chileno, Carlos Matus foi Ministro do Governo Allende (1973) e consultor do ILPES/CEPAL falecido em Dezembro de 1998, ministrou vários cursos no Brasil nos anos noventa (Escolas Sindicais, IPEA, Ministérios, Governos Estaduais e Municipais). Criou a Fundação Altadir com sede na Venezuela para difundir o método e capacitar dirigentes. Introduzido no Brasil a partir do final dos anos oitenta, o PES disseminou-se e foi adaptado amplamente nos locais onde foi utilizado, particularmente no setor público.



Quadro 6
Produção Avícola no Município de Goiânia, RMG e Estado de Goiás

Aves e Ovos Diversos	Goiânia		RMG (*)		Goiás	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Galinhas (Cab.)	100.000	105.000	1.698.200	1.693.401	7.819.555	7.941.852
Galos/frangos/pintos (Cab.)	50.000	52.000	838.500	870.602	24.609.550	27.866.780
Codornas (Cab.)	40.000	42.000	3.180	3.240	133.540	128.437
Total	190.000	199.000	2.539.880	2.567.243	32.562.645	35.937.069
Ovos de galinha (mil dúzias)	82	1.365	37.032	35.734	108.209	113.129
Ovos de Codorna (mil dúzias)	750	819	52	27	1.470	1.493
Total	832	2.184	37.084	35.761	109.679	114.622
Mel de Abelha (Kg)	1.900	1.800	8.500	9.450	155.133	178.845

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2002 - Sidra

Dados Organizados Prefeitura de Goiânia - Seplam/DPSE, sob a responsabilidade do autor.

(*) De acordo com a nova composição instituída pela Lei Complementar 048 de 9 de dezembro de 2004. Na totalização foi excluído o município de Goiânia.

A contribuição de Estevam (2004) é muito oportuna para esse momento.

Talvez o goianiense não saiba, mas cerca de 80 por cento das mandiocas e batatas - vendidas na capital - vêm de outros Estados da federação. Do mesmo modo, a quase totalidade das frutas, a maior parte de hortigranjeiros, sem deixar de mencionar a enorme quantidade de cebolas argentinas, de flores ornamentais paulistas, de alho chinês, de arroz do Rio Grande do Sul e de feijão do Paraná que são consumidos diariamente - em toneladas - na Grande Goiânia.

Para os adeptos da incorporação pura e simples do meio natural ao meio urbano construído, as reflexões do Professor Luiz Estevam devem soar como "elucubrações acadêmicas", fora da realidade. Certamente vão dizer que isso é 'coisa' de professor que não tem o que fazer. Mas Estevam está consciente do que fala quando reconhece os limites produtivos do espaço rural de Goiânia e, por isso, com os pés no chão, formula saídas.

Não significa dizer que o aproveitamento da zona rural do município poderia fazer de Goiânia uma capital auto-suficiente. Longe disso. Apenas, ressaltar que existem modalidades de cultivo agropecuário que poderiam tornar-se grandes empreendimentos no seio do próprio município. No caso, bastariam incentivos e apoio técnico dos administradores

Os dados do Quadro 7 mostram que o município de Goiânia já contribui com o abastecimento da capital e dos municípios do entorno. A parti-

cipação dos municípios da RMG, corresponde a 29,17%, ou seja, em termos absolutos, 142.341,60 toneladas⁸. Ressalte-se que, deste valor, o município de Goiânia é o que mais contribui, com 11,96%, correspondente a 54.337,71 toneladas de hortaliças (folhas, flor, haste, frutos, R.T.B), frutas, cereais, aves e ovos, dentre outros.

Quadro 7
Participação dos Municípios da RMG* na Oferta da Comercialização na CEASA-GO

Municípios	2002		2003	
	Volume (t)	%	Volume (t)	%
Abadia de Goiás	6.672,73	1,44	6.842,95	1,51
Ap. de Goiânia	640,11	0,14	1.601,80	0,35
Aragoiânia	308,33	0,07	64,65	0,01
Bela Vista de Goiás	13.614,32	2,94	16.835,66	3,71
Goiânia	44.011,74	9,52	54.337,71	11,96
Goianápolis	31.571,66	6,83	24.707,10	5,44
Goianira	1.446,21	0,31	1.308,47	0,29
Hidrolândia	6.922,2	1,5	7.718,68	1,69
Nerópolis	25.252,47	5,46	20.741,00	4,57
Santo Antônio de Goiás	908,35	0,2	892,40	0,20
Senador Canedo	3.492,89	0,76	2.195,06	0,48
Trindade	10.427,16	2,26	5.096,18	1,30
Total RMG	134.841,01	29,17	142.341,66	31,51
Total do Estado (incluído RMG)	462.351,53	-	454.219,60	-

Fonte: DIVTEC/Ceasa-GO

Elaboração: Prefeitura de Goiânia - SEPLAM/DPSE/DVPE/DVSE

(*) De acordo com a nova composição instituída pela Lei Complementar 048 de 9 de dezembro de 2004.

⁸ Segundos dados de 2003 organizados pelo DPSE/SEPLAM, do volume total (751.836,12 toneladas) comercializado na CEASA-GO, 60,41% são provenientes do estado de Goiás. Esse percentual corresponde a 454.219,60 toneladas (veja Quadro 7 acima).



Vale lembrar que nem toda produção é encaminhada a CEASA. Como se vê, a Zona Rural do Município de Goiânia não é tão insignificante como defendem os adeptos de sua incorporação. Com criatividade e políticas públicas agressivas, ela pode ser ocupada de forma equilibrada para cumprir o seu papel de zona de produção e de preservação ambiental. A cidade de Goiânia, nos próximos quinze anos, não precisa de novos loteamentos, pois o estoque de lotes atual é suficiente para atender a demanda atual e futura, possibilitando inclusive que os pobres morem na cidade urbanizada e não fora dela, como foram as políticas habitacionais dos anos 80. Insistir na tese da expansão urbana, alegando que os instrumentos urbanos são mais eficientes para preservar o que ainda resta de área rural é no mínimo desconhecer o que vem acontecendo com os fundos de vales e as áreas verdes e públicas da cidade em função da omissão dos gestores públicos.

Considerações finais

As cidades são um sistema complexo no qual intervem inúmeros agentes transformadores da realidade que agem de forma simultânea e antagônica. Nada impede, e é até desejável, que se reconheça o município como um território contínuo constituído por diferentes escalas territoriais. Assim, a idéia de que todo o território de uma metrópole é urbano está correta, pois os limites territoriais são meros arranjos administrativos. No caso de Goiânia, a transformação do rural em urbano tem três implicações: primeiramente, está-se repassando-o à especulação imobiliária; segundo, está-se negando, deliberadamente, que o território rural pode desempenhar papel importante de complementaridade econômica e espaço de lazer e entretenimento; terceiro, em função das suas particularidades sócio-territoriais e político-culturais, está-se negando o modo de vida rural dos que aqui moram.

Considerar "urbano" o território de um município, na sua totalidade, não significa que a malha urbana deva ser estendida ao seu conjunto, mas sim considerar as interfaces sócio-econômicas e culturais que devem conviver equilibradamente num meio físico heterogêneo, com funções urbanas de diferentes intensidades de usos, edificações e conflitos. Nesse sentido, é importante ter uma percepção diferenciada do ambiente municipal,

considerando dois contextos: o meio natural e o meio cultural no seu sentido mais amplo. Vale lembrar, entretanto, que o meio natural está sujeito às injunções do meio cultural, isto é, a tradição cultural de um povo desempenha papel positivo ou negativo sobre a natureza, preservando-a ou não. Acontece que, nesse contexto, os interesses imediatos da acumulação capitalista impõem regras diferenciadas em função de interesses localizados que, nem sempre, convergem para os interesses da comunidade.

Objetivamente, a cidade de Goiânia ainda possui uma grande superfície territorial não completamente ocupada, conforme mostra o Quadro 8. Nota-se que, do ponto de vista espacial, os espaços ociosos estão distribuídos por todas as regiões da cidade, sendo que nas regiões Oeste, Noroeste e Sudoeste estão 43,3% dos lotes vagos, ou seja, 51.820 lotes à espera de serem ocupados. Ressalte-se que foi nessas regiões onde se verificou o lançamento de 69 novos loteamentos, o que representa 64,5% do total lançado na década de 1990. Isto significa que parte significativa dos lotes não foi edificada, o que permite inferir que, ou não foram vendidos e estão sendo retidos pelos vendedores à espera de valorização ou, o que também é aceitável até certo ponto, parte dos compradores não dispõe de recursos para construir.

Além do excessivo número de lotes vagos, Goiânia dispõe de um sítio privilegiado nos seus aspectos geomorfológicos e paisagísticos, sobretudo na região Norte da cidade, onde está grande parte dos mananciais hídricos que abastecem a cidade e uma extensa vegetação nativa.

Quadro 8
Imóveis Territoriais (lotes vagos) em Goiânia por Região 2003

Região	Lotes vagos	%
1 - Central	1.432	1,20
2 - Sul	6.533	5,46
3 - Macambira / Cascavel	11.424	9,55
4 - Oeste	14.253	11,91
5 - Mandanha	9.268	7,74
6 - Noroeste	17.709	14,80
7 - Vale do Meia Ponte	6.424	5,37
8 - Norte	10.096	8,44
9 - Leste	8.441	7,05
10 - Campinas	2.221	1,86
11 - Sudeste	7.043	5,88
12 - Sudoeste	19.858	16,59
Rural e outros	4.978	4,16
Total	119.680	100

Fonte: Prefeitura de Goiânia - COMDATA, 12/06/2003
Elaboração: SEPLAN/DPSE/DVSE.



Isso permite dizer que a cidade, através de políticas públicas consistentes, tem condições de crescer equilibradamente através de parâmetros apropriados. Em outros termos, é importante e necessário manter as características atuais do sítio e estimular sua ocupação com atividades complementares ao consumo da cidade; promover o seu gerenciamento para inibir a ocupação espontânea e irregular e procurar viabilizar as áreas de preservação através de projetos e programas que busquem a sua sustentabilidade.

Se examinarmos a questão rural do ponto de vista metropolitano, com certeza o espaço rural de cada município será potencializado na sua dimensão territorial, na sua capacidade de produção e na sua disponibilidade de recursos naturais. Da mesma forma, se considerarmos que o meio rural repercute positivamente para melhorar a qualidade de vida dos que moram nas cidades, certamente vamos descobrir que é possível desenvolver atividades econômicas associadas à preservação ambiental, com um tipo de ocupação rarefeita, diversificada, caracterizadas por atividades do setor primário, lazer e turismo, educação e uso residencial de baixa densidade, integradas a projetos que visem à conservação dos valores naturais. Para essa porção do território, o uso e o parcelamento do solo têm que ser diferentes dos preconizados pela legislação urbana em vigor, porém restritivos, mas que permite a exploração das potencialidades do meio natural de forma sustentável. Concordo que não se deve impedir que se estenda o conceito de urbano para a zona rural, porém, desde que se resguardem as áreas de produção primária e se incentivem tecnologias próprias para o desenvolvimento da agro-ecologia. É importante disciplinar e ordenar a ocupação do solo urbano na metrópole, mas também garantir a manutenção e a proteção do patrimônio natural. Ambos se completam e agregam valor à produção rural, contribuindo para revalorizar o papel da

capital do estado como pólo econômico e metropolitano.

Para finalizar, o conceito de que tudo é cidade pode ser um dos pressupostos do processo de revisão do PDIG e precisa ser colocado em pauta com urgência, tendo em vista: conservar o meio natural e o meio ambiente construído e valorizar os aspectos culturais do povo goianiense; difundir o pluralismo e promover a integração social; manter a integralidade do município e promover essa unidade através de diferentes ações, planos e projetos; pensar a nossa cidade no contexto regional e dar a devida importância à sua identidade; valorizar sua condição de capital do estado e, acima de tudo, dar destaque para o lugar que ocupa no ranking das metrópoles brasileiras, ou seja, a de metrópole regional.

Os estudiosos dessa cidade, assim como os visitantes que a pesquisam, não cansam de afirmar que Goiânia é uma cidade do futuro e que os seus problemas ainda são superáveis, bastando que os governos de plantão não abdicuem de suas responsabilidades, que exerçam os seus respectivos mandatos como signatários de Políticas Públicas de Estado e não meros cumpridores de programas de campanha, quase sempre sem legitimidade, produzidos no calor da disputa eleitoral, cujo objetivo é a conquista do poder pelo poder.

Referências

ESTEVAM, Luiz. **Goiânia Rural**. Goiânia: Jornal Opção de 29 de agosto a 04 de setembro, 2004

MATUS, Carlos. **Adeus, Senhor Presidente, Governantes Governados**. São Paulo: Edições Fundap, 1997

MOYSÉS, Aristides. **Goiânia, a metrópole não planejada**. Goiânia: Editora da UCG, 2005.



Estudo da Economia da Saúde em Goiânia

Resumo: Este artigo tem o objetivo de observar a relação entre as questões de saúde pública em Goiânia com os condicionantes socioeconômicos da população, fazendo uma conexão entre o processo de desenvolvimento socioeconômico em Goiânia e as condições sanitárias.

Palavras-chave: Economia da Saúde; Saúde Pública; Desenvolvimento Social.

Introdução:

A questão da saúde pública no Brasil sempre foi considerada um dos grandes entraves para o seu desenvolvimento econômico. Uma séria faceta da economia da saúde para o estado é representada pelos gastos que ainda não têm surtido um resultado notório e que desconsidera que "A doença resulta não apenas de uma contradição entre o homem e o meio natural, mas também e necessariamente de uma contradição entre o indivíduo e o meio social" (Singer, 1988;69).

A visão geral da saúde para o homem brasileiro pode nos dar uma prévia de que ainda é necessário reavaliar os caminhos para as verbas destinadas aos programas de saúde pública. Popularmente e historicamente o Brasil foi caracterizado como o espaço de gente doente (Silva, 2003). Uma rápida análise pode nos mostrar o quanto se mantém a discrepância entre a produção de riqueza e sua distribuição, colaborando com o desenvolvimento de índices inaceitáveis de desenvolvimento humano especialmente em regiões específicas do Brasil, a desigualdade permanece uma constante independentemente da região.

Não há dúvidas de que a condição sanitária está distante do ideal. No entanto é importante observar que tem se proposto uma mentalidade diferente do estado para com a saúde da popu-

* Professora da UEG – Unidade Goianésia, mestre em História pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: leicyf@hotmail.com

Leicy Francisca da Silva*



lação. Um dos elementos definidores dessa nova visão do estado para com a saúde pública, sem dúvida, são os gastos públicos direcionados para essa pasta e toda uma legislação reguladora da ação dos órgãos gestores em saúde.

As verbas destinadas à saúde têm como fonte o faturamento das empresas (COFINS), valores provenientes de fontes fiscais como a CPMF e o lucro líquido. Na esfera municipal os recursos são oriundos do tesouro e recursos transferidos da União que devem ser previstos nos fundos de saúde estatal e municipal como receita operacional proveniente da esfera estatal ou federal e utilizada em ações prevista nos respectivos planos de saúde.

A legislação específica com relação à saúde busca implementar a proposta da Constituição Federal de 1988 que define que

Saúde é um direito de todos, e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação (artigo 196).

Além da Carta Magna a Lei Orgânica de Saúde (LOS) e as Normas Operacionais Básicas (NOB) buscam viabilizar e definir estratégias e movimentos táticos que auxiliem na implementação e operacionalização do Sistema Único de Saúde (SUS) possibilitando uma real atenção ao direito à saúde fundamentada na Constituição.

É preciso nos deter na definição de nosso objeto, para tanto nos apoiaremos na definição de Rosen (1979;77) de que a doença é um processo biológico, mas que depende da relação entre o corpo e o ambiente em que este está incluso, sendo que a atividade social e o ambiente natural são elementos mediadores e modificadores das



condições de saúde do indivíduo. O conceito da Organização Mundial de Saúde reconhece, por exemplo, o paradoxo representado pelo fato de um indivíduo ser considerado portador de boa saúde quando é afetado por pobreza, discriminação ou qualquer forma de repressão.

Desta forma a discussão sobre as condições econômicas e sociais em que o organismo está inserido são elementos básicos para a compreensão da melhoria dos níveis e condições de vida deste mesmo organismo (como define a LOS - Lei 8080)¹. Desta feita, nos apoiaremos em dados dos Anuários Estatísticos, do Atlas do Desenvolvimento Humano e dos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para traçar um perfil do desenvolvimento social da população de Goiânia a partir de uma comparação dos dados do período de 1991 e de 2000.

O período proposto para análise deve-se ao fato de ser este o momento de implementação da legislação sobre saúde no país. Mesmo sendo a Constituição de 1988 a definidora da atual organização do sistema de saúde vigente por meio dos artigos 196 a 200, acreditamos que são a criação da LOS em 1990 e da NOB de 1991, 1993 e 1996 que ampliam as definições propostas pela Constituição. Pois elas fortalecem o poder de autonomia dos poderes locais para a gestão dos serviços.

Ao poder municipal essa legislação imputa a responsabilidade por promover, proteger e prevenir os problemas que possam atingir a saúde coletiva. A organização e gestão de recursos são deveres do município que em contrapartida deve atender a população em seu direito a um atendimento eficiente dos serviços de saúde, em especial as ações básicas de saúde. A LOS e os NOB possibilitaram o fortalecimento do processo de descentralização da saúde e a criação de mecanismos de gestão colegiada por meio dos Conselhos de Saúde.

¹ A lei 8.080 define a alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, educação, transporte, lazer, acesso a bens e serviços essenciais como fatores determinantes e condicionantes de saúde.

Os repasses para a saúde provenientes do SUS para o ano de 2001 totalizam R\$: 150.850.126,98 (Ministério da Saúde). Segundo o Datasus em 2001 a despesa total da saúde por habitante é de R\$ 171,76 destes a despesa com recursos próprios por habitantes é de R\$ 36,18 e via transferência dos SUS é de R\$135,57.

A Situação da Saúde em Goiânia

Nos interessa aqui observar as diretrizes políticas para a questão da saúde pública em Goiânia e quais são os investimentos dessa pasta para o cuidado referente a questões básicas tais como a higiene, a moradia, a educação. Além, do que representa em economia indireta para o município algumas políticas para a saúde diretamente relacionada com o desenvolvimento humano e com a atração de novos investimentos para o desenvolvimento econômico.

A cidade de Goiânia está em primeiro lugar no ranking dos municípios com maior Produto Interno Bruto (PIB), segundo a Seplan-GO; o IDS (Índice de Desenvolvimento Social) ocupa também o primeiro lugar no ranking estadual com 5.289,5. Ao lado do crescimento da renda per capita na capital observa-se por meio dos indicadores de pobreza um outro extremo o de aumento na intensidade de pobreza que em 1991 estava em torno de 35,17% e que apresenta em 2000 o percentual de 38,87 um crescimento notório, quando se tem em vista um outro percentual igualmente constrangedor o de intensidade de indigência que salta de 39,02 em 1991 para 56,72 em 2000, segundo IBGE.

Esta relação constante entre desenvolvimento e subdesenvolvimento serve para explicar os binômios pobreza-riqueza, crescimento do PIB-aumento da indigência, saúde-doença, que são decorrentes de um círculo vicioso descendente onde "o processo de acumulação não controlado promoverá desigualdades crescentes" (Myrdal, 1972;33). Desmente-se por meio dessa

“A organização e gestão de recursos são deveres do município que em contrapartida deve atender a população em seu direito a um atendimento eficiente dos serviços de saúde, em especial as ações básicas de saúde”.



tese o mito de que o desenvolvimento econômico por si é capaz de incentivar o processo de desenvolvimento humano possibilitando o equilíbrio de forças entre os interesses econômicos e a demanda social.

No entanto não devemos cerrar os olhos para uma realidade animadora em relação às questões definidoras de um ambiente impulsionador de melhores condições de saúde e higiene, quais são: a queda nos índices de analfabetismo da população, aumento considerável do número de domicílios servidos

com água encanada, com banheiro, com a coleta de lixo, energia elétrica e a queda no número de domicílios considerados subnormais de 3,71 em 1991 para 1,62 em 2000, que decididamente devem ser considerados fatores essenciais e somadores para o alcance de metas tais como as de longevidade e diminuição do índice de mortalidade infantil. É importante citar que a mortalidade de crianças de até um ano de idade decaiu do ano de 1991 de 22,7 para 21,30 em 2000 e que a esperança de vida ao nascer que em 1991 era de 68,1 sobe para 70,06 em 2000.

Quadro 1
Indicadores Gerais dos Aspectos Econômicos e Sociais de Goiânia

INDICADORES DE LOGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE	1991	2000
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	22,7	21,3
Esperança de vida ao nascer (anos)	68,1	70,1
taxa de fecundidade Total (filhos por mulher)	2	1,8
NIVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO JOVEM	1991	2000
Taxa de analfabetismo (7 a 14 anos)	9,2	3,7
Freqüentando a escola (7 a 14 anos)	91,7	97,8
Taxa de analfabetismo (10 a 14 anos)	3,6	1,1
Freqüentando a escola (10 a 14 anos)	92,4	97,7
INDICADORES DE RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE	1991	2000
Renda per capita média (R\$ de 2000)	359,2	508,3
Proporção de pobres %	16	12,3
Intensidade de pobreza	35,17	38,87
Intensidade da Indigência	39,2	56,72
ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS	1991	2000
Água encanada	91,3	96
Energia elétrica	99,7	99,9
Coleta de lixo	93,4	99,1

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD 2000.

A melhoria desses índices sinaliza na direção de um crescimento econômico e de desenvolvimento social, mas que se caracteriza pela lentidão e pela crença num "movimento natural" rumo ao bem estar social. Processo esse resultante das interferências das políticas governamentais, mas que logicamente tem se mostrado ineficaz frente à complexidade do problema. Parafraseando Myrdal afirmamos que a doença é multicausal, deve ser pensada considerando-se elementos como pobreza, higiene, alimentação, condições de habitação, emprego, salários, educação acesso a atendimento médico de caráter preventivo ou curativo, etc. Estes fatores estão interligados

no que conceituaremos como processo de causação circular².

É em decorrência desse processo que podemos indicar um isolamento relativo em relação à saúde. O distanciamento de hospitais, o não atendimento a demandas essenciais para a existência como boa alimentação, moradia servida por água, esgoto e outros itens anteriormente citados, refletem uma barreira ima-

² Embora o autor utilize o conceito para a análise de um objeto diferente (relações raciais e preconceito nos Estados Unidos), tomamo-lo por empréstimo, pois consideramos fundamental para a discussão sobre saúde e desenvolvimento sócio-econômico.



ginária de separação da população segundo sua classe social e sua condição de acesso a elementos influenciadores nas condições de saúde e higiene.

Mostra-se aí o círculo vicioso sutilmente exposto por meio do exemplo do Jeca Tatu. O "Jeca" moderno é doente porque é pobre e é pobre porque é doente. Como quebrar um elo dessa corrente cruel? Diagnósticos já foram feitos, medicamentos são constantemente receitados, basta que se queira pagar por eles e dá-los de beber aos pobres. Assim afirma Myrdal (1972:34)

O sistema não se move, espontaneamente, entre forças, na direção de um estado de equilíbrio, mas constantemente, se afasta dessa posição. É possível atingir a posição estável mediante interferências políticas planejadas e aplicadas com a intenção de sustar o movimento.

Ações planejadas não podem ser confundidas com programas emergenciais de atenção a necessitados, como forma paliativa de se evitar crises de intensidade desconhecida e de maior visibilidade, como têm sido as práticas governamentais tanto em níveis municipais quanto estaduais. Os programas de auxílio de renda, incentivo à permanência na escola ou na universidade, de facilitação de acesso à moradia ou ao atendimento médico têm funcionado como paliativos para os problemas salientados, mas não correspondem às aspirações sociais e desconsideram a capacidade de organização dos indivíduos como cidadãos.

É importante salientar que do total de 919.823 habitantes no ano de 1991 apenas 7.634 viviam na zona rural o que significa uma população urbana de 912.189 indivíduos. No ano de 2000 com o crescimento anual girando na casa dos 2,01% essa população salta para um total de 1.093.007 habitantes, destes 1.085.806 na área urbana e 7.201 na rural.

Poderíamos ingenuamente propor que os distanciamentos dos meios de informação e dos centros médicos não seriam problemas para essa grande maioria populacional e que o desenvolvimento social acompanha o índice de crescimento econômico da região, possibilitando melhores condições de vida e crescimento dos níveis de desenvolvimento humano. Mas não é essa a realidade.

Para a relação entre médicos para 1000 habitantes para Goiânia, podemos nos basear para essa análise nos dados referentes ao estado de Goiás proposto pelo Conselho Regional de Medicina de Goiás. Segundo esse órgão, para o estado temos 1,48 médico para cada 1000 habitantes. A utilização de um dado referente ao estado para a análise da realidade da capital pode ser considerada incoerente por alguns. Mas é bom que se adiante que não é de todo irresponsável, basta que se observe que a grande parte dos profissionais e dos centros de atendimentos médicos

e hospitais encontram-se na capital, o que acarreta a transferência dos doentes de diversas cidades do estado para Goiânia passando a ocupar leitos que estariam em tese destinados aos doentes da capital. Segundo o Datasus, das internações ocorridas em Goiânia (13,5 por 100 habitantes), o local de residência dos internados tem a proporção de 8,1 por 100 habitantes,

o que significa um percentual de 5,4 de internados residentes em outras regiões.

Esse é mais um aspecto da problemática da saúde pública - a ainda incompetente tarefa de descentralização do atendimento e da oferta de serviços. O projeto de descentralização da saúde sinaliza o caminho para a diminuição de muitos problemas e a conseqüente melhoria na qualidade de vida da população e no aumento no índice de desenvolvimento humano não apenas na capital, mas nas diversas regiões do estado.

Um dado importante para se apresentar quanto à assistência básica é o processo de distribuição dos equipamentos de saúde na capital, o que dificulta o acesso da população à "porta de en-

“O projeto de descentralização da saúde sinaliza o caminho para a diminuição de muitos problemas e a conseqüente melhoria na qualidade de vida da população e no aumento no índice de desenvolvimento humano”



Quadro 2
População e distribuição dos equipamentos de saúde por região

Regiões	População	Equipamentos de Saúde			Leitos Existentes	(% por Região)
		Leitos Cadastrados	(%) por Região			
Central	145.964	2.014	44,95%	2.713	44,23%	
Sul	168.749	1.207	26,94%	1.529	24,93%	
Sudoeste	144.184	221	4,93%	308	5,02%	
Oeste	69.391		0,00%		0,00%	
Mendanha	55.787	32	0,71%	40	0,65%	
Noroeste	110.839	36	0,80%	36	0,59%	
Vale do M. Ponte	51.611		0,00%		0,00%	
Norte	63.072	176	3,93%	303	4,94%	
Leste	106.713		0,00%		0,00%	
Campinas	122.859	608	13,57%	1.012	16,50%	
Sudeste	43.699	187	4,17%	193	3,15%	
Total	1.082.868	4.481	100,00%	6.134	100,00%	

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento/ Radiografia Socioeconômica do município de Goiânia, 2002 in Freitas (2004).

trada" do atendimento médico, segundo os dados apresentados no quadro 2, quase 70% desses equipamentos se encontram nas regiões central e sul da capital, mantendo uma população considerada pobre, segregada também quanto ao atendimento à saúde.

Enquanto não se facilitar o acesso ao atendimento e incentivar a qualidade deste, não poderemos esperar grandes transformações no quesito saúde. No entanto os dados propostos para este artigo nos despertam para outras questões, tais como a qualidade do ensino médico, o preço pago pelos serviços de saúde, seja por parte direta do consumidor (serviço privado), seja intermediado pelos planos de saúde ou por órgão estatal competente. Ainda, se questiona se o Sistema Único de Saúde tem respondido às funções para as quais foi criado, ou seja, a de universalidade, gratuidade, equidade, integralidade.

Obviamente o desenvolvimento das atividades econômicas e da renda per capita não pode ser considerado índices de observação do melhor desenvolvimento das questões de saúde, pois esse desenvolvimento não se transfere para o melhoramento das questões sociais e conseqüentemente sanitárias. Daí conseqüentemente a coexistência de pólos de riqueza e de miséria.

Este problema não pode ser explicado por meio da eleição de um fator determinante, mas re-

quer um esforço para sua solução por meio da aceleração de um movimento de alteração do sistema social. O combustível encorajador dessa melhoria é o esforço político para a maximização dos recursos oriundos deste desenvolvimento econômico para aplicação e investimento em aumento de renda e possibilidade de consumo dos elementos propulsores de saúde individual (aumento do padrão educacional e facilitação do acesso à moradia digna), especialmente daqueles que se encontram à margem do processo de produção. Essas ações resultarão em ganhos sociais diretamente refletidos na economia dos gastos com a ação curativa dos serviços públicos de saúde.

Considerações finais:

À guisa de conclusão poderíamos propor algumas questões para discussão. É inquestionável a posição de Goiânia como centro de atendimento a doentes de todo o estado e de algumas regiões do país devido ao desenvolvimento considerável de sua tecnologia e estrutura médica. Diante desse fator, é notório que o processo de descentralização tão importante para o enxugamento da quantidade e da qualidade de atendimento da população da capital ainda não tem sido posto em prática em municípios menores do estado. Assim, consideramos igualmente que o aceleramento do processo de municipalização da saúde trará rápidos resultados na melhoria de atendimento tanto na capi-



tal quanto nas demais cidades que poderão atender sua população essencialmente nas atenções primárias, de fundamental importância para a saúde coletiva. Desse processo denota-se uma outra mentalidade a de promoção da saúde e de prevenção da doença e não a atual, de cuidado com a doença. Essa mudança de mentalidade é um fator preponderante de economia com os gastos com saúde coletiva.

O segundo aspecto a ser observado não apenas em Goiânia, mas em qualquer região do país é que saúde depende de melhores condições de existência, que depende de atendimento a serviços básicos como água tratada, esgoto, educação, domicílios com banheiros e distribuição de renda. Sem essa consciência, o simples enriquecimento e aumento da produção não trazem nenhum benefício social. O resultado do crescimento da riqueza deve ser destinado para o melhoramento das condições sociais, por meio de programas de distribuição de renda, ou se manterá o antagonismo que tanto assusta os observadores das questões sociais no Brasil. A coexistência de grande riqueza, tecnologia e desenvolvimento agrícola e industrial com uma população miserável.

Assim, como propõe Singer consideramos que o estado de saúde da população depende diretamente da evolução em função do desen-

volvimento das forças produtivas nas relações de produção que condicionam genericamente as contradições sociais que são responsáveis diretas pela gênese de estados mórbidos como decorrência da incapacidade para prevenir, suprimir ou controlar a eclosão dessas contradições e, por conseguinte prevenir, suprimir e controlar fragilmente a necessidade de aumento dos gastos com saúde pública e o crescimento do número de necessitados desse atendimento.

Referências

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro, Saga, 1972.

SINGER, Paul. **Prevenir e Curar: o controle social através dos serviços de saúde**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1988.

SILVA, Leicy Francisca da. **Saúde Pública e Medicina Popular em Goiás**. Goiânia, 2003.

FREITAS, César Augustus L.L. **Vale dos Sonhos: Movimentos Sociais Urbanos e Disputa pelo Espaço em Goiânia**.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. **Goiás em Dados 2003**. Goiânia: Seplan, 2003.



Educação e Economia em Goiás

Resumo: Educação, economia e trabalho são questões que levantam grandes polêmicas. Isto por estarem, ao mesmo tempo, correlacionadas e também serem tão antagônicas na "lógica" incompreensível das relações sociais e mercantis. Porém, por mais que haja confronto entre seus discursos, as pesquisas atuais demonstram que elas estão interligadas intrinsecamente. Assim, o presente artigo trata dessas questões no âmbito de Goiás, tratando também um pouco de suas formações históricas, expressando o significado e a importância que a educação tem nas relações econômicas locais, particularmente com a formação para o trabalho.

Palavras-Chave: Capital Humano. Conhecimento. Desenvolvimento. Economia. Educação.

Introdução

A educação sempre foi, é e sempre será, um fator importante para o processo de desenvolvimento pessoal, social e econômico. Seja na forma de qualificação dos trabalhadores, na formação pessoal, na amplitude relacional ou emocional, na definição do chamado capital humano, bem como na construção cultural e de letramento. A educação seja ela formal ou informal, é um elemento sem o qual as regiões não conseguem melhorar os seus indicadores de qualidade de vida. Ela está intrinsecamente ligada a essa qualidade de vida. Com a educação formal¹ chegam as melhorias no campo tecnológico, acontecem avanços nas relações humanas, no campo do uso social da leitura e da escrita. Avança-se também a pesquisa e, na mesma proporção, ampliam-se as vastas fronteiras do conhecimento. Todos os países do mundo, como

* Economista. Especialista em Economia Agrícola. Mestre em História. Professor universitário. Conselheiro Titular do Conselho Regional de Economia de Goiás. e-mail: borgescjr@aol.com

** Pedagoga. Especialista em Psicopedagogia e Alfabetização. Mestranda em Educação pela UCG. Professora universitária. e-mail: rosarianecampos@aol.com

¹ Segundo José Carlos Libâneo, em **Pedagogia e pedagogos, para quê?**, (2002, p.97), A educação escolar é uma instância da educação formal, integrada a outras modalidades de educação, sejam elas formais ou não-formais



*Paulo Borges Campos Jr**



*Rosariane Gláucia Mendonça Campos***

exemplo os Tigres Asiáticos, somente promoveram expansões em suas economias no momento em que entenderam o significado da educação para a transformação do homem e da sociedade, tornando-os mais críticos, mais conscientes de suas responsabilidades e de seus direitos e mais preparados para as tarefas da produção e construção econômicas.

Frigoto (1999) afirma que discutir as novas concepções do capital humano na suposta legitimidade das teses ideológicas do fim da história é afirmar que o mundo é, e será sempre capitalista, assim, pode-se eleger três categorias básicas do discurso neoliberal: a da sociedade do conhecimento, a da educação para a competitividade e a da formação abstrata e polivalente. O autor ressalta ainda que a educação no Brasil, entre 1960 a 1990, desenvolveu uma prática social que parte do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes, concepções e valores articulados às necessidades das diferentes classes sociais para uma reduzida prática do "economicismo, a mero fator de produção - capital humano", definida então como uma técnica de preparar recurso humano para o processo de produção.

Essa concepção de educação como "fator econômico" vai constituir-se numa espécie de fetiche, um poder em si que, uma vez adquirido, é capaz de operar o "milagre" da equalização social, econômica e política entre os indivíduos, grupos, classes e nações. Segundo Frigoto (1999) esta crença



fez surgir cursos de graduação e pós-graduação com currículos voltados à Economia da Educação.

Em contrapartida às reflexões de Gaudêncio Frigoto, segundo Moraes (2001), é preciso continuar buscando uma educação, individual e coletiva, que requer o desenvolvimento de uma consciência ecológica, relacional, pluralista, interdisciplinar, sistêmica, que traga maior abertura, numa visão mais realista que redentora, mas sim transformadora, baseada na consciência da inter-relação e da interdependência, assim como existe em todos os fenômenos da natureza.

História da Educação em Goiás

Na história de Goiás, a partir de 1726 quando se inicia a mineração do ouro nessa região, a educação não se fez presente enquanto preocupação de governo. O que importava era a acumulação de riqueza, através da extração desordenada e sem nenhum interesse com os indicadores sociais até porque o território goiano se inseria no contexto de uma colônia de exploração.

De acordo com Palacin, Garcia e Amado (1995), na capitania de Goiás os padres representavam a parte mais culta da sociedade. Os primeiros professores públicos chegam nessa região somente em 1788, sendo três professores de primeiras letras para Vila Boa (cidade de Goiás), Meia Ponte (Pirenópolis) e Pilar, dois de latinidade e um de retórica. A primeira escola aqui fundada data de 1787, estava localizada na atual cidade de Pirenópolis. A segunda escola foi criada em Santa Luzia, atual cidade de Luziânia. No final da primeira década do século XIX, em todo território goiano, existiam apenas quatorze profes-

res, sendo a maioria presentes na capital Vila Boa. Para piorar mais ainda a educação em Goiás, no início do século XIX, em decorrência da política governamental de contenção de gastos públicos, o então governador da capitania Francisco de Assis Mascarenhas, o Conde de Palma, ordenou a redução dos salários dos professores e o fechamento de diversas escolas.

Para Campos (2004), a precariedade da educação em Goiás na primeira metade do século XX, ainda é bastante expressiva. A rede pública de ensino primário, nesse período, não atinge a totalidade dos municípios goianos. O chamado ensino secundário, se restringe a apenas dezessete cidades, sendo, em sua maioria, constituído de escolas normais para formação de professores. Já o ensino superior se reduz à faculdade de Direito, localizada na cidade de Goiás. Assim, em 1940, o analfabetismo chega a representar 81% da população goiana em idade escolar.

Educação em Goiás

No Estado de Goiás, a maioria dos indicadores educacionais, tais como salas de aulas e docentes em exercício, são crescentes, o que significa que, pelo menos, nos aspectos quantitativos, a educação nesse estado tem melhorado sensivelmente. Entre 2000 e 2003, houve uma diminuição de 8,2% no número de estabelecimentos de ensino no estado, porém um aumento de 11,7% no número de salas de aula e de 8,8% de docentes em exercício. Quanto à qualidade dessa educação, muito embora se reconheça a existência de políticas públicas para tanto, a frieza desses números não permite uma análise mais expressiva.

Tabela 1
ESTADO DE GOIÁS: Número de estabelecimentos de ensino, salas de aula e docentes em exercício - 2000 - 03

Especif.	Estabelecimentos				Salas de Aula				Docentes em Exercício			
	2000	2001	2002	2003	2000	2001	2002	2003	2000	2001	2002	2003
Total	5.260	5.134	4.960	4.860	30.036	32.066	32.896	33.561	65.438	67.929	70.721	71.212
Federal	7	8	8	8	185	223	208	227	413	408	419	416
Estadual	1.292	1.247	1.263	1.233	11.747	11.538	11.739	11.222	32.112	30.590	31.173	29.701
Municipal	3.045	2.822	2.613	2.511	11.222	12.043	12.323	12.705	21.521	23.106	24.389	25.555
Particular	916	1.057	1.076	1.108	6.882	8.262	8.626	9.407	11.392	13.825	14.740	15.540

Fonte: Secretaria da Educação

Elaboração: Seplan-GO/ Sepin / Gerência de Estatísticas Socioeconômicas - 2004



No indicador número de alunos matriculados em Goiás, no período compreendido de 1997 a 2003, exceto na pré-escola e na educação de jovens e adultos, todos os demais tiveram seus números reduzidos. Nos anos citados, as matrículas da pré-escola cresceram em mais de 28% e da educação de jovens

e adultos em mais de 500%. As matrículas na alfabetização diminuíram em quase 18%, no ensino fundamental; em 3,8% no ensino médio, muito embora ela tenha crescido de 1997 a 2003 em 33,7%, quando se leva em conta os anos 2002 a 2003, elas reduziram em 1,7%; e no ensino especial em 20,9%.

Tabela 2
ESTADO DE GOIÁS: Alunos matriculados por nível de ensino - 1997 - 03

Ano	Pré-Escolar	Alfabetização	Fundamental	Médio	Curso normal em nível médio	Educação profissional nível médio	Especial	Educação jovens e adultos
1997	78.503	61.331	1.106.151	193.980	-	-	8.777	24.971
1998	85.809	48.574	1.135.948	217.318	-	-	7.625	35.126
1999	95.930	44.676	1.140.089	239.719	-	-	7.891	48.961
2000	87.153	47.675	1.124.217	254.548	-	-	7.233	65.477
2001	100.970	49.747	1.099.982	259.871	-	-	7.518	93.007
2002	98.704	52.206	1.099.223	269.193	658	7.477	7.246	132.958
2003	100.578	50.341	1.063.513	264.712	-	-	6.941	151.317

Fonte: Secretaria da Educação
Elaboração: Seplan-GO/ Sepin / Gerência de Estatísticas Socioeconômicas - 2004.

O ensino superior em Goiás tem se expandido de maneira surpreendente, acompanhando o cenário brasileiro, com uma evolução no número de instituições, de 2000 a 2002, de 60%; um crescimento das matrículas, em igual período, na ordem de 64% e 43,6% de ampliação do número de

docentes. No Centro-Oeste, a evolução foi de 48% no número de instituições superiores, de 43% nas matrículas e de 32,2% de docentes. No país, de 2000 a 2002, o número de instituições aumentou em quase 39%, as matrículas cresceram em mais de 29% e os docentes em 22,6%.

Tabela 3
ESTADO DE GOIÁS, Centro-Oeste e Brasil: Número de instituições, matrículas e docentes da educação superior - 2000 - 02

Especificação	Educação Superior								
	Instituições			Matrículas			Docentes		
	2000	2001	2002	2000	2001	2002	2000	2001	2002
Goiás	35	47	56	72.769	88.923	119.297	5.231	5.873	7.513
Centro-Oeste	134	162	198	225.004	260.349	323.461	15.927	17.666	21.061
Brasil	1.180	1.391	1.637	2.694.245	3.030.754	3.479.913	197.712	219.947	242.475

Fonte: MEC / INEP.
Elaboração: Seplan-GO/ Sepin / Gerência de Estatísticas Socioeconômicas - 2004

Um outro dado importante da educação em Goiás é o que mostra o comportamento da taxa de analfabetismo. Nos últimos anos, de 1992 a 2002, do total de pessoas com 15 anos de idade ou mais, essa taxa regrediu em mais

de 44%, passando de 16,3% para 11,3% de analfabetos.

No Centro-Oeste essa regressão foi de 51% e no Brasil de quase 46% no número de pessoas analfabetas.



Tabela 4
ESTADO DE GOIÁS, Centro-Oeste e Brasil:
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos
ou mais de idade - 1992, 1999, 2001 e 2002

Especificação	Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)			
	1992	1999	2001	2002
Goiás	16,3	12,5	11,7	11,3
Centro-Oeste	14,5	10,8	10,2	9,6
Brasil	17,2	13,3	12,4	11,8

Fonte: IBGE / PNAD.

Elaboração: Seplan-GO/ Sepin / Gerência de Estatísticas Socioeconômicas - 2004.

Formação econômica de Goiás

Entre 1726 e 1778, na primeira metade do século XVIII, a economia de Goiás se identificou, basicamente, com a exploração mineral, com grande destaque para a produção de ouro. Para Palacin e Moraes (1986), de curta duração, quase nada dessa riqueza ficou no território goiano. A maior parte foi enriquecer a corte portuguesa. Além do ouro, se fizeram presentes outras atividades econômicas na região: um comércio insignificante restrito às minas, uma agricultura de subsistência e uma pecuária que atendia a outros mercados consumidores além desse.

Com a crise da atividade mineradora, a economia goiana entra no século XIX com os olhos voltados para a agropecuária. Acontece a ruralização dessa economia. A agricultura tinha na ausência de um sistema viário adequado um de seus problemas mais sérios. O gado, por se auto-transportar, sofria menos de tal mal, rompendo o seu isolamento territorial em busca de mercados consumidores.

De acordo com Borges (1990), a expansão do capitalismo em Goiás esbarrou na falta de meios de comunicação aqui presente, dificultando sua ligação com o resto do país, principalmente com a região Centro-Sul. A economia se estrangulava por conta da ausência de um sistema viário adequado. Portanto, a presença dos trilhos aqui serviu para definir os rumos desse sistema.

Surge então, já no século XX, a necessidade de se incorporar novas terras à estrutura produtiva do Brasil, com a marcha do café em São Pau-

lo e Minas Gerais. Goiás responde a esse problema nacional, por possuir uma vasta extensão territorial com grande potencial econômico. Bastava, portanto, criar as condições indispensáveis de transporte, para que a economia goiana atendesse à demanda nacional. Logo, nos primeiros anos do século XX os trilhos da estrada de ferro provocaram mudanças na economia regional gerando um aumento na produção agropecuária e conseqüente expansão do comércio no estado. Contudo, essa riqueza foi gerada, principalmente, na parte sul de Goiás, onde se localizavam as principais cidades, tornando assim o seu processo de desenvolvimento bastante heterogêneo.

Quadro da economia de Goiás

Nos últimos anos, a economia de Goiás tem experimentado índices de crescimento de sua economia, expressos através do produto interno bruto / PIB, bem acima da média nacional, frutos da expansão local do agronegócio. Nos anos de 1994 a 2002, a taxa de crescimento acumulado do PIB goiano foi de 38,42%, tendo uma evolução na participação, em igual período, na economia brasileira de 19,5%. Segundo projeções da Seplan-GO, entre 1998 e 2004, essa região terá crescido 28% em números reais.

Quadro 1
Produto Interno Bruto de Goiás, taxa de
crescimento e participação no PIB do Brasil
(1994 - 2002) - (R\$ 1.000)

Ano	Valores Correntes	Taxa de crescimento (%)	Participação (%)
1994	6.810,00	2,70	1,95
1995	11.875,00	1,84	1,84
1996	14.592,00	3,67	1,87
1997	16.025,00	5,27	1,84
1998	17.428,00	2,19	1,91
1999	17.920,00	3,17	1,84
2000	21.665,00	5,11	1,97
2001	25.048,00	4,32	2,09
2002	31.299,00	4,90	2,33

Fonte: Seplan-GO/Sepin / Gerência de Contas Regionais

O setor industrial goiano, pelos dados da Seplan-GO (2004), possui números positivos, acima do comportamento dos demais setores econômicos, resultado das agressivas políticas de desenvol-



vimento industrial praticadas pelos governos desse estado. Os números da composição do PIB de Goiás revelam, de 1995 a 2001, diminuições de 3% do setor agropecuário e de 17,8% do setor de serviço, porém uma evolução de 34,4% do setor industrial, o que reforça ainda mais a percepção que se tem a respeito da opção que os governos fizeram para o crescimento da econo-

mia local. A tendência, pelo que se percebe, é de uma ampliação da participação da indústria goiana nessa estrutura do produto interno bruto de Goiás.

Os dados que mostram o comportamento da concentração de renda em Goiás, através do índice de Gini, nos anos de 1991, 1992, 1999 e 2000, não foram nada animadores. Se por um lado, como se percebe neste artigo, a economia goiana cresceu acima da média brasileira, por outro o grau de concentração aumentou em 3,3% entre 1991 e 2000.

O índice de desenvolvimento humano / IDH em Goiás, a partir dos indicadores de longevidade, educação e renda, foram positivos nos anos de 1991 e 2000, contudo o estado permanece na 8ª posição, com uma classificação considerada média em relação às demais regiões analisadas. O IDH municipal cresceu em quase 11% no período citado, o que indica uma aproximação do critério classificatório elevado.

Tabela 5
ESTADO DE GOIÁS: Estrutura do PIB
1995 - 01

Ano	Estrutura do PIB por setores (%)			
	PIB	Agropecuária	Indústria	Serviços
1995	100	18,07	26,07	55,86
1996	100	15,84	26,72	57,44
1997	100	15,87	29,40	54,73
1998	100	16,35	28,74	54,91
1999	100	16,16	29,56	54,28
2000	100	17,19	32,49	50,32
2001	100	17,54	35,03	47,43

Fonte: Seplan-GO/ Sepin / Gerência de Contas Regionais

Tabela 6
ESTADO DE GOIÁS, Centro-Oeste e Brasil: Valor do rendimento nominal médio mensal e índice de Gini das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares
1991 - 92, 1999 - 02

Especificação	Valor do rendimento nominal médio mensal domiciliar- 2002			Índice de Gini (1)					
	Total	Urbana	Rural	1991	1992	1999	2000	2001	2002
Goiás	1.045	1.103	637	0,620	0,598	0,549	0,600	-	-
Centro-Oeste	1.306	1.404	656	0,632	0,580	0,573	0,622	0,585	0,591
Brasil	1.175	1.284	525	0,637	0,571	0,567	0,609	0,572	0,573

Fonte: IBGE

Elaboração: Seplan-GO/ Sepin / Gerência de Estatísticas Socioeconômicas - 2004.

(1) 0 → perfeita igualdade

1 → desigualdade

Tabela 7
ESTADO DE GOIÁS E BRASIL: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal -1991 e 2000

Especificação	IDH-M		IDH-M Longevidade		IDH-M Educação		IDH-M Renda		Posição	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Goiás	0,700	0,776	0,668	0,745	0,765	0,866	0,667	0,717	8º	8º
Brasil	0,696	0,766	0,662	0,727	0,745	0,849	0,681	0,723	-	-

Fonte: PNUD / IPEA / FJP / IBGE.

Elaboração: Seplan-GO/ Sepin / Gerência de Estatísticas Socioeconômicas - 2004.

Classificação segundo IDH:
Elevado (0,800 e superior)
Médio (0,500 - 0,799)
Baixo (abaixo de 0,500)



Educação e economia

O grau de desenvolvimento de uma região qualquer guarda uma profunda relação com as condições educacionais da mesma. Se a educação é prioridade, um dos reflexos é a boa formação de seus habitantes e, conseqüentemente, a presença na sociedade de capital humano, ou seja, de mão-de-obra qualificada. O crescimento das economias se liga diretamente nessa relação educação/crescimento. Para crescer, se faz necessário a ampliação das fronteiras do conhecimento, da pesquisa e da tecnologia. Coréia do Sul, Cingapura e Taiwan são exemplos típicos de países preocupados com a ampliação dos seus limites educacionais.

De acordo com Weinberg (2005), em 1960 a Coréia do Sul era uma nação subdesenvolvida, com altas taxas de analfabetismo e uma renda per capita equivalente a do Sudão. Ao investir maciçamente em educação, esse país asiático passou a exibir uma economia fervilhante, triplicando o seu tamanho a cada década e crescendo a sua renda em dezenove vezes a partir dos anos 60. Atualmente, os coreanos acabaram, praticamente, com o analfabetismo e possuem 82% dos jovens no ensino superior. O Brasil tem 18% de seus jovens nas universidades, centros universitários e faculdades e 13% de sua população, em idade escolar, considerada analfabeta. O grande diferencial entre estas nações foi, sem dúvida, a preocupação com os indicadores educacionais por parte dos asiáticos.

Conclusões

Para Alves (1998), a relação entre educação e desenvolvimento econômico deve ser discutida a partir das ligações entre a estrutura do sistema educacional com a ordem econômica e social das sociedades, onde esse sistema está inserido. Assim, se uma sociedade é desigual em sua estrutura econômica e social, o seu sistema educacional refletirá tal quadro, pois isso definirá aqueles que são capazes de entrar e se manter nesse sistema.

Uma nova educação, também no âmbito das relações, se instaura em Goiás. Elas, sejam quais forem, exigem uma associação individual e co-

letiva, onde a interação e o diálogo definem novas propostas para o crescimento intelectual e tecnológico. Um novo paradigma, que aqui se pode chamar de *Paradigma Emergente*, traduz uma grande esperança numa educação voltada para as relações humanas, produtora de uma mão-de-obra capaz de entender que há uma nova era, onde as relações se fundem com as necessidades humanas e mercadológicas.

Hoje a educação goiana, assim como a educação nacional, aponta para uma nova paisagem. Como parte do pressuposto do novo *Paradigma Educacional Emergente*², as relações entre capital e trabalho já não se diferenciam das relações e das necessidades humanas, cabendo também à escola a função integradora e formadora do novo profissional.

Brezinski (1996), afirma que a busca da identidade do pedagogo e da pedagogia muito contribuiu para novos olhares acerca da educação goiana e nacional. Sendo assim é possível afirmar que Goiás se insere nas novas perspectivas que surgem, visando uma grande elevação do potencial educacional e humano, e por conseqüência, vislumbra maior êxito futuro nas suas relações econômico-educacionais.

Recentemente, segundo Hirschmann (2005), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / IPEA deixou Goiás de fora do chamado *Espaços Preferenciais e Aglomerações Industriais*, sob protestos das autoridades do estado, em que aponta 15 centros industriais dinâmicos do Brasil, por entender que o parque industrial goiano não inova e nem diferencia seus produtos, através de uma tecnologia avançada. Isto pode ser um sinal que aponta para a necessidade de maiores investimentos na qualificação dos trabalhadores locais ou no capital humano.

Em Goiás, sem dúvida, aconteceram melhorias nos seus indicadores educacionais, ao mesmo tempo em que a economia local cresceu acima

² Maria Cândida Morais, em seu livro *O Paradigma Educacional Emergente* (2001, p.26), relata um novo momento em que vive a educação atual, onde busca traduzir crenças a respeito do que deve ser um modelo ideal de educação, que compreende o mundo como uma teia de relações e conexões que se interlaçam com as aspirações humanas dentro de um mundo tecnológico.



da média nacional. Contudo, se fazem necessárias algumas reflexões a respeito desses indicadores de educação, dos recursos públicos destinados para esse setor, da sua relação com o crescimento da economia e dos seus reflexos no processo de desenvolvimento goiano, a partir da formação de mão-de-obra qualificada para o concorrido mercado de trabalho. Muitos já foram os avanços. O caminho é longo, mas necessário para a consolidação desse estado do centro-oeste brasileiro como pólo dinâmico e sustentável desse país.

Referências

ALVES, Denisard Cnéio de Oliveira. Educação, desenvolvimento econômico e distribuição de renda: a experiência brasileira. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval.org. **Manual de economia. Equipe de professores da USP.** São Paulo: Saraiva, 1998. p. 531-543.

BORGES, Barsanufu Gomides. **O Despertar dos Dormentes.** Goiânia: Cegraf, 1990.

BREZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores: Busca e movimento.** Campinas: Papirus, 1996.

CAMPOS, Itami. A política tradicional em Goiás: 1930 a 1960. In: SOUZA, Dalva Borges de.(Org) **Goiás. Sociedade & Estado.** Goiânia: Cênone, 2004. p.19-20.

FIORI, José Luís. **60 lições dos 90, uma década de neoliberalismo.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GOIÁS. Secretária da Educação. **Educação em Dados.** Goiânia, 2004.

_____. Secretária do Planejamento e Desenvolvimento. **Goiás em Dados.** Goiânia: SEPLAN, 2003.

HISCHMANN, Daniel. Centro-Oeste é excluído da lista de pólos do país. **O Popular,** Goiânia, 24 abr. 2005. Caderno de economia, p. 13.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente.** 7ª ed. Campinas: Papirus, 2001.

PALACÍN, Luís; GARCIA, Ledonias Franco; AMADO. **História de Goiás em documentos I.** Colônia. Goiânia: Editora UFG, 1995.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Santana. **História de Goiás.** 4ª ed. Goiânia: Editora da UCG, 1986.

WEINBERG, Mônica. 7 Lições da Coréia para o Brasil. **Veja,** São Paulo, ed. 1892, p.60-74, fevereiro de 2005.



Goiás: quais os Caminhos para o Desenvolvimento?

Resumo: O presente artigo tem como escopo central o debate em torno das idéias de desenvolvimento regional e as perspectivas de implementação das políticas regionais em Goiás nas duas últimas décadas. A abordagem se centra na análise teórica da divisão regional do trabalho no capitalismo contemporâneo visualizado a partir da relação entre integração regional e desenvolvimento econômico. Para isso, foi elencado como objeto de estudo a realidade do desenvolvimento econômico em Goiás e diante disso, como as diversas regiões do estado vêm se integrando a esse processo.

Palavras-Chave: Desenvolvimento regional, urbanização e pólos de desenvolvimento.

Modernização capitalista e polarização econômica

O advento da terceira revolução industrial é identificado a partir de dois aspectos principais. O primeiro é a configuração da sociedade técnico-científico e informacional (SANTOS, 1999, CASTELLS, 1999), definida por um novo papel desempenhado pela economia em rede em que o fluxo de circulação de mercadorias se torna cada vez mais veloz. Em decorrência disso se desenvolve também uma nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT) em que o espaço econômico mundial não mais se polariza em um centro industrializado e uma periferia exportadora de matérias-primas, mas sim na formação de vários centros dinâmicos ou dinamizadores do capitalismo global .

Benko (1999, p. 71) define esse novo movimento da seguinte forma:

O que é novo na DIT atual é que ela já não se caracteriza por empresas capitalistas que possuem cada qual sua identidade nacional e tem por objetivo vender seus produtos no mercado inter-

César Augustus L.L.
de Freitas*



nacional. A DIT é hoje mais determinada por companhias transnacionais que operam simultaneamente num número incalculável de países diferentes e também realizam freqüentemente suas transações internacionais no seio de seu grupo, de modo que as grandes empresas têm a sua disposição uma rede internacional de departamentos de sua propriedade.

Isto significa que existe mais uma relação orgânica entre as empresas nos diferentes territórios do que propriamente entre estados, entretanto o papel dos estados passa a ser o de organizar e orientar os novos fluxos de investimento, para assim garantir a absorção das externalidades negativas produzidas pelo mercado, criando as condições estruturais necessárias para o bom funcionamento deste.

Essa nova lógica de desenvolvimento das relações econômicas entre os territórios é importante para repensar os paradigmas sobre o desenvolvimento da economia urbana e regional no limiar do século XXI, compreendendo assim o quão é importante esse debate no sentido de permitir a construção de novas relações interregionais que tenham como base principal não só a possibilidade de um maior dinamismo no processo de produção e circulação de mercadorias, mas que existam também perspectivas de novas políticas que permitam uma melhor distribuição da riqueza entre as regiões.

Diante disso, a idéia deste trabalho se desenvolve a partir de duas questões centrais. A primeira é entender a relação entre esta nova dinâmica da economia global e suas implicações com o agravamento das disparidades regionais, considerando que a globalização econômica que vem se acelerando nos últimos vinte anos tem um movimento contraditório. Ao mesmo tempo que homogeneiza a distribuição de mercadorias faz com que a disparidade entre ricos e pobres te-

* Economista, mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás e professor titular do curso de Ciências econômicas da UEG (CSEH - Anápolis). E-mail: cesarlabre@bol.com.br



na aumentado no mesmo período em escala mundial.

Em segundo lugar como estas mudanças de caráter global tem refletido na realidade da economia goiana, principalmente no sentido de entendermos quais as posturas assumidas pelos governos estaduais nesse mesmo período no sentido de elaborar e implementar planos de desenvolvimento regional que tenham como viés central, a amenização das desigualdades criadas pela modernização da economia goiana.

O desenvolvimento econômico capitalista deve ser entendido a partir de que ele se dá de forma diferenciada entre as regiões. Uma das idéias centrais que permitem uma compreensão mais clara desse processo é a teoria dos pólos de crescimento (PERROUX, 1968) que defende como aspecto central a premissa de que o desenvolvimento econômico nos moldes capitalistas se dá de forma polarizada, ou seja, existem regiões que se tornam pólos de desenvolvimento atraindo dessa forma capital e força de trabalho, e outras que se tornam pólos de repulsão dos mesmos elementos.

Perroux, (1968, p. 164) resume da seguinte forma a sua tese:

O facto, rudimentar mas consistente, é este: o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia.

O crescimento econômico portanto não se distribui de forma equitativa por todas as regiões. Como exemplo disso, podemos citar os desiguais níveis de urbanização no Brasil nos últimos cinquenta anos, e em Goiás nos últimos vinte anos. Entendemos aqui a urbanização como resultado direto do movimento de capital e força de trabalho que se concentra em uma região específica possibilitando assim a modernização das atividades econômicas pelas economias de aglomeração. Por outro lado, as regiões que foram desfavorecidas no processo de acumulação capitalista têm enfrentado sérios problemas no desenvolvimento social.

As perspectivas da regionalização econômica em Goiás: as contradições do modelo

A modernização econômica em Goiás tem mostrado com clareza a aplicação da teoria dos pólos de crescimento, haja visto que existe uma grande diversificação econômica baseada na concentração das atividades produtivas em determinados pontos do espaço, ficando o restante do território com seu dinamismo sendo resultante dos pólos dinâmicos da economia.

Diante dessa análise, Perroux (1968) argumenta que se formam na economia pólos de desenvolvimento motrizes, configurados por setores oligopolizados da economia que têm como característica principal a irradiação de efeitos de expansão econômica sobre o resto do território. Os primeiros são denominados de motrizes e os segundos de setores movidos da economia.

Segundo Perroux (1968, p. 192):

Opólo de desenvolvimento é uma unidade econômica motriz ou um conjunto formado por várias dessas unidades. Uma unidade simples ou complexa, uma empresa, uma indústria, um complexo de indústrias dizem-se motrizes quando exercem efeitos de expansão sobre outras unidades que com ela estão em retração.

As formas como se configurou a economia goiana nos últimos vinte anos respeita essa perspectiva teórica haja visto que a modernização capitalista se concentrou prioritariamente em algumas regiões específicas (Região Metropolitana de Goiânia, Entorno de Rio Verde, Entorno de Catalão e Entorno de Anápolis) regiões que podem ser consideradas como pólos motrizes de desenvolvimento porque é a partir dessas regiões que se dá o dinamismo econômico para todo o estado. Enquanto isso, o resto do território goiano vive em função da expansão dessas economias locais.

Segundo Perroux (1968, p. 201) o dinamismo regional gera as "zonas de desenvolvimento", em que se concentram as economias de aglomeração enquanto a conexão entre os pólos dinâmicos da economia geram os "eixos de desenvolvimento" no território o que se materializa atra-



vés da construção de toda uma infra-estrutura que permita a integração econômica do território no sentido de permitir a dinamização do processo produtivo.

Isso também não quer dizer que o resto do estado não tenha se integrado nessa nova lógica produtiva, principalmente se considerarmos o intenso processo de integração territorial por que passou Goiás no período em questão, considerando dois aspectos. O primeiro foi a secessão do norte do estado de Goiás dando origem ao estado do Tocantins. Esse fato significou um considerável alívio para a economia goiana, levando-se em consideração que essa parte do território goiano nunca foi representativo em termos de incremento na economia regional, entretanto devido a sua extensão significou uma redução nos gastos para o setor público em Goiás.

Um segundo aspecto nesse processo é que decorrente dessa partilha do estado, os investimentos ficaram mais direcionados para as regiões mais próximas dos grandes mercados consumidores nacionais, levando-se em consideração que toda a infra-estrutura de ligação com essas regiões teve papel importante na inserção de Goiás no cenário da economia nacional.

O setor público em Goiás contribuiu de forma significativa na formação desses pólos motrizes, principalmente se considerarmos o grande esforço implementado a partir da década de 1980 na construção de uma extensa malha viária (Tabela 1) que permitisse a integração econômica do território, expansão de rede eletrificada além de toda uma estrutura creditícia, num primeiro momento com o FOMENTAR de 1984 A 1999 e o PRODUIR a partir do ano 2000.

Tabela 1
Extensão das rodovias pavimentadas por Governo - 1964 a 2004

Governos	Mandatos	Rodovias Pavimentadas (km)
Anterior a 1964		157,00
Otávio Lage	31/01/66 à 15/03/71	538,00
Leonino Di Ramos Caiado	15/03/71 à 15/01/79	36,00
Irapuan Costa Junior	15/01/79 à 15/03/79	237,00
Ari Ribeiro Valadão	15/03/79 à 15/03/83	552,00
Iris Rezende Machado (1º Mandato)	15/03/83 à 13/02/86	2.895,60
Onofre Quinan	13/02/86 à 15/03/87	105,00
Henrique Santillo	15/03/87 à 15/03/91	395,00
Iris Rezende Machado (2º Mandato)	15/03/91 à 02/04/94	1.398,40
Agenor Rezende	02/04/94 à 01/01/95	205,00
Maguito Vilela	01/01/95 à 04/05/98	677,60
Naphtali Alves de Souza	04/05/98 à 31/12/98	991,00
Total		8.187,60
Governo Marconi Perillo - 1º e 2º Mandato 01/01/1999 a 31/12/2004)		
Rodovias - Pavimentação		896,30
Rodovias - Duplicação		19,20
Rodovias - Reabilitação		893,35
Acessos / Trevos / Vias Urbanas		135,64
Pavimentação Urbana - Pan		2.086,68
Pavimentação Urbana - Convênio AGDR		167,22
Pavimentação Urbana - Convênio Seplan		438,85
Total		4.637,24

Fonte: AGETOP - Diretoria de Planejamento e Projetos/Gerência de Planejamento/Gerência de Tecnologia
Diretoria de Obras Rodoviárias/Gerência de Medição e Monitoramento de obras rodoviárias



Sobre a estrutura creditícia fornecida pelo Governo Estadual com relação ao FOMENTAR, PASCHOAL (2001, p. 94) demonstra que a estratégia aplicada leva à concentração dos investimentos, em que "Goiânia, por exemplo teria (28,5%), Anápolis (5,6%), Aparecida de Goiânia (1,8%), Catalão (2,1%), Itumbiara (3,2%), Rio Verde (3,7%), Jataí (2,3%) e Luziânia (1,3%)".

A concentração econômica regional e a formação das disparidades regionais

A dinâmica descrita anteriormente gerou em Goiás uma "Região Concentrada" (SANTOS, 2001), caracterizada pela região Metropolitana de Goiânia, Anápolis, Sudoeste e região Sudeste fazendo com que houvesse uma grande migração de fatores produtivos para essas regiões enquanto o desenvolvimento do resto do território goiano ficasse dependente da expansão das atividades econômicas nas regiões motrizes do estado.

Entretanto, essas mesmas regiões motrizes diante dessa nova perspectiva de divisão do trabalho se encontram em intenso processo de integração vertical com outros pontos do planeta, criando assim uma rede de transações que tem menos importância a relação direta com seu entorno do que com outras regiões economicamente importantes do planeta. Essa relação que Santos (1999) denomina de produção de verticalidades vem dar um novo significado no processo de produção de mercadorias, entendendo assim que as organizações produtivas locais estão cada vez mais dependentes das interferências globais.

Sobre essa nova configuração espacial Santos (1999, p. 225) afirma que:

Nas atuais condições, os arranjos espaciais não se dão apenas através de figuras formadas de pontos contínuos e contíguos. Hoje, ao lado dessas manchas, há também, constelações de pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores. As segmentações e partições presentes

no espaço sugerem, pelo menos que se admitam dois recortes. De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidades, como na definição tradicional de região. São as horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades.

Como exemplo dessa nova realidade podemos citar o caso da região sudoeste de Goiás que tem no agronegócio o pólo dinâmico do seu processo de desenvolvimento econômico. A rentabilidade de sua produção está muito mais relacionada com as flutuações que ocorrem na Bolsa de Mercadorias de Chicago do que propriamente com as oscilações político e sociais que porventura venham a ocorrer no seu entorno direto. Na verdade o que se entende por verticalidades é uma relação de interdependência entre o local e o global, em que o último exerce um papel preponderante sobre o dinamismo do primeiro.

Podemos entender uma das facetas da modernização econômica em Goiás a partir da teoria dos Pólos de Crescimento de François Perroux, caracterizando esse movimento de

modernização econômica de caráter contraditório porque diversifica a economia, aumenta a produção de riquezas no estado num período relativamente curto, entretanto faz com que as desigualdades de renda se intensifiquem, tanto no aspecto da renda pessoal quanto no aspecto da renda regional, gerando assim grandes distorções territoriais, se considerarmos também que a produção de riquezas nas atividades mais modernas da economia está toda concentrada em setores oligopolizados, haja visto o setor de agronegócios, indústria química-farmacêutica e setor de serviços.

Diante dessa constatação é válido afirmar que as correções para sanar essas desigualdades passam por um novo papel do setor público não como um agente definidor ou norteador de investimentos, mas sim como elemento central dentro do



desenvolvimento capitalista com o objetivo de criar políticas compensatórias que permitam a amenização dessas desigualdades regionais.

Entretanto devemos considerar que com o advento das políticas neoliberais e o esgotamento de modelos de estado planejadores tem dificultado cada vez mais essa perspectiva. O que tem sido fortalecido é a idéia do jogo livre das forças de mercado na alocação ótima de recursos, numa moderna alusão paretiana da perspectiva do mercado com o único agente capaz de definir de forma mais racional a distribuição dos recursos no território.

A falta de perspectiva de políticas de desenvolvimento regional se agrava principalmente nas regiões subdesenvolvidas, e Goiás, estado inserido na periferia de um país subdesenvolvido, embora venha apresentando ótimos índices de crescimento econômico (Segundo dados da Seplan-GO, se apresenta como a 10ª maior economia do país), vem enfrentado graves problemas nesse aspecto, se considerarmos alguns aspectos centrais como a crescente urbanização concentrada em algumas regiões do estado, que gera uma forte pressão sobre o fornecimento de equipamentos coletivos, principalmente no atendimento para a população mais carente.

A própria característica da urbanização em regiões subdesenvolvidas que segundo Furtado (2003,p. 99), se dá menos como resultado de:

Modificações na estrutura ocupacional motivadas pela industrialização e mais à ação de outros fatores ligados ao crescimento de atividades mercantis concentradas em alguns portos - na fase de expansão do comércio exterior - , à existência de estruturas agrárias que dificultam o acesso à terra, à penetração de técnicas que reduzem o emprego agrícola, aos benefícios que de uma ou de outra forma concedem os governos às populações urbanas, ao crescimento do mercado de trabalho para serviços.

Esse processo de urbanização, característico nas duas últimas décadas em Goiás é resultado direto dos efeitos causados pela modernização econômica em Goiás, que precisa criar novas estruturas, com o objetivo de permitir uma adequação do território às novas necessidades de acumulação de capital. O processo de urbanização em Goiás, como resultado direto da nova dinâmica da economia capitalista no estado, é produto do que Singer (1998) denomina de fatores de estagnação, provocados pela emigração de fatores de produção, principalmente força de trabalho para regiões que são privilegiadas pelo desenvolvimento do mercado.

Referências

BENKO, George. **Economia, espaço e globalização.**

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e terra, 1999.

FREITAS, César Augustus L.L. **Inserção e perspectivas do Nordeste goiano na divisão regional do trabalho em Goiás.** Goiânia: Conjuntura Econômica Goiana. N. 02. Novembro de 2004.

FURTADO, Celso. **Raízes do subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

PASCHOAL, Júlio Alfredo R. **O papel do fomentador no processo de estruturação industrial em Goiás.** Univ. Federal de Uberlândia, 2001. (Dissertação de Mestrado).

PERROUX, François. **A economia do século XX.** São Paulo: Herder.

POCHMAN, Márcio. **Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento global com inclusão social.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção.** Rio de Janeiro: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: Território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização.** São Paulo: Contexto, 1998.



A Reforma Tributária e os seus Impactos na Estrutura Produtiva Goiana

Resumo: A necessidade de uma reformulação do sistema tributário brasileiro já vem fazendo parte da pauta de debates da sociedade há muito tempo. Este artigo discute alguns aspectos da reforma tributária que se encontra em tramitação no Congresso Nacional à luz do que seria, teoricamente, um sistema ideal. Percebe-se, através dos itens discutidos no texto, uma reforma tributária totalmente antagônica com o desenvolvimento econômico nacional, na medida em que promove um desequilíbrio na competitividade inter-regional.

Palavras-chave: reforma tributária

"A arte da tributação consiste em retirar as penas do ganso com o mínimo de dor".

*Jean Baptiste Colbert,
Ministro das Finanças de Luís XVI*

A Nação Clama por Redução de Impostos, e não por Novos e "Criativos Artifícios" de Aumento dessa Exorbitante e Indecente Carga Tributária.

As mudanças propostas na estrutura fiscal nacional desde o início da década de 90 não encontraram aplicação graças às inúmeras divergências de interesses que cercam a matéria. O fato é que a harmonização fiscal está sendo requerida pelo atual contexto internacional, em decorrência do processo de abertura da nossa economia e das diversas mudanças ocorridas no cenário mundial. Mas na verdade, é uma discussão que grande parte dos interessados, e até dos interlocutores, desconhece verdadeiramente o tema e as conseqüências que estas terão para seus negócios e suas vidas.

* Economista, Diretor de Pós-Graduação, Docente e Coordenador do Curso de Economia das Faculdades ALFA, Mestre em Economia de Empresas. E-mail: marcelo@alfa.br

** Economista, Docente nas Faculdades ALFA, Coordenadora Adjunta do Curso de Economia. E-mail: karinecf@alfa.br



Marcelo Ladvocat*



Karine Cristiane
Ferreira**

Internamente avaliamos que, desde a implantação do Plano Real, houve um incremento substancial na receita pública sem a devida mitigação dos principais problemas sociais brasileiros, o que faz com que surjam, com certa frequência, críticas genuínas provenientes da sociedade brasileira. Talvez seja esse o paradoxo que deva ser encarado, de uma vez por todas, pelos nossos representantes no governo - cresce a arrecadação de impostos, cresce a carga tributária, mas paralelamente cresce a concentração de renda e a pobreza. Fica evidente ainda a concentração do poder federal na questão de partilhamento de receitas. Em 1988 as receitas compartilhadas atingiam 76,2% do total com apenas 23,8% concentradas no poder federal sem partilhamento com os estados da federação. Já em 2003 esses números "evoluíram" para 42,4% de receitas compartilhadas contra 54,6% de receitas não compartilhadas. Ou seja, uma nítida indicação de apetite concentrador de poder (receita) pelo governo federal.

A Carga Tributária Bruta no Brasil apresenta uma trajetória ascendente desde seu primeiro levantamento em 1947. Segundo dados da Receita Federal a arrecadação de impostos cresceu, em dólares, mais de dez vezes no período de 1985 a 2002. A evolução histórica da Carga Tributária Brasileira apresentou crescimento em proporções significativas, conforme observado na Tabela 1 e no Gráfico 1.

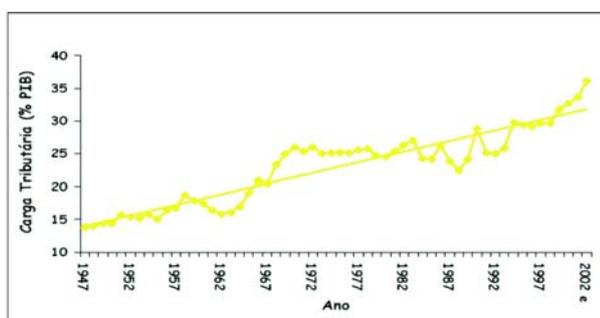


Tabela 1
Evolução da Carga Tributária Global - 1947/2002
Em % do PIB

Ano	Carga	Ano	Carga	Ano	Carga	Ano	Carga
1947	13,8	1961	16,4	1975	25,2	1989	24,1
1948	14,0	1962	15,8	1976	25,1	1990	28,8
1949	14,4	1963	16,1	1977	25,6	1991	25,2
1950	14,4	1964	17,0	1978	25,7	1992	25,0
1951	15,7	1965	19,0	1979	24,7	1993	25,8
1952	15,4	1966	20,9	1980	24,5	1994	29,8
1953	15,2	1967	20,5	1981	25,3	1995	29,4
1954	15,8	1968	23,3	1982	26,3	1996	29,1
1955	15,0	1969	24,9	1983	27,0	1997	29,6
1956	16,4	1970	26,0	1984	24,3	1998	29,6
1957	16,7	1971	25,3	1985	24,1	1999	31,6
1958	18,7	1972	26,0	1986	26,2	2000	32,6
1959	17,9	1973	25,0	1987	23,8	2001	34,1
1960	17,4	1974	25,1	1988	22,4	2002	35,8

Fonte: SF/BNDES: Informe-se, nº 29, para os anos 1947 a 2001
 SRF: Estudos Tributários nº 11, para o ano de 2002

Gráfico 1
Evolução da Carga Tributária Global
1947-2002



Fonte: SF/BNDES

Quando analisamos a composição da carga tributária brasileira, verificamos que ela se mostra muito dependente de impostos sobre a produção e a circulação de bens e serviços, que, no agregado, correspondem a 60% do total dos tributos (exceto a previdência). Por outro lado, verificamos que a participação da tributação da renda na carga tributária é baixa e ainda concentra-se nas empresas, o que tende a afetar negativamente a competitividade do país.

As rápidas transformações ocorridas na economia mundial, em especial a intensa integração entre os mercados, deixam pouca margem a um sistema tributário que entrave o crescimento econômico, reduza a produtividade e diminua a competitividade do país. A reforma tributária não deve ser percebida isoladamente, mas como um componente do ajuste estrutural do Estado tão necessário.

Na retórica oficial um dos principais objetivos da reforma tributária é garantir patamares mí-

nimos de investimentos públicos visando à implementação de políticas sociais que procurem melhorar as condições de vida da população e diminuir as discrepâncias entre os índices sociais.

A despeito das inúmeras diferenças entre as reformas tributárias empreendidas em vários países, Sandford (1993) lista alguns elementos comuns: diminuição do número de alíquotas e de seu valor marginal máximo no imposto de renda da pessoa física; redução de alíquotas das corporações; e aumento da participação de impostos sobre consumo em detrimento de impostos sobre a renda.

A reforma tributária proposta se mostra como a panacéia para o país e os empresários de modo geral. No entanto, a reforma ideal para o governo é aquela que aumenta a arrecadação de tributos, e para o empresário é aquela que diminui a incidência dos tributos sobre seus resultados. No caso brasileiro, não podemos mais admitir a questão de aumento da carga tributária (como percentual sobre o PIB), mas sim aumento do retorno desses impostos aos cidadãos. Não podemos mais conviver com uma carga tributária que já ultrapassa 50% do PIB e nos confrontarmos com o cidadão comum morrendo nas filas de espera dos hospitais públicos, ou do crescente número de menores de rua sem qualquer alternativa de vida. Não é coerente acreditar que o contribuinte continuará destinando, indefinidamente, uma parcela cada vez maior do seu trabalho ao governo e o avanço da economia dita informal é um exemplo disso. Tal fato acaba por sobrecarregar, ainda mais, os setores formais (rigidamente controlados), para alimentar o crescimento desenfreado do gasto público. Podemos dizer que testemunhamos uma das maiores transferências de recursos do setor privado para o setor público de toda a história.

O Projeto de Emenda Constitucional (PEC) da Reforma Tributária tem provocado fortes divergências, especialmente em razão da proposta de unificação da alíquota de ICMS, criticada por alguns governadores. Atualmente, existem várias alíquotas do imposto e tratamentos tributários diferenciados em decorrência das 27 legislações sobre o ICMS, sendo a unificação dessas leis um



dos principais objetivos da reforma, onde prevê que o imposto passaria a ter 5 alíquotas uniformes em todo território nacional. Tal objetivo reforça a preocupação de estados produtores, como é o caso de Goiás, pois tais mudanças acarretarão perda na arrecadação.

Além da unificação do ICMS, a PEC 285/04 prevê alterações como: contribuição para iluminação pública; precatórios; competência privativa da União sobre o comércio; IPI; repartição da receita dos municípios; previsão de regimes especiais para micro e pequenas empresas e benefícios fiscais.

Segundo informações da ADIAL - Associação Pró-Desenvolvimento Industrial de Goiás em colaboração com o Departamento de Economia das Faculdades ALFA, as principais consequências da PEC na economia goiana serão:

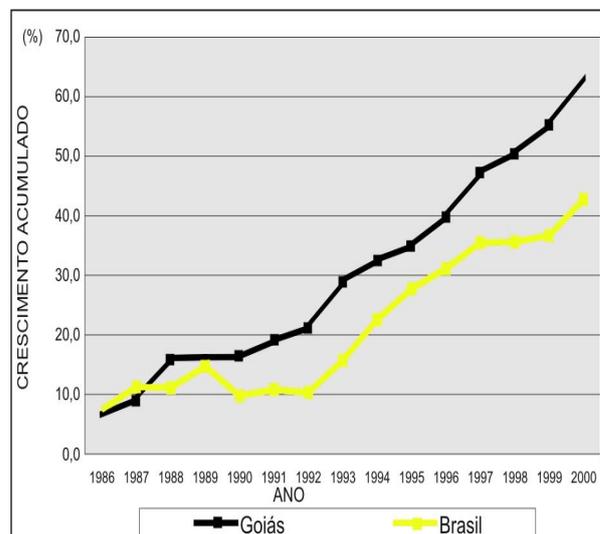
1. perda da competitividade;
2. perda da receita;
3. perda de competência legislativa estadual;
4. promoção do acúmulo de créditos nos Estados produtores, o que inverte a relação interestadual atual;
5. aumento das despesas dos produtores agropecuários locais em decorrência dos tributos incidentes sobre fertilizantes e defensivos;
6. cancelamento dos benefícios concedidos pelo Estado e eliminação do poder de concessão de benefícios fiscais.

Goiás se tornará assim, dependente economicamente da União e se perpetuará como estado periférico da economia nacional, voltando à condição de simples fornecedor de produtos primários, commodities e mão-de-obra barata.

Percebe-se uma reforma tributária totalmente antagônica com o desenvolvimento econômico, na medida em que promove desvantagem competitiva no setor produtivo nacional. A distorção gerada na alocação de recursos

prejudica a eficiência dos estados que perdem com a proposta atual, além de propiciar guerras fiscais em torno de produtos e criar conflitos na federação.

Gráfico 2
Evolução do PIB de Goiás



Fonte: Banco Central do Brasil e Seplan-GO
Índice de crescimento acumulado do PIB (1985 = 100)

O estado de Goiás obteve como resultado da elaboração de políticas que visam o seu desenvolvimento, um crescimento do PIB acima da média nacional (Gráfico 2), além de incrementar sua receita fiscal, que também se manteve acima da média dos demais estados brasileiros (Quadro 2).

Com a implantação do FOMENTAR e do PRODUZIR, programas de fomento que se caracterizam como operações de crédito sujeitas à obrigação de retorno do capital emprestado e encargos financeiros pertinentes, o estado de Goiás absorveu altos investimentos em estrutura industrial, gerando em apenas 15 anos, 279.168 empregos (Quadro 1). Considerando que o número médio de integrantes que compõem as famílias goianas é de 3,5 pessoas por domicílio¹, podemos inferir que os programas de fomento atingiram aproximadamente 977.088 goianos, um número impressionante frente aos demais estados brasileiros.

¹ IBGE, Censo Demográfico 2000.



Quadro 2

Aumento da Receita Fiscal do Estado de Goiás X Receitas de outros estados brasileiros

Ano	BRASIL			MATO GROSSO DO SUL			MATO GROSSO		
	PIB	ICMS	ICMS/PIB	PIB	ICMS	ICMS/PIB	PIB	ICMS	ICMS/PIB
1995	646.191	47.199	7,30%	6.994	560	8,01%	6.510	706	10,84%
1996	778.886	55.697	7,15%	8.317	611	7,35%	7.946	796	10,02%
1997	870.743	59.564	6,84%	9.292	675	7,26%	9.155	972	10,62%
1998	914.187	60.928	6,66%	10.050	653	6,50%	9.901	826	8,34%
1999	963.868	67.885	7,04%	10.789	884	8,19%	11.584	1.125	9,71%
2000	1.086.700	82.317	7,57%	11.478	1.077	9,38%	11.884	1.416	11,92%
2001	1.187.769	94.310	7,96%	12.300	1.329	10,80%	13.000	1.557	11,98%

Ano	SÃO PAULO			GOIÁS			RIO GRANDE DO SUL		
	PIB	ICMS	ICMS/PIB	PIB	ICMS	ICMS/PIB	PIB	ICMS	ICMS/PIB
1995	229.197	18.167	7,93%	11.875	1.149	9,67%	53.653	3.509	6,54%
1996	272.035	21.443	7,88%	14.592	1.439	9,86%	63.263	4.016	6,35%
1997	308.893	23.519	7,61%	16.025	1.588	9,91%	69.221	4.007	5,79%
1998	324.152	23.319	7,19%	17.428	1.559	8,95%	70.542	4.232	6,00%
1999	336.838	25.244	7,49%	17.920	1.831	10,22%	74.666	4.660	6,24%
2000	370.819	30.619	8,26%	21.665	2.198	10,15%	85.138	5.644	7,03%
2001	400.629	33.693	8,41%	25.048	2.615	10,44%	94.034	6.706	7,13%

Fonte: IBGE

Segundo dados da SEFAZ - Secretaria da Fazenda, a participação da Indústria na arrecadação do ICMS no estado de Goiás cresceu 30% de 1995 a 2000 e seu valor cresceu 153% no mesmo período. Mesmo com este incremento na produção e arrecadação industrial, houve uma evolução significativa na produção de commodities com variações de 45,73% na produção de milho, 152,32% de soja, 2.369,43% de trigo, 76,59% de cana-de-açúcar e 731,85% de produção de tomate (ADIAL).

Quadro 1

Crescimento do Investimento e do Número de Empregos em Goiás - 1985-2000

Ano	Investimentos Realizados (R\$)	Nº de Empregos Criados
1985	101.917.735,51	34.152
1986	47.639.766,10	14.792
1987	72.406.293,70	13.140
1988	99.658.179,89	16.060
1989	291.762.019,19	46.832
1990	64.411.633,77	19.132
1991	154.981.940,94	55.280
1992	68.788.000,79	12.924
1993	51.305.156,28	19.536
1994	58.165.633,25	11.924
1995	53.851.818,01	11.576
1996	8.325.229,42	3.396
1997	32.257.718,60	7.664
1998	28.857.406,09	3.304
1999	14.100.474,99	4.040
2000	10.993.963,73	5.416
Total	1.159.422.970,28	279.168

Fonte: Secretaria Executiva do Produzir/Fomentar da SIC-GO

Segundo levantamentos da FGV e do IPEA, em consequência da sinergia gerada pelos programas de fomento, houve uma evolução de 27% do PIB total do estado no período de 1970 a 1995.

A reforma tributária em tramitação irá desfazer todo o esforço do estado de Goiás em prol de seu desenvolvimento, deixando-o às margens do processo de desenvolvimento do país e dos demais estados que lucrarão com a proposta.

Referências

AFONSO, J. R. R. **Descentralização Fiscal na América Latina: estudo de caso do Brasil**. Série Política Fiscal, nº 61, CEPAL, 1992.

ALMEIDA, S. C. F.; CAVALCANTI, C. E. G. **As contribuições sociais e a reforma tributária**. IN: AFFONSO, R. B.; SILVA, P. L. B. *Federalismo no Brasil: reforma tributária e federação*. São Paulo: Ed UNESP/FUNDAP, 1995.

ATKINSON, A. B. **Social Justice and Public Police**. Londres: 1983.

Ministério da Fazenda. **Reforma tributária ou reforma fiscal? Apresentação na Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa a reforma tributária pelo secretário executivo do Ministério da Fazenda**.

REZENDE, F. **Federalismo Fiscal no Brasil**. Revista de Economia Política, v. 15, n.3, p. 5-17, jul/set, 1995.

SANDFORD, C. **Key issues in tax reform**. Bath: Fiscal Publications, 1993.

Sites Pesquisados:

FIBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos.

Folha de São Paulo.



Biodiesel Fonte de Energia Alternativa

Resumo: O tema proposto tem o intuito de alertar a sociedade para os ganhos econômicos, sociais e financeiros do biodiesel. Há que se ressaltar que Goiás detém terras capazes de atender à demanda local e nacional, sem, no entanto comprometer a atividade alimentícia. Um outro aspecto abordado é que a produção do biodiesel dentro de um sistema integrado de inclusão pode não só apresentar viabilidade econômica como também estancar o êxodo rural iniciado em 1970 no estado de Goiás. O texto mostra também que o motor diesel atual foi produzido para ser alimentado com óleo vegetal proveniente do amendoim, e só não foi levado a diante, porque os derivados de petróleo tornaram-no mais viável. Com a finalização das reservas desta matriz energética a partir de 2020 a necessidade de buscar desde já energia alternativa tende a curto e médio prazo viabilizar o programa em Goiás e no Brasil.

Palavra-Chave: Biodiesel; Matriz Energética; Fonte de Energia Alternativa.

Nos primórdios do século XX, Rudolf Diesel apresenta à sociedade europeia invento de grande notoriedade, um motor a ser alimentado com óleo vegetal, proveniente do amendoim.

Os céticos da época em defesa da matriz energética capitaneada pelo petróleo, tratou de desestimulá-lo ao extrair do solo de maneira sustentável o combustível para alimentar seu protótipo, tudo isto, em face de falta de escala na época para atender a um aumento da oferta.

Em assim ocorrendo, a viabilidade econômica dos derivados do petróleo mostrou-se mais lucrativa daí a substituição do óleo vegetal pelo diesel, extraído do petróleo, cujas fontes têm data marcada para acabar, ou seja, no interregno entre 2015 a 2020.

* Economista, Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFU-MG, Professor Titular da UEG e do CESUC de Catalão e Gerente de Assessoria Econômica da Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás. E-mail: julio-arp@sefaz.go.gov.br

Júlio Alfredo Rosa
Paschoal*



Diante da necessidade de descobrir fonte alternativa de energia, os ensaios com o biodiesel voltaram a ser a bola da vez. Na Europa e nos Estados Unidos este combustível já alimenta frota consideráveis, chegando em algumas localidades a participar com cerca de 20% da mistura com o diesel.

No Brasil, como as coisas na sua maioria além de copiadas ocorrem de forma lenta, agora que alguns estados como SP, PR, MG e GO começam a desenvolver programas no sentido de maior aproveitamento desta fonte energética.

O marco regulatório ainda deixa muito a desejar, pois, limita até 2008 a utilização de apenas 2% do biodiesel ao diesel, sendo que a partir desta data poderia se utilizar 5% nesta mistura.

O país consome cerca de 17 bilhões de litros de diesel/ano. Ao limitar o uso em 2%, ne-

cessitaríamos de 3,4 milhões de biodiesel para atender o mercado interno, o que o torna atraente para as unidades federadas, que dispõem de recursos naturais para o atendimento desta demanda.

Nas condições atuais a partir de 2008 a demanda pelo biodiesel elevaria para cerca de 8,5 milhões de litros, o que sem dúvida seria uma opção ao incremento da renda no campo, redução nos gastos com os derivados do petróleo e ainda, novas oportunidades para geração de empregos.

A utilização do biodiesel além de reduzir a dependência dos derivados do petróleo, ainda proporcionará menor poluição. O óleo vegetal não



expele na atmosfera o enxofre, que em contato com outros elementos químicos acaba deixando o ar bastante poluído.

Em Goiás a adição crescente do biodiesel ao diesel permitirá a geração de novas fontes de renda, pois no seu preparo, as empresas de fato estarão agregando valor à matéria-prima goiana. Ao ampliar a capacidade de esmagamento das oleaginosas, a soja inverterá em parte seu fluxo. Atualmente, face os custos financeiros para o plantio serem altos, os produtores, na sua grande maioria, se financiam, via venda antecipada desta oleaginosa às trades existentes no estado.

Ao seguir a mesma linha de raciocínio percebe-se que as *trades*, tal como os produtores, também se encontram vinculadas a outros setores, caso específico dos grandes oligopólios que as financiam para o pagamento em moeda estrangeira ao produtor.

Diante deste fato estas unidades industriais trabalham em média com a capacidade de esmagamento em 60%, muito embora recebam incentivos fiscais para ampliar seu processamento. Isto não tem se verificado pelo fato do mercado atualmente demandar mais grãos do que óleo, farelo e outros derivados. O que de fato se verifica é que as *trades* têm um compromisso maior com os interesses dos oligopólios do que propriamente com o Estado, e estes por sua vez com o capital financeiro internacional, tornando assim os benefícios inelásticos aos resultados esperados.

A produção de biodiesel pode dar início à quebra deste fluxo, pois a produção receberá incentivos fiscais e financeiros, que tornará o custo de oportunidade em produzi-lo mais atrativo do que continuar remetendo grande parte da produção, "*in natura*" a outros mercados.

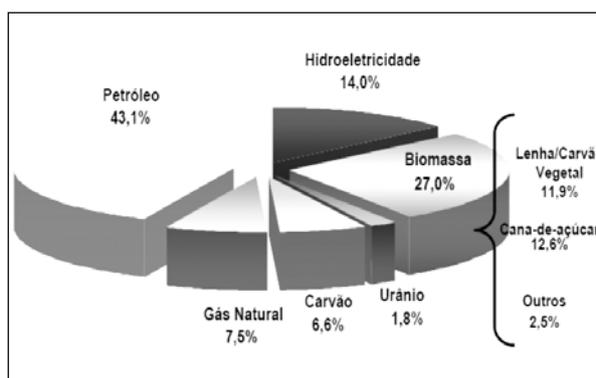
Ao assim proceder estará incrementando a renda do Estado, face o aumento imediato da massa de salários e da arrecadação de ICMS. Isto ocorrerá porque a produção ao invés de ser exportada, com os benefícios da lei complementar nº86/97 (Lei Kandir), seria praticamente toda destinada ao mercado interno para suprir a nova demanda.

A Fazenda Pública Estadual em parceria com a

Secretaria de Indústria e Comércio vem estudando mecanismos de atração de investimentos para o setor. Dentre as propostas está a criação de um Fundo nos moldes do Fundo de Incentivo à Cultura do Algodão em Goiás (Fialgo), para garantir o desenvolvimento de novas pesquisas como também, fomentar a produção de novas oleaginosas que possa incluir todos os elos da cadeia produtiva.

A princípio o carro-chefe do programa seria a soja, devido sua escala de produção. Mais tarde utilizando a política de incentivos que vem sendo desenhada, outras culturas a curto e médio prazo podem tornar-se competitivas, atendendo todos os setores estratégicos de produção e industrialização. No Brasil a matriz energética encontra-se na figura 1.

Figura 1
Matriz Energética Brasileira



Fonte: MME/2004 APUD GRANOL

Em Goiás o consumo médio do diesel fica na casa de 120 milhões de litros ano. Ao utilizar inicialmente o B2 (mistura de 2% do combustível renovável no diesel), necessitaríamos de no mínimo 2,4 milhões de litros, o que abriria condições para a viabilidade do programa.

Há uma preocupação com a redução no plantio de culturas voltadas à alimentação, fato que não ocorreria, pois no caso específico da soja, a produção goiana neste ano deve ficar na casa de 7 milhões de toneladas, segundo estimativas do IBGE. Além de outras vantagens com o desenvolvimento do programa também seria reduzida a parcela de grãos enviada ao mercado externo, pois cerca de 2,4 milhões de toneladas da oleaginosa seriam esmagadas para a produção do biodiesel.

Se por um lado perde-se em divisas em face de redução das exportações, de outro ganha-se em arrecadação de ICMS, pois aumentaria a parcela do "Imposto Novo" pela maior agregação de valor e ampliação das operações internas, o que é de fundamental importância para o estado.

Um outro dado importante é que a inclusão de produtores, independente do tamanho das propriedades, sob diversos conceitos de produção (via associações, cooperativas e sindicatos), dará oportunidade à diversificação na produção de oleaginosas, podendo extrair biodiesel de: girassol, algodão, nabo forrageiro, amendoim, pequi, mamona e outras culturas ainda não produzidas em escala.

A inclusão de todos produtores neste processo pode corrigir um erro cometido na década de 1970 que foi o pilar de sustentação do êxodo rural, ou seja, a exclusão de produtores detentores de pequenas propriedades ou não, das linhas de financiamento do crédito rural.

"Porém, a política de incentivos às exportações agroindustriais e a instituição de formas modernas de crédito rural a partir de 1965 aceleraram sobremodo a modernização e a transformação

estrutural da agricultura - notadamente no Centro Sul -, concentrando ainda mais a propriedade e acelerando o êxodo rural. A mais radical foi a mudança no agronegócio do Paraná, na década de 70, saíram 924 mil paranaenses e 402 mil outros brasileiros." (Cano: 338, 1998)

Ao priorizar o máximo de incentivos fiscais e financeiros às regiões consideradas mais pobres (norte e nordeste), para esse corte geográfico o biodiesel pode funcionar como um meio para se conter as desigualdades sociais e regionais criadas ao longo do tempo.

Os projetos regionais inicialmente conduzidos pela União (1960 - 1980) e posteriormente pelos estados (1980 - 2005) não conseguiram desenvolver as regiões (norte e nordeste) desta e de outras unidades da federação, razão pela qual, iniciativas públicas neste sentido tendem a iniciar um processo de reversão à situação atual, não só contento o fluxo migratório, mas também fortalecendo o desenvolvimento local e regional.

Referência

CANO, Wilson - **Desequilíbrios regionais e concentração no Brasil, 1930**. São Paulo UNICAMP. IE, 1995.



O Sistema de Integração da Avicultura de Corte em Goiás

Resumo: Desde a sua implantação nos anos 60, o sistema de integração avícola foi muito bem sucedido na região Sul do Brasil, da parceria das agroindústrias com os produtores familiares. Entretanto, nos últimos anos, vários fatores colaboraram para que surgisse um novo modelo de integração, resultando na expansão da avicultura de corte para regiões abundantes em grãos, com clima favorável e com o uso de novas tecnologias no setor. No início dos anos 90, portanto, empresas como a Ceval e a Sadia, foram as pioneiras nessa prática, inaugurando as novas parcerias com produtores da região de Dourados-MS. Recentemente, a Perdigão seguiu a estratégia de se fixar em Goiás, na cidade de Rio Verde, com o mesmo propósito, elevar a competitividade via redução dos custos de transação, de produção e de logística.

Palavras-Chave: Agroindústrias, modelo de integração, avicultura de corte, custos de transação.

1. O Novo Modelo de Integração

O sistema de integração é fruto de um lento processo de evolução do modelo tradicional de integração da avicultura de corte brasileira. Várias das características deste novo modelo, particularmente no que se refere à utilização de inovações tecnológicas, como automação de alimentação, uso de equipamentos de climatização, módulos de confinamento maiores entre outros, podem ser observadas, ainda que de maneira parcial, no modelo tradicional de integração, daí a característica do modelo tradicional de heterogeneidade da base técnica. Uma grande diferença entre os dois modelos está, portanto, na homogeneização destas características no conjunto de integrados de uma mesma planta industrial.

As principais características desse sistema incluem ainda; o alto nível de automação dos aviários; o alto volume de aves confinadas por aviário/produtor integrado; a redução significativa no número de produtores integrados para



*José Flôres
Fernandes Filho**



*Antonio Marcos de
Queiroz***

cada planta industrial e, portanto, do número de contratos estabelecidos pela firma agroindustrial integradora; integrados com maior capacidade de alavancagem de financiamento em função do aumento significativo nos custos de instalação de novos aviários (seja pela maior automação, seja pela ampliação no tamanho do aviário); melhores informações sobre o mercado pelos produtores; produtores que buscam alternativas de investimento (melhor retorno do capital investido, e não simplesmente uma nova fonte de renda); o uso predominante de mão-de-obra assalariada nos aviários; a re-espacialização das agroindústrias integradoras em função da necessidade de se localizar em regiões com abundância de matérias-primas e insumos; a existência de concessão e incentivos fiscais necessários para a redução do risco de possíveis perdas financeiras com o investimento.

É importante salientar, portanto, que a essência da idéia do que vem a ser integração não muda, seja o integrado pequeno ou médio/grande produtor. Em qualquer dos modelos a integradora fornece ao integrado, a ave de um dia, a ração para alimentação do mesmo, e a assistência técnica. O integrado se responsabiliza pela construção dos aviários e instalação dos respectivos equipamentos, de acordo com as determinações da integradora, e entrega a ave para a integradora quando a mesma estiver com o peso apropriado para abate. O pagamento da integradora ao integrado é feito de acordo com indicadores técnicos constantes do contrato de integração celebrado entre as partes. A integradora, portanto, terceiriza a engorda das aves junto aos produtores integrados (PAULILO, 1990).

* Doutor em Economia pela FGV/SP, Professor Adjunto do Mestrado em Desenvolvimento pela UFU. E-mail: jfernandes@ufu.br

** Mestre em Desenvolvimento Econômico, pelo Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia; Professor Adjunto da ALFA e Analista de Gestão-Economista da CELG. E-mail: antoniom@alfa.br



2. Projeto Buriti em Rio Verde-GO

Iniciado em 1998 e concluído em 2003, o Projeto Buriti marcou a instalação do novo modelo de integração em Rio Verde, cidade da região Sudoeste do estado de Goiás, região esta que é a maior produtora de milho, soja e algodão do Estado. A base técnica do processo produtivo das unidades agropecuárias produtoras destes grãos é intensiva no uso de inovações tecnológicas modernas e a maior parte dos estabelecimentos produtores destes grãos apresenta tamanho de área superior a 200 hectares (CENSO AGROPECUÁRIO DE GOIÁS, 1995-96). São estes produtores que, em geral, detêm maior poder de alavancagem de recursos, na medida em que, principalmente, têm maior patrimônio para dar em garantia do empréstimo bancário - o público alvo da Perdigão para celebrar contratos de integração. Os grandes produtores de leite desta região, a maior bacia leiteira de Goiás, são também público alvo da integradora.

Este projeto apresenta números nunca antes vistos em termos da avicultura de corte nacional. Segundo informações da empresa (PERDIGÃO, 2005), a sua produção significou um aumento de 50% na capacidade de produção da agroindústria (capacidade de 1998), em termos de produção de carne de aves e de suínos. Foram investidos R\$ 620 milhões, sendo R\$ 412 milhões pela Perdigão, R\$ 165 milhões pelos produtores e R\$ 43 milhões pelas transportadoras. Desse total, o BNDES financiou R\$ 180 milhões para as instalações industriais¹ e o Fundo Constitucional do Centro-Oeste - FCO, via Banco do Brasil, financiou R\$ 155 milhões para os produtores construírem os módulos de alojamento para aves e suínos.^{2,3} (PERDIGÃO, 2005).

¹ Abatedouro de aves com capacidade de 2.100.000 aves/semana e produção de 194.000 t/ano; abatedouro de suínos com capacidade de 18.000 suínos/semana e produção de 104.000 t/ano; industrialização de carnes (produtos: linguiças, salsichas, presuntos, apresentados, mortadelas, salames, hambúrgueres e empanados) com capacidade para 133.000 t/ano; industrialização de massas com capacidade para 2.400 t/dia; fábrica de rações com capacidade para 60.000 t/mês; fábrica de subprodutos com capacidade para 30.000 t/ano; incubatório de corte com capacidade para 1.654.502 pintos/semana; estação de tratamento de água com consumo previsto 10.000 m³/dia, estação de tratamento de efluentes com capacidade de tratamento 10.000 m³/dia (conceito misto aeróbico e anaeróbico) e sistema de transporte com 300 veículos integrados (PERDIGÃO, 2005).

² Sistema produtor de leitões com 67 módulos de 1.100 matrizes; sistema terminador de 84 núcleos de 1.000 leitões cada, 335 galpões; e sistema terminador de aves com 154 núcleos, 616 aviários de 25.000 cabeças cada (PERDIGÃO, 2005).

³ O projeto inclui, ainda a construção de uma granja de matrizes de aves com capacidade para 812.000 cabeças, um quarentenário e um centro de difusão genética (PERDIGÃO, 2005).

3. Reestruturação Produtiva da Avicultura de Corte "Explicações"

A principal explicação para a introdução deste novo modelo de produção na avicultura de corte brasileira é a pressão que as integradoras estão recebendo do mercado para aumento da competitividade de sua produção, tanto interna quanto externa, como forma de manter e, principalmente, ampliar a participação no mercado.

Dentre os três grandes setores produtores de carne, o sistema de produção independente, o sistema cooperativo e o sistema integração, este último vem apresentando maior crescimento da produção. Este crescimento aponta para uma situação de comodidade do ponto de vista de manter a participação no mercado. Nesta luta por aumento de competitividade as empresas se voltam para reduzir os seus custos de transação, de produção e de logística. Ao mesmo tempo em que procuram adotar novos processos produtivos industriais e novas formas de comercialização mais eficientes, procuram ter acesso à matéria-prima (ave viva) mais barata, ter acesso a insumos a serem utilizados na produção de aves a custo menor (milho e soja), ter menor custo para colocar o produto no mercado. Assim, a integradora busca o aumento de competitividade via redução nos custos de transação; via redução no custo de produção de aves; via redução do custo de logística, entre outros⁴.

3.1. Redução nos Custos de Transação

No modelo tradicional de integração, os custos de transação tendem a ser elevados, principalmente, porque: os custos de elaboração dos contratos são mais elevados (WILLIAMSON, 1989) em função da base técnica dos produtores ser diferenciada; o custo de monitoramento é maior porque há um número maior de produtores integrados por planta industrial; o custo de assistência técnica é maior porque há maior número de produtores, a base técnica é diferenciada, e os problemas sanitários tendem a ser maiores em função de uma localização inapropriada dos produtores - seja por estarem distantes da integradora e ou por estarem localizados muito próximos entre si; e o custo de realizar as transações entre os integrados e a integradora é maior porque como os integrados têm pequena capacidade de confinamento, não há economia de escala na entrega do pintinho, da ração, dos

⁴ Na hora da escolha da localização do investimento os incentivos fiscais são muito importantes.



produtos veterinários, na busca do frango para abate, e há maiores gastos com o cálculo da remuneração dos integrados pela engorda do frango e com o pagamento dos mesmos devido ao fato de haver maior número de integrados.

O novo modelo contribui para a redução dos custos de transação porque: possibilita a redução drástica do número de integrados por planta industrial⁵, estabelece que os mesmos tenham uma mesma base técnica e façam uso das inovações tecnológicas de maneira intensiva, ao escolher produtores para serem integrados com maior acesso a informações (ao não se envolverem com trabalho direto no processo produtivo e sim com o gerenciamento do negócio como um todo), há redução dos custos com formulação e monitoramento dos contratos, assistência técnica, entrega do pintinho, da ração, dos produtos veterinários, na busca do frango para abate, cálculo da remuneração dos integrados pela engorda do frango e com o pagamento dos mesmos. Além disso, há também o menor oportunismo por parte do integrado uma vez que o custo de deixar a integração seria elevado em função dos elevados custos do investimento. Enfim, contribui para reduzir os custos administrativos e, por consequência, de transação. Assim, a introdução do novo modelo explica a forma de reduzir o custo de transação (WILLIAMSON, 1989).

Um outro aspecto importante seria o maior volume de aves produzidas por produtor. Essa técnica possibilitaria a integração com um menor número de produtores por unidade industrial, que por utilizar uma mesma base tecnológica, possibilita a redução no custo de assistência técnica, assim como no custo de elaboração de contratos, reduzindo também o custo de transação.

Se considerarmos, ainda, que os produtores estão usando uma mesma base técnica, e se localizam apropriadamente, tanto em termos de distância da planta industrial quanto entre si - o que contribui para reduzir os problemas sanitários-, podemos concluir que os custos de assistência técnica e com a formulação e monitoramento dos contratos caem ainda mais, assim como os custos com entrega do pintinho, da ração, dos produtos veterinários, busca do frango para abate, cálculo da remuneração dos

⁵ Novas técnicas de produção como o adensamento de aves (maior número de aves por m²) conjugadas às novas tecnologias na construção de galpões superdimensionados (25 mil aves/galpão), sofisticados e automatizados propiciam às agroindústrias integradoras, a integração com um menor número de produtores por unidade industrial.

integrados pela engorda do frango e com o pagamento dos mesmos. Isto está a apontar que, sob estes aspectos, o custo de transação no novo modelo é significativamente menor que no modelo tradicional pelas economias de escala.

3.2. Redução nos Custos de Produção

Outra explicação para a adoção deste novo modelo de integração está no menor custo de produção do frango para a agroindústria integradora, a principal matéria-prima utilizada no processo produtivo da integradora. Esta redução do custo de produção, em nível das unidades confinadoras, se dá pela maior escala de produção (aviários com maior capacidade de confinamento); utilização mais intensiva de tecnologia de automação e de climatização que permitiria maior produtividade da mão-de-obra empregada no processo produtivo e melhor aproveitamento da estrutura física (maior quantidades de aves confinadas por metro quadrado de aviário); menor incidência de problemas sanitários; menor custos de transporte de ração, pintinhos, produtos veterinários e do frango vivo para a integradora devido ao maior volume transportado;

Podemos concluir, portanto, que a adoção do novo modelo de integração permite uma redução do custo de produção de ave viva - principal matéria-prima da agroindústria integradora - e, conseqüentemente, uma melhoria da competitividade da agroindústria, embora não tenha sido possível dimensionar esta redução uma vez que não foi possível ter acesso aos dados da empresa.

3.3. Redução dos Custos de Logística

A redução dos custos de logística pela adoção do novo modelo ocorre, principalmente, devido ao fato de que o custo de suprimento dos integrados, por parte da agroindústria - em termos de pintinhos, ração, produtos veterinários diversos - assim como os custos de transporte do frango vivo até a integradora, são menores pelo fato de que o volume transportado é maior que no modelo anterior, devido à maior escala de produção neste novo modelo.

Portanto, a redução do custo de logística proporcionado pelo novo modelo é aquele obtido pela redução do custo na entrega de ração e de pintinho e na "busca" do frango vivo para o abate. Com menor número de produtores integrados e maior volume de ração e de pintinhos a



serem entregues, assim como menor custo de buscar o frango vivo, seja porque são poucos os produtores, seja porque estão localizados na região circunvizinha da agroindústria integradora, menor será o custo de logística.

Pode-se concluir, portanto, que a adoção do novo modelo de integração venha permitir redução dos custos de logística da integradora. No entanto, como não temos a planilha de custos da integradora, não foi possível estimar os impactos nos custos totais da integradora.

3.4. Ganhos em Tecnologia e Apropriabilidade

Pela Teoria Neo-Schumpeteriana, BRITO (1994;1999); GADELHA (1997) e (MATOS, 1996) enfatizam que as condições de cumulatividade, bem como as de apropriabilidade, predominam no âmbito tecnológico podendo ser interpretadas em razão da montagem de estruturas interorganizacionais indutoras de práticas cooperativas. A integração no novo modelo permite uma maior apropriabilidade e, portanto, uma maior difusão tecnológica entre os agentes - integrados versus agroindústria - em relação ao modelo tradicional, uma vez que os primeiros utilizam uma organização da produção e dos processos calcados numa atividade intensa em tecnologia.

Os efeitos das inovações tecnológicas no modelo de integração com médios e grandes produtores tendem a ser maiores se comparado aos efeitos do antigo modelo, dada a sua maior difusão tecnológica entre os produtores por meio da apropriabilidade. Assim, a utilização da tecnologia pelos produtores integrados dentro de uma base homogênea viabiliza, em maior grau, a expansão da produção em alta escala, refletindo em maiores ganhos de produtividade. Assim, conclui-se que, do ponto de vista tecnológico cumulativo e apropriacionista do capital, tende a ser mais vantajoso para as integradoras o novo modelo de integração com os médios e grandes produtores.

4. Impactos da Reestruturação Produtiva da Produção de Frangos de Corte

4.1. Em Termos Sociais

Uma disseminação do modelo de integração baseado no médio/grande produtor poderia resultar um impacto social significativo. Um primeiro impacto é provocado pela exclusão do pequeno produtor da condição de integrado se

mantidas as condições institucionais referentes às exigências para concessão de empréstimos bancários, as quais excluem os pequenos produtores. Portanto, a maior parte dos produtores agrícolas brasileiros é aquela formada pelos pequenos produtores, que não são contemplados como integrado da avicultura de corte.

Um segundo impacto, é a substituição dos pequenos produtores, ainda hoje integrados, por médios/grandes produtores. Ou seja, não só os pequenos produtores conseguem mais se tornar integrados, como uma parcela significativa dos mesmos deixa esta condição.

Outro impacto significativo da disseminação do modelo é a redução do número de pessoas que trabalham nos aviários e ou prestando assistência técnica. Embora não tenha sido possível fazer um cálculo aproximado a redução nos dois casos será elevada, devido, de um lado, ao elevado nível de automação dos aviários e, de outro, devido ao menor número de aviários, ao melhor planejamento da localização dos aviários visando evitar problemas sanitários, e à menor distância dos integrados da integradora.

Portanto, se o novo modelo se disseminar, reduz drasticamente o número de integrados, o número de pessoas que trabalham nos aviários e o número de pessoas que prestam assistência técnica. O impacto sobre a concentração de renda, na ausência de políticas compensatórias, tende a ser significativo.

4.2. Em Termos Regionais

A disseminação deste modelo, sem alteração na condição de financiamento aos produtores integrados, e, portanto, com a exclusão dos pequenos produtores, leva a impactos regionais profundos. É de se esperar que os novos projetos se localizem em regiões em que haja médios e grandes produtores interessados em se integrar. Assim ocorre uma re-regionalização da avicultura de corte brasileira. Ademais, as áreas propícias ao desenvolvimento desta atividade deixam de ser as áreas com grande concentração de pequenos produtores passando a ser as áreas com grande concentração de médios/grandes produtores. Esta modificação espacial seria tão maior quanto maior fosse a substituição dos pequenos produtores integrados por novos médios/grandes produtores. Nesse sentido, a disseminação do modelo leva a um significativo aumento, em termos absolutos e em termos relativos, da produção de aves naquelas regiões



onde há maior presença de médios/grandes produtores, como a região dos cerrados e ou do Centro-Oeste. Portanto, há uma possível re-espacialização da produção de frangos, particularmente se houver concentração da produção em regiões de abundância de matéria-prima.

4.3. Em Termos Econômicos

Os impactos econômicos da disseminação do novo modelo são os mais significativos, particularmente se a redução dos custos de transação, de produção e de logística são tão significativos quanto se espera. A competitividade tende a crescer, havendo um aumento das exportações de frango e da produção interna.

Um crescimento expressivo da produção interna diminui os impactos sociais aventados no item 4.1, uma vez que reduz os impactos negativos em termos de emprego, seja pela expansão da produção de aves, seja pela expansão da produção de insumos (milho e soja), seja pelo crescimento do emprego direto nas instalações industriais da integradora.

4.4. Em Termos Ambientais

A concentração da produção de aves em poucas unidades de produção e ou em uma determinada região faz com que o potencial de poluição dos dejetos produzidos nos aviários seja ainda maior. Portanto, a disseminação do novo modelo de integração pode aumentar as dificuldades de manejo dos dejetos, do odor e da poluição da água, causando danos à natureza. Apesar de serem áreas de maior altitude e temperatura (diferentes daquelas do Sul), facilitando o manejo e a redução do maior risco de doenças entre os animais, não se podem atenuar os riscos ambientais.

5. Considerações Finais

A recente constituição do novo modelo de integração na região Centro-Oeste para a produção de frangos de corte, sobretudo o caso da Perdigão, é o resultado da pressão por aumento da eficiência produtiva e por conquista de novos mercados que as agroindústrias integradoras estão submetidas, sobretudo no que tange a redução dos custos de produção e de transação. Algumas teorias como Economia dos Custos de Transação e Neo-shumpeteriana apontam e fornecem indicações de que o novo modelo tende a ser mais vantajoso do ponto de vista técnico e

econômico da produção que o modelo de integração baseado na integração com pequenos produtores, uma vez que o mesmo proporcionaria maior redução dos custos de transação, de produção e de logística.

Dessa forma, o processo de migração das agroindústrias para áreas abundantes em matérias-primas e insumos (soja e milho - componentes da ração animal), como a região Centro-Oeste, aponta para a consolidação de um novo modelo de integração. Além disso, paralelamente, tal modelo traria altos ganhos de eficiência produtiva no que tange aos ganhos de escala pela redução dos custos, como também, pela introdução de uma base técnica homogênea - cumulatividade e apropriabilidade da tecnologia. Isso, no entanto, não significa que a disseminação do mesmo não possa proporcionar impactos sociais, regionais e ambientais negativos, o que indica uma necessidade de avaliar melhor a oportunidade de destinar recursos públicos para o fomento do mesmo.

Referências

BRITTO, J. "Redes de Firms e Eficiência Técnico-Produtiva: uma análise crítica da abordagem dos custos de transação." In: Anais do XXII Encontro Nacional de Economia, vol. 2: p.120-139, 1994.

_____. **Características Estruturais e modus-Operandi das Redes de Firms em condições de diversidade tecnológica.** UFRJ/Instituto de Economia, 1999. Tese de Doutorado, 350p.

GADELHA, C.A.G. "A Nova Ortodoxa do Desenvolvimento: uma crítica do debate em torno da visão do Banco Mundial e elementos para uma abordagem alternativa neo-schumpeteriana." In: Revista de Economia política. IEI/UFRJ. Dez/97.

MATOS, V. A. **Estratégias Empresariais no Setor Avícola: Estudo Comparativo de duas Regiões Produtoras.** São Paulo, EAESP/FGV/SP, 1996, 306 p. (Tese de Doutorado).

PAULILO, M. I. S. **Produtor e Agroindústria: Consensos e Dissensos. O caso de Santa Catarina.** Ed. da UFSC. Florianópolis-RS, 1990.

PERDIGÃO (2005) **Projeto Buriti.** Disponível em: www.perdigao.com.br. Acesso em: 18 de abril de 2005.

WILLIAMSON, O. E. (1989), **Las Instituciones Económicas del Capitalismo.** México DF, Fondo de Cultura Económica.



Produção e Oferta de Alho em Goiás

Introdução

Esse artigo tem por finalidade analisar a variação da área plantada de alho em Goiás e sua relação com a importação desse produto da Argentina, Chile, Espanha e China na época de safra, bem como, explicitar o conceito de oferta demonstrando o deslocamento da curva do produto no mercado.

Na primeira parte será apresentada a caracterização da cultura do alho em Goiás e na segunda, um exercício prático do conceito e representação do deslocamento da curva de oferta para o caso do alho goiano. O ano de 1998 foi escolhido para a demonstração do modelo econômico por disponibilizar dados precisos e confiáveis, ressaltando também uma simples comparação com dados de 2002, 2003 e 2004 (preliminares).

Alho um Produto Milenar

O alho, erva bulbosa, pertence à família das Liláceas, procedente da Europa Meridional e do Oriente é uma das culturas mais antigas do mundo, aproximadamente 3.200 anos A.C. e já nessa época gozava de consideração na antiga medicina indiana. Foi trazido para o continente americano por colonizadores portugueses e espanhóis. Recebe a denominação de planta hortense e a designação científica de *Allium sativum*.

Os principais componentes do alho são: vitaminas B1, B2, B5, cálcio, fósforo, ferro, germânio, silício, proteínas, lipídios e mais trinta e três substâncias sulfuradas.

* Mestre em Economia de Empresas pela UCB e Professora de Microeconomia e Estatística da UEG, UniEVANGÉLICA. E-mail: Joana@dataworks.com.br.

Joana D'Arc
Bardella Castro *



A utilidade do alho se dá tanto como condimento, quanto na medicina doméstica. Ele é considerado energizante celular por possuir germânio em sua composição, regenerativo, diurético, anti-séptico, anti-gripal (função dada à presença do selênio), preventivo de problemas cardíacos e circulatórios. Antibiótico natural, além de excelente coadjuvante no tratamento de outros males como o vírus do mosaico da cana de açúcar, tomate e fumo, onde pode ser aplicado como defensivo alternativo de baixo custo.

Hipócrates (460-377a.C.) em seus compêndios de medicina, já citava o uso de vapores de alho no tratamento de tumores. Na primeira guerra mundial, por não haver antibióticos, o alho foi usado no tratamento de gangrena graças a alicínia, composto sulfurado. Seu uso se faz ao natural, desidratado ou óleo.(Campos, 2000)

Cultivo - Trabalho e Especialização Técnica

O alho é caracterizado por possuir um bulbo ou cabeça arredondada, constituída por diversos bulbilhos ou dentes, cujo tamanho é diversificado e numeroso, em geral de oito a dez, podendo mudar de acordo com a espécie.

As melhores variedades de alho são: lavínia, São-José, chinês, catete-roxo, centenário, cajuru e mineiro. A época de plantio no território brasileiro se dá entre março e abril: segundo a tradição popular o alho brota com mais força quando os dentes vão para terra durante a semana santa.

O plantio é feito em canteiros, depositando-se um em cada cova, espaçado em média a cada dez centímetros nos sulcos. Perfazendo um total de 320.000 bulbos num hectare. O solo deve ser rico em matérias orgânicas. A irrigação pode ser por aspersão, em canteiros e por infiltração, em linhas. A melhor época de colheita



compreende o período de julho a setembro. A produção normal é de 5 a 10t de bulbos por hectare.

A cultura do alho desenvolve-se em solos leves-areno-argilosos. Parte do solo goiano é próprio para o cultivo. A cultura é exigente em água, precisando de irrigação adequada. Os locais analisados (Tabela1) em Goiás usam pivô central e irrigação por gotejamento, técnica mais adequada ao cultivo dessa cultura, pois se o solo encharcar ou secar demais diminui a produtividade por causar a podridão dos bulbos.

O plantio, a adubação, os tratamentos culturais, a colheita, a cura e a classificação do alho são operações que exigem 3.000 horas de trabalho de um homem para o cultivo de 1 hectare de alho. Dessas 3.000 horas, 840 são gastas para o plantio manual. Porém com acompanhamento e tecnologia adequada o aumento da produtividade e da renda aumenta expressivamente em até quatro vezes. Com máquinas adequadas gasta-se na plantação 40 horas. A classificação do alho por tamanho, florão (o maior) graúdo, médio e pequeno também é muito facilitada com uso do classificador. Com as mãos, duas pessoas conseguem separar, em média 100 Kg de alho por dia. Com a máquina as mesmas duas pessoas conseguem separar duas toneladas por dia, rendimento vinte vezes maior.

Novas técnicas para o plantio estão sendo desenvolvidas, pelo Instituto Agrônomo de Campinas- IAC, entre elas está a vernalização que compreende no resfriamento do alho em câma-

ras durante 55 dias à temperatura de 4 e 5 graus Celsius, antes do plantio ao solo, isto permite que a cada 50 toneladas plantadas, se colha 400t de alho comercial e 100t de alho industrial.(Globo Rural, 1994)

Das pragas que afetam o alho e que precisam ser combatidas, destacam-se: a thrips, os ácaros, os fungos e as traças. Pragas como *Thrips tabaci* levam a perda de 100% da área plantada. A traça e o ácaro quando atacam os bulbos no armazém podem reduzir a produção em 40%, sem contar com a podridão branca causada pelo fungo *Sclerotium copivorum* para o qual não há tratamento.

A Produção e Comercialização de Alho Goiano

Os insumos utilizados na produção do alho são onerosos, em relação aos outros custos, pois para cada 400 a 800 Kg/ha colhidos os insumos representam 54,72% dos custos totais, outros 20,88% dos custos de produção referem-se a mão-de-obra (gasta-se 40 dias de serviço por ano para a produção de 500 Kg de alho). Os gastos com adubos e pesticidas somam 20,58% e as embalagens consomem os 3,82% restantes do custo total.(Globo rural,1986)

No Centro Oeste, em especial o estado de Goiás, local da pesquisa, diversas variedades de alho são cultivadas entre elas o gigante de lavínia, cateto-roxo, amarante, e roxo pérola de caçador. Sendo que estes dois últimos não estão entre as melhores espécies.

Tabela 1
Goiás - Safra de Alguns Municípios Produtores de Alho: Culturas Irrigadas- 1998/2000/02

Municípios	Rendimento Médio (Kg/ha)		Número de Produtores		Produção (t)		
	1998	2000	1998	2000	1998	2000	2002
Anápolis	4.000	4.000	5	-	40	-	-
Caturai	5.000	5.000	60	60	600	600	600
Inhumas	5.000	5.000	80	85	1.000	1.250	1.000
Petrolina	5.000	5.000	50	50	200	300	280
Santa Rosa	6.000	6.000	6	8	90	150	240
Nerópolis	5.000	6.000	10	4	100	48	100
Cristalina	6.500	8.000	2	2	1.820	2.240	9.625
Catalão	4.282	5.000	170	180	1.200	1.750	4.200
Ouvidor	5.000	5.600	45	40	350	364	600

Fonte: IBGE,1998/2002



No estado de Goiás o maior número de produtores em 2002 se concentraram nos municípios de Catalão com 180, Inhumas com 85, Caturai com 60, Petrolina de Goiás com 50 e Ouvidor com 40 produtores, sendo que os demais se encontram espalhados pelas outras cidades do estado, totalizando 455 produtores. (Tabela1). O município de maior expressividade é Cristalina, que produziu em 2003, 13.860t e representa 57.1% da produção do estado(Economia e desenvolvimento,2003).

A área plantada em 1998 foi de 1.130 ha, tendo um rendimento médio de 5.265 Kg/ha. Os municípios com maior produção são Cristalina e Catalão, 1.820 t e 1.200 t respectivamente. Sendo que em Cristalina estão os maiores produtores individuais do Estado, com 910 toneladas média para cada um, Em 2001 segundo o IBGE, este município produziu 7.500t representando um total de 55,19% da produção do estado, e em 2002 sua produção cresceu para 9.625 toneladas (Tabela1).

O IAC (Instituto Agrônomo de Campinas) recomenda para Goiás os meses de fevereiro a maio para o plantio garantindo assim uma alta produtividade. O alho demora em média 130 dias para a colheita. A época da colheita do alho no Centro-Oeste coincide com a época da importação do alho da Argentina, Espanha, Chile e China. O alho estrangeiro atrapalha a comercialização do alho nacional visto que seu preço é inferior.

A variação de preço do alho importado nos meses de dezembro de 1998 a julho de 1999 foi de -6,25% e o nacional +33,3% (Tabela 2), nos anos subsequentes a variação não foi significativa, em 2004 a variação ficou em torno de 34%. O alho não é amparado pela política de preços mínimos, o que dificulta em muito o lucro do produtor.

Em Goiás a área cultivada e colhida em 1990 foi de 2.210 ha, e em 1998, somente 1.130 ha, acarretando uma queda de 1.080 ha ou 49%. Em 2002 a área plantada permaneceu em queda de 13,62% em relação a 1990. Uma recuperação pode ser notada em 2003 e 2004 com um aumento de 8,24%. A produção variou de 9.130 toneladas (1990) para 5.950t (1998), uma queda de 34,83%, porém se recuperou em 2003 num aumento de 307,93% em relação a 1998.(Tabela 3).

Tabela 2
Brasil - Preço Mensal do Alho
1998/99/2004/2005

Dia	Mês	Preço nacional (R\$ 1,00 ha)	Cx 10 kg/Reais
			Preço do alho import. (R\$ 1,00)
17	dez/1998	30	32
27	mai/1999	35	28
17	jun/1999	42	30
29	Set/2004	60	58
25	Jan/2005	53	45

Fonte: O popular/Jornal do Campo-1998-2005

A partir do ano de 2000 nota-se uma retração em algumas áreas cultivadas por essa erva bulbosa como nos municípios de Anápolis, Nerópolis, Ouvidor e Flores de Goiás.(tabela 6). E uma expansão da produção nos municípios de Catalão, Cristalina e Inhumas.

No Brasil a área cultivada em 1998 foi de 10.819 ha e em 2003, 15.099 ha, tendo uma variação positiva de 39,56%. Em toneladas a produção variou +75,59 % (Tabela 4). Em 1998, comparando os dados do CEPAGRO (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura em Grupo) em relação ao Brasil, Goiás participou com 10,46% da área plantada e 11,56% das toneladas produzidas. O Estado se colocou como o primeiro produtor do Centro-Oeste e o terceiro em relação ao país.(IBGE, 1999. p.12). Em 2002 sua participação foi de 11,76% de área plantada e 15,59% de toneladas produzidas. Hoje Goiás é o quarto maior produtor perdendo para Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Tabela 3
Goiás - Área Colhida e Produção de Alho
1990-2004

Ano	Área (ha)	Produção (t)
1990	2.210	9.130
1991	2.404	12.533
1992	2.186	10.516
1993	2.544	12.720
1994	2.760	14.761
1995	1.408	7.838
1996	1.170	6.037
1997	1.042	5.390
1998	1.130	5.950
1999	1.253	7.278
2000	1.536	10.206
2001	1.620	13.590
2002	1.909	18.695
2003	2.392	24.272
2004	2.392	(1)12.820

Fonte: IBGE, Seplan/GO 2002

(1) Dados preliminares até junho,2004.



Em Goiás existe um potencial muito grande para o desenvolvimento desta cultura, pois, grande parte dos solos goianos são propícios ao cultivo do alho, porém com a falta de incentivos do governo federal e com a aquisição do alho importado na mesma época da safra goiana, tem-se notado uma desmotivação para o plantio em algumas regiões.

Observa-se na tabela 5 que o preço do alho no Brasil sofreu um acréscimo de 59,79% no período de 1998 a 2002 e o alho importado somente 21,21% (Gazeta Mercantil, 2002). No mesmo período a produtividade por hectare cresceu 47,13% e a área plantada ampliada 42,87%. Esperava-se uma redução do custo de produção do alho nacional para que pudesse competir em igualdade com o alho importado ou que o governo procurasse criar barreiras à importação de tal produto, o que não aconteceu.

Tabela 4
Brasil - Safra de Alho - 1990- 2004

Ano	Área Plantada	Produção (t)	Rendimento Médio (Kg/ha)
1990	17.535	71.086	4.145
1995	12.762	58.977	4.626
1998	10.879	56.873	5.243
1999	11.974	69.178	5.777
2000	12.824	78.254	6.102
2001	14.156	101.102	7.142
2002	15.543	119.902	7.714
2003	15.099	123.099	8.152
2004	10.458	85.524 (1)	8.178

Fonte: IBGE,2004
(1) dados preliminares

A partir de 1995 o rendimento médio da produção goiana de alho se manteve superior a média brasileira que em 2002 até junho já era de 10.221 Kg/ha contra somente 7.714Kg/ha, portanto se houvesse incentivos a essa cultura os custos de produção poderiam ser reduzidos tornando-se competitivos.

Tabela 5
Brasil - Comercialização e Abastecimento do Alho - 1998-2004

Ano	Preço Mínimo (R\$/Unid.)
1998/99	0,97
1999/00	1,00
2000/01	1,26
2001/02	1,30
2002/03	1,55
2003/04	1,76

Fonte: IBGE/Ministério da Agricultura,2005

Deslocamento da Curva de Oferta do Alho

A produção de alho no Brasil já manteve índices significativos, chegando a abastecer a quase totalidade do consumo brasileiro. Com o crescimento populacional, e a variação constante das áreas plantadas, o governo brasileiro precisa importar tal produto, para manter um preço estável ao consumidor. Com as importações no período de safra, os produtores brasileiros encontram-se insatisfeitos, ensejando uma crise no setor e uma possível decadência dos produtores no ramo, principalmente no sul do país. Em Goiás não tem sido diferente. Em 1994 eram plantados 2.760 ha, tendo sua maior baixa em 1997 com 1.042 ha, apresentando uma tímida recuperação durante os períodos subsequentes e em 2003 a área cultivada foi de 2.392ha, reflexo desta política.

O Brasil, apesar de possuir condições climáticas favoráveis, solos propícios para a exploração e mão-de-obra abundante, ainda não alcançou a auto-suficiência no abastecimento de alho. O país apresenta uma demanda interna estimada em aproximadamente 150 mil toneladas, distribuídas entre 10 mil e 12 mil toneladas de consumo mensal, acrescido de 25mil a 30mil toneladas anuais utilizadas no plantio da safra subsequente.

De acordo com Associação Nacional dos Importadores de Alho há necessidade de importação para suprir esse déficit, nesse sentido, foram importados em 2001, 88.806t de alhos frescos ou refrigerados, sendo que 56.565 t vieram da Argentina, 16.520 t da Espanha e 13.325t da China. O Brasil tem sido o maior importador mundial de alho (Takahashi et al, 2001 p.126)

Na análise Clássica entre oferta e demanda observa-se que a oferta é diretamente proporcional ao preço. Portanto, a oferta de alho aumenta sempre que o preço também aumenta e vice-versa.

A demanda, porém é inversamente proporcional, quando o preço aumenta a demanda se retrai. Isso analisado numa situação de livre mercado. Assim obtém-se o equilíbrio entre oferta e demanda, mantendo-se o *Ceteris paribus*, (as demais condições permanecem constantes).



A curva de oferta de alho, porém pode ser deslocada quando observados alguns fatores, tais como:

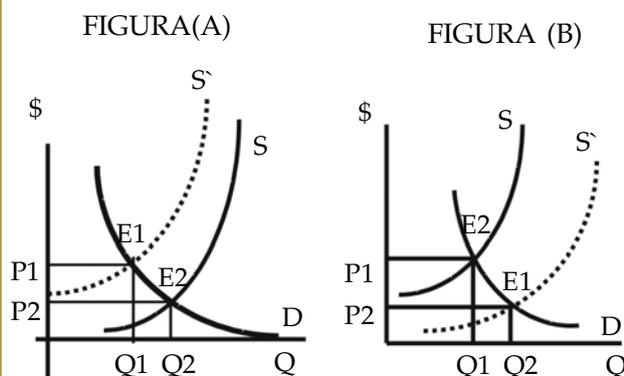
1 - Deslocamento da curva para a direita, significa aumento de oferta, ocasionada por novas tecnologias e redução nos custos de produção, ou aumento de produção de bens complementares.

2 - Deslocamento da curva para a esquerda, significa diminuição da oferta por queda na produção (pragas, clima), aumento nos custos dos insumos de produção ou queda de preços de bens substitutos. (Figura I)

A curva "S" (oferta) nos informa que quantidade os produtores estarão dispostos a vender, para cada preço que possam receber no mercado. "Essa curva tem inclinação para cima porque quanto mais alto for o preço, maior será o número de empresas aptas e desejosas a produzir e vender" (Pindyck, 1994)

Como se pode observar, a figura IA reflete o aumento da oferta do alho importado a preço mais baixo que o alho nacional (goiano), esse aumento acarreta o deslocamento do ponto de equilíbrio de E1 para E2, pois o preço ofertado é menor P2 e conseqüentemente a tendência da quantidade demandada ser mais elevada de Q1 para Q2.

Figura I
Deslocamento da Curva de Oferta do Alho Importado e Goiano.



Na Figura IB o procedimento é invertido. A curva de oferta se desloca para a esquerda, significando a diminuição da quantidade ofertada do alho goiano em conseqüência da concorrência do

alho importado (anos 1994 a 1998). Teoricamente, tal situação deveria provocar uma tendência de aumento de preço, beneficiando o produtor goiano, porém, isso não ocorreu pois os consumidores deixaram de adquirir o alho nacional para consumir o alho importado, que estava com menor preço, assim aumentou o estoque de alho nacional e o preço caiu, afetando diretamente o produtor nacional, em especial o goiano.

O benefício de um preço menor é alocado ao consumidor, porém o produtor goiano que não tem conseguido baixar seus custos de produção pode se desinteressar por tal cultura. Existem casos como o do município de Anápolis, Ouidor, Nerópolis, e Flores de Goiás (Tabela 6) em que a produção por área plantada diminuiu, pois o baixo preço de venda dos produtos concorrentes e os custos altos de produção reduziram em muito seus lucros, estando assim impelidos na mudança de atividade.

Tabela 6
Goiás - Área Plantada de Alho de Alguns Municípios - 1996/98 - 2000/02

Municípios	Área plantada em ha anualmente				
	1996	1997	1998	2000	2002
Inhumas	300	300	200	250	200
Anápolis	15	10	10	-	-
Petrolina	50	30	40	60	50
Nerópolis	25	20	20	8	25
Catalão	400	400	280	350	350
Ouidor	85	50	70	65	50
Flores de GO	250	200	200	-	-

Fonte: IBGE, 2002

Conclusão

O impasse entre importar e produzir alho em Goiás poderia ser resolvido se órgãos como Agência Rural oferecessem cursos e assistência permanente sobre o manuseio de novas técnicas de plantio, assim como incremento de tecnologia adequada ao plantio, colheita e seleção dos bulbos, para diminuir custos de produção e melhorar a qualidade do produto final, tornando-o competitivo.

Outro instrumento que auxiliaria o produtor goiano seria a implementação do crédito agrícola para o setor, em condições favoráveis e a criação de carteira de incentivos para aquisição



de maquinário adequado. Se o Governo Federal estabelecesse preços mínimos para o alho interno e franqueasse ao alho importado entrar no mercado nacional somente no período de entre-safra ou determinasse procedimentos de políticas de mercado estabelecendo quotas para aquisição do produto importado nos períodos de maior concentração da comercialização do alho nacional, tais condições reverteriam a tendência da curva de oferta de alho, propiciando um aumento da área plantada, novos investimentos, novos empregos e divisas para o Estado.

Referências

- Alho em câmara fria. **Globo Rural**. São Paulo, ano 10, n. 108, p.7-10. out. 1994.
- Alho: produtor apressa comercialização. **O Popular**. Goiânia, ago. 1999. Suplemento O Campo. p. 12.
- BATTAGLIN, Lucas. Alho por alho, mas sem sacrifício. **Globo Rural**. São Paulo, ano 1, n. 11, p. 75-83. ago. 1986.
- CAMINHO DA COMPETITIVIDADE. *Economia e Desenvolvimento*. Goiás, ano 1, n.2, p.4-7. jan./2000.
- CAMPOS, Celeide Novelli. Antibiótico natural. **Vida e Saúde**, São Paulo, ano 63, n.2, p.42-43, fev. 2000.
- GOIÁS LANÇA AS BASES PARA O SÉCULO 21. **Economia e Desenvolvimento**. Goiânia, ano 1, out/nov. 1999.
- GOIÁS MELHORA O DESEMPENHO DA ECONOMIA. **Economia e Desenvolvimento**. Goiás, ano 2, n.9, out/nov.2002.
- GOIÁS. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento de Goiás. **Anuário Estatístico do Estado de Goiás** - 1996. Goiânia: SEPLAN/GO, 1996. p. 318-320.
- GOIÁS. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento de Goiás. **Indicadores econômicos: Séries estatísticas básicas - 2002**. Goiânia: SEPLAN/GO, abr/jun. 2002. p. 10.
- GOIÁS. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Departamento de Estatística e mercado agrícola. Disponível em: <<http://www.agricultura.go.gov.Br/plano/safra.3/2/2003>>.
- INDICADORES ECONÔMICOS. **Gazeta Mercantil**, Brasília, [2002]. Caderno de finanças e mercado. p. B-13.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do Brasil: geral e regional**. Rio de Janeiro, 1996-2000.
- PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1994.
- SUPLEMENTO, DEFENSIVO NATURAL. **O Popular**, Goiânia, abr.1999. Suplemento O Campo. p 5.
- TAKAHASHI, Leonardo Susumu . et al. **Aspectos logísticos da Importação da Cultura do Alho no Brasil: Um estudo de caso**. Teor. Evid. Econ. Passo Fundo. v.9 n.17 , novembro 2002 . p.123-141.



Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar os resultados da estimativa do Produto Interno Bruto dos municípios goianos. Na série analisada de 1999 a 2002 foi possível observar as transformações ocorridas nos diversos municípios, bem como a desconcentração regional da riqueza gerada. Mesmo tendo passado pelo processo de mobilidade durante o período enfocado, ainda é possível verificar que a riqueza está concentrada num número reduzido de municípios.

Palavras Chave: Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos; PIB per capita; Indicadores; Regiões de Planejamento.

Introdução

O cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios goianos é um projeto para estimar a riqueza gerada em todos os municípios brasileiros, através de um grande esforço dos órgãos estaduais de estatística e secretarias estaduais de planejamento, sob a coordenação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O referido projeto iniciou-se no ano de 2000, com o começo da elaboração da metodologia de cálculo, sendo concluída no final do ano de 2004. Durante esse período foram realizados diversos testes de consistência com os dados de 1999 a 2002, no intuito de solidificar o trabalho.

O método de cálculo¹ permitiu a construção de estimativas do PIB dos municípios, coerentes, comparáveis entre si e em consonância com as recomendações internacionais expressas pelas Nações Unidas, Banco Mundial, Comissão das

* Economista, Pós-Graduada em Economia Agroindustrial na UFG e Gerente de Contas Regionais da Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação da Seplan - GO. E-mail: dinamar@seplan.go.gov.br

** Economista, Pós-Graduado em Economia Agroindustrial pela UFG, Gestor de Planejamento e Orçamento da Seplan-GO e membro do Comitê Técnico Nacional do PIB Municipal. E-mail: marcos@seplan.go.gov.br

¹ A metodologia completa está disponível no site da Seplan-GO (www.seplan.go.gov.br/sepin).



*Dinamar Maria Ferreira Marques**



*Marcos Fernando Arriel***

Comunidades Europeias - Eurostat, Fundo Monetário Internacional - FMI, e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OECD, reunidas no manual System of national accounts 1993.

As informações disponibilizadas pela Seplan compreendem os anos de 1999 a 2002. Neste período pode ser observado um movimento da economia goiana para alguns pólos regionais, embora ainda concentrada na sua maioria num número reduzido de municípios.

Análise dos Dados

O cálculo do PIB dos municípios goianos, da série que se iniciou no ano de 1999 até o último ano apurado, 2002, permite observar grandes transformações em diversos municípios. O processo de industrialização do estado, em curso, trouxe novas perspectivas de aproveitamento do potencial produtivo de Goiás, possibilitando a emergência e o fortalecimento de novos caminhos econômicos, provocando dupla transformação: surgimento de novas relações comerciais, o avanço da agricultura e a substituição da pecuária tradicional pela moderna com emprego de tecnologias. É importante ressaltar que os dez maiores municípios participavam com 55,54% do PIB estadual em 1999 e em 2002 reduziu para 52,51%, tendo uma perda de 3,03 pontos percentuais.

Neste contexto, para os 246² municípios observados, 142 ganharam participação no valor do

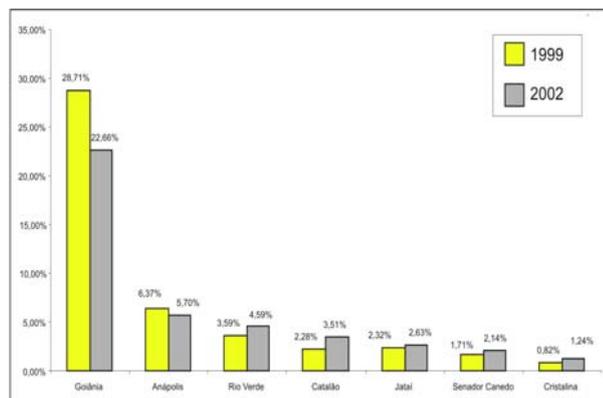
² Exceto os municípios de Campo Limpo de Goiás, Gameleira de Goiás, Ipiranga de Goiás e Lagoa Santa emancipados a partir do ano de 2001



PIB estadual, enquanto que 100 tiveram queda de participação. Dos municípios que obtiveram ganho pode-se destacar (gráfico 1): Rio Verde passou de 3,59% em 1999 para 4,59% em 2002 - impulsionado pelos setores de agropecuária e indústria; Catalão, 2,28% para 3,51% - favorecido pela agropecuária e pelo processo de verticalização da mineração; Jataí saiu de 2,32% para 2,63% - apresentou destaque na agropecuária e indústria; Senador Canedo passou de 1,71% para 2,14% - estimulado pela pujança do setor de serviços, pois sedia o centro de distribuição de combustível da Petrobrás; e Cristalina que passou de 0,82% em 1999 para 1,24% em 2002 - dada à boa performance da agropecuária, sobretudo lavouras irrigadas. O ganho de participação também observado no município de São Simão (0,44% para 2,32%), ocorreu devido à inserção da hidrelétrica de São Simão no cálculo do PIB de Goiás, que antes era computada para o estado de Minas Gerais.

Dentre os municípios que perderam participação no PIB estadual estão Goiânia que tinha participação de 28,71% em 1999, diminuiu para 22,66% em 2002 e Anápolis, de 6,37% para 5,70% no mesmo período. Tal fato é explicado pela estrutura produtiva destes municípios, onde o setor de serviços apresenta peso significativo e no período verificado nota-se perda de participação deste setor no PIB goiano, que era de 54,29% em 1999, reduzindo para 44,87%. Vale ressaltar que nesse período, a economia desses dois municípios teve importante agregação de valor.

Gráfico 1
Municípios selecionados que obtiveram ganho ou perda de participação no PIB - Goiás - 1999-02



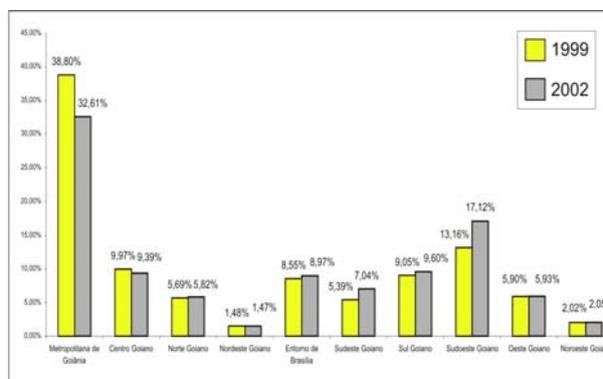
Elaboração: Seplan/Sepin - Gerência de Contas Regionais

Regiões de Planejamento

Observando a participação das regiões de planejamento no PIB nos anos de 1999 e 2002, gráfico 2, verifica-se que no período a geração de riqueza em Goiás passou também por um processo de desconcentração regional, que certamente foi beneficiado pelo processo de industrialização ocorrido em determinadas regiões do estado.

A agropecuária vem induzindo o estabelecimento de um conjunto de atividades, como suporte urbano e industrial, a ela relacionado, especialmente o processamento de insumos agrícolas, minerais e o fornecimento de insumos industriais, cuja produção tende-se a localizar junto às fontes de matérias-primas ou aos mercados regionais. Estas forças induziram a distribuição das atividades industriais pelo estado de Goiás e com isso atraíram atividades de serviços, provocando uma distribuição regional do Produto Interno Bruto.

Gráfico 2
Participação das Regiões de Planejamento no PIB - Goiás - 1999-02



Elaboração: Seplan/Sepin - Gerência de Contas Regionais

Dentre as dez regiões de planejamento, sete ganharam participação e três perderam. O Sudoeste Goiano e Sudeste Goiano foram as regiões que mais se destacaram pelo ganho de participação e a Metropolitana de Goiânia a que mais perdeu.

A região de planejamento do Sudoeste Goiano, que participava com 13,16% do PIB do estado em 1999 passou para 17,12% em 2002, teve como destaque os municípios de Rio Verde, São Simão, Jataí, Montividiu e Mineiros. A atividade industrial, sobretudo a de transformação, foi a que mais contribuiu para o ganho de participação.



A região Sudeste Goiano tinha participação de 5,39% em 1999, subiu para 7,04% do PIB estadual. Os municípios que mais ganharam participação foram: Catalão, Ipameri, Corumbá e Pires do Rio, impulsionados pelos três grandes setores de atividades econômicas.

Já a região Metropolitana de Goiânia perdeu participação. Em 1999 representava 38,80% do PIB goiano, reduzindo para 32,61% em 2002. A redução é explicada pelo dinamismo de outras regiões, motivado pela desconcentração industrial, seguindo a lógica dos investimentos produtivos, priorizando a proximidade com a matéria-prima.

Crescimento Nominal

A análise do crescimento nominal acumulado dos municípios em 2002, com relação a 1999, permite observar que 58,68% dos municípios tiveram crescimento acima do PIB estadual e 41,32% abaixo.

Conforme a tabela 1, observa-se que cinco municípios, dos nove selecionados, obtiveram variação superior ao registrado para o estado no período analisado, e com destaque para os municípios de Catalão (168,62%) e Rio Verde (123,31%). A soma da participação destes municípios correspondeu a 8,10% do PIB total de 2002.

Tabela 1
Crescimento nominal dos municípios selecionados com maior participação no PIB - Goiás - 1999-02

Município	Varição (%)
Goiânia	37,89
Anápolis	56,14
Rio Verde	123,31
Aparecida de Goiânia	80,30
Catalão	168,62
Jataí	97,92
Itumbiara	59,13
Luziânia	78,97
Estado de Goiás	74,66

Elaboração: Seplan/Seplan - Gerência de Contas Regionais

Ano de 2002

Embora os dados do Produto Interno Bruto Municipal tenham evidenciado sinais de desconcen-

tração regional da riqueza gerada no estado de Goiás, no ano de 2002 em relação a 1999, ainda é observado uma concentração em um número reduzido de municípios.

Dados do PIB Municipal para este ano registraram um PIB médio de R\$ 127.230 mil (total do PIB estadual dividido pelo número de municípios), sendo que 45 municípios estão acima da média e 201 abaixo, caracterizando uma forte concentração da riqueza estadual. (tabela 2).

Tabela 2
Distribuição dos municípios, em relação à média(1) da população e PIB - 2002

Especificação	Nº de municípios		Participação (%)	
	Absoluto	(%)	População	PIB
População média = 21.486 habitantes				
Acima da média	42	17,1	74,2	71,4
Abaixo da média	204	82,9	25,9	28,6
PIB médio = R\$ 127.230.985				
Acima da média	45	18,3	71,8	76,4
Abaixo da média	201	81,7	28,2	23,6

Elaboração: Seplan/Seplan - Gerência de Contas Regionais
(1) Refere-se ao total da população e PIB dividido pelo número de municípios (246)

Estes 45 municípios produziram 76,4% (R\$ 23.920.951 mil) de toda riqueza gerada e representaram 71,8% da população do estado. Por outro lado, os 201 municípios com o PIB abaixo da média detinham apenas 23,6% da renda gerada e 28,2% da população goiana. Com referência à população, 42 municípios estavam acima da média de 21.486 habitantes (74,1% da população) e 204 abaixo (25,9%). Fatores que poderiam explicar tais desigualdades seriam: geográficos, forma de ocupação territorial e modo de produção. Vale ressaltar que, no conjunto destes municípios, apenas 15 possuíam participação superior a 1,0% no total do PIB de Goiás.

Na distribuição dos 45 maiores municípios por região de planejamento fica bastante visível tal desigualdade (tabela 3). Na região Sudoeste Goiano dez dos 26 municípios estão acima da média. Em seguida aparecem as regiões Metropolitana de Goiânia, Entorno do Distrito Federal e Sul Goiano, com sete municípios cada. Juntas, as quatro regiões detinham 69,0% dos municípios selecionados. Por outro lado as outras



regiões representaram apenas 31,0%, exceto Nordeste Goiano que não apresentou nenhum município com PIB acima da média.

Tabela 3
Distribuição dos 45 municípios com maior participação no PIB, segundo Regiões de Planejamento - 2002

Regiões de Planejamento	Município
Metropolitana de Goiânia	7
Centro Goiano (eixo BR-153)	3
Norte Goiano	4
Nordeste Goiano	-
Entorno do Distrito Federal	7
Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	3
Sul Goiano	7
Sudoeste Goiano	10
Oeste Goiano	3
Noroeste Goiano (Estrada do Boi)	1

Elaboração: Seplan/SePIN - Gerência de Contas Regionais

Ranking

O ranking do Produto Interno Bruto dos 246 municípios goianos, em 2002, evidenciou uma maior concentração de riqueza em poucos municípios (tabela 4). Os dez primeiros colocados no ranking foram responsáveis por 52,51% da produção gerada no estado. Destaque para os municípios de Goiânia (22,66%), Anápolis (5,70%), Rio Verde (4,59%), Aparecida de Goiânia (3,99%) e Catalão (3,51%) que apresentaram valores acima de R\$ 1 bilhão.

Os dez maiores municípios, em relação ao PIB per capita, mostraram uma combinação de baixa população e atividade econômica expressiva. Os municípios de São Simão e Cachoeira Dourada, com PIB per capita de R\$ 50.938 e R\$ 22.124 respectivamente, são explicados pela atividade industrial, geração de energia, sendo que no primeiro está localizada a maior hidrelétrica do estado, Usina de São Simão. Já os municípios de Chapadão do Céu (R\$ 45.467), Perolândia (R\$ 27.532), Montividiu (R\$ 23.682), Porteirão (R\$ 19.448) e Campo Alegre (R\$ 19.286) destacaram-se pela agropecuária moderna, sobretudo na produção de soja. O município de Turvelândia, com PIB per capita de R\$ 27.986, destacou-se pela agroindústria, com plantação e processamento da cana-de-açúcar. Finalmente os municípios de Cezarina (R\$ 18.304) e Catalão (R\$ 16.317), cujos resultados do PIB per capita foram influenciados pela indústria de transformação: o primeiro pelo processamento de cimento e o segundo pela verticalização da mineração. É relevante salientar que nem toda renda produzida dentro da área do município é apropriada pela população residente.

Na tabela 5 estão relacionados os dez primeiros municípios com maior participação no Valor Adicionado (VA) das atividades agropecuária, indústria e serviços. Nota-se que a atividade agropecuária foi a que apresentou o menor grau de concentração (28,16%) e o inverso ocorreu com atividade de indústria (64,99%).

Tabela 4
Os dez maiores municípios em relação ao PIB e PIB per capita - Goiás - 2002

Ranking	PIB		PIB per capita	
	Municípios	Valor (R\$ 1.000,00)	Municípios	Valor (R\$ 1.000,00)
1	Goiânia	7.093.088	São Simão	50.938
2	Anápolis	1.783.619	Chapadão do Céu	45.467
3	Rio Verde	1.435.271	Turvelândia	27.986
4	Aparecida de Goiânia	1.247.597	Perolândia	27.532
5	Catalão	1.097.156	Montividiu	23.682
6	Jataí	824.151	Cachoeira Dourada	22.124
7	Itumbiara	812.041	Porteirão	19.448
8	Luziânia	745.806	Campo Alegre de Goiás	19.286
9	São Simão	726.226	Cezarina	18.304
10	Senador Canedo	670.433	Catalão	16.317
	Total	16.435.388		-
	Participação no Estado	52,51%		-
	Estado de Goiás	31.298.822		5.921

Elaboração: Seplan/SePIN - Gerência de Contas Regionais



Tabela 5
Os dez maiores municípios, em relação ao Valor Adicionado (VA),
por setores de atividades - Goiás - 2002

Ran- king	VA Agropecuária		VA Indústria		VA Serviços	
	Municípios	Valor (R\$ 1.000,00)	Municípios	Valor (R\$ 1.000,00)	Municípios	Valor (R\$ 1.000,00)
1	Rio Verde	379.928	Goiânia	2.113.492	Goiânia	4.099.654
2	Jataí	302.837	Anápolis	713.833	Anápolis	740.247
3	Cristalina	242.116	São Simão	679.417	Ap. de Goiânia	604.062
4	Mineiros	181.509	Ap. de Goiânia	549.478	Rio Verde	482.865
5	Montividiu	151.583	Rio Verde	513.374	Senador Canedo	463.687
6	Chapadão do Céu	146.338	Catalão	406.830	Catalão	339.231
7	Luziânia	124.807	Itumbiara	342.093	Itumbiara	293.037
8	Catalão	108.719	Minaçu	309.072	Luziânia	288.140
9	Caiapônia	102.417	Luziânia	303.293	Jataí	260.104
10	Paraúna	100.305	Jataí	222.074	Valparaíso de GO	155.125
	Total	1.840.560		6.152.956		7.726.152
	Participação	28,16%		64,99%		59,32%
	Estado de Goiás	6.535.077		9.467.410		13.025.024

Elaboração: Seplan/SePIN - Gerência de Contas Regionais

A agropecuária está bem disseminada na maioria dos municípios goianos, devido ao estado apresentar tradição e vocação para o setor. Esta atividade exerce papel importante no seu desenvolvimento, quando garante matéria-prima para a agroindústria, que por sua vez agrega valor aos produtos da pauta de exportação, gera emprego e renda e tem assegurado crescimento à economia goiana nos últimos anos. Ressalta-se que a atividade de agropecuária quando comparado aos demais setores de atividade econômica é a que menos concentra riqueza. Os dez municípios de melhor colocação participaram com 28,16% em relação ao VA total da agropecuária do estado, no ano de 2002.

Rio Verde, primeiro do ranking na agropecuária em 2002, participou com 5,81%, sendo o 1º produtor de soja, aves, leite e suíno, 2º produtor de bovinos, sorgo e trigo e 4º produtor de arroz, feijão e milho. Jataí, segundo no ranking na agropecuária, teve representatividade de 4,77%, sendo o 1º produtor de milho e 2º de soja, arroz e aves. A excelência da produção agropecuária desses dois municípios vizinhos, localizados no sudoeste goiano, os distancia, à época, em termos de produção agrícola, dos demais municípios do estado.

O município de Cristalina, terceiro mais representativo da agropecuária, participou com 3,70%. A produção agrícola caracterizou-se principal-

mente pela diversidade de cultura irrigada, com o uso de tecnologia de ponta, sendo que o município possui a maior área irrigada do estado. Em 2002 foi o 1º produtor estadual das culturas irrigadas de feijão, batata inglesa, trigo, alho, milho e soja.

Os demais municípios de maior VA da agropecuária foram: Mineiros (2,78%), Montividiu (2,32%), Chapadão do Céu (2,24%), Luziânia (1,91%), Catalão (1,66%), Caiapônia (1,57%) e Paraúna (1,53%).

O setor Industrial, composto pela indústria de transformação, extrativa mineral, eletricidade, gás e água e construção civil, foi o que apresentou maior concentração de riquezas entre os três grandes setores. Os dez municípios com maior representatividade participaram com 64,99% na geração do Valor Adicionado da indústria estadual.

O município de Goiânia destacou-se com 22,32% devido à grande concentração das atividades da construção civil, indústria de artigo do vestuário e acessórios, produtos alimentícios e bebidas, produtos metalúrgicos e indústria moveleira. Em 2º lugar, o município de Anápolis (7,54%), com concentração de indústrias ligadas ao ramo farmacêutico, produção de adubos, produtos alimentícios, embalagens e metalurgia. Na 3ª colocação posicionou-se São Simão (7,18%), mu-



nicípio onde está localizada a hidrelétrica de São Simão, maior geradora de energia no estado.

Aparecida de Goiânia, em 4º lugar, participou com 5,80% da indústria goiana, e seu parque fabril é formado por indústrias do setor alimentício, artefatos de cimento, metalurgia entre outros. Rio Verde (5,42%) vem destacando-se como município modelo de modernização tecnológica bem sucedida da revolução verde, tem fomentado a agroindústria, consolidando-se num dos maiores cluster agroindustrial do país.

Catalão, com 4,30%, ocupou o 6º lugar em participação no setor Industrial em 2002. O município, localizado no sudeste do estado, é sede de diversas empresas ligadas ao ramo de extração e beneficiamento do setor mineral. Itumbiara (3,61%) concentra indústrias processadoras de soja, algodão e milho, beneficiamento de couro e de sementes e fertilizantes.

Os demais municípios foram: Minaçu (3,26%) devido à indústria extrativa mineral e à geração de energia elétrica; Luziânia (3,20%), justificado pela presença de empreendimentos agroindustriais e Jataí (2,35%) destacando-se pela agroindústria e setor de confecção do vestuário.

O setor de serviços é o mais representativo dentre as atividades econômicas, engloba diversos segmentos, como: administração pública, comércio, alojamento e alimentação, transporte e armazenagem, comunicações, atividades imobiliárias entre outros. Em 2002, o setor seguiu tendência semelhante à indústria, pois mais da metade do Valor Adicionado gerado, ou seja, 59,32% ficaram com os dez primeiros colocados do ranking, comportamento justificado pela concentração populacional destes municípios. Goiânia destacou-se com 31,48% do produto gerado pelo setor, seguido por Anápolis (5,68%), Aparecida de Goiânia (4,64%), Rio Verde (3,71%), Senador Canedo (3,56%), Catalão (2,60%), Itumbiara (2,25%), Luziânia (2,21%), Jataí (2,00%) e Valparaíso de Goiás (1,19%).

Referências

GOIÁS. Secretária de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. **Produto Interno Bruto 2002**. Goiânia, Seplan, 2004.

_____, **Produto Interno Bruto dos municípios goianos**. Goiânia, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios Brasileiros 1999-2002**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.



Incentivos fiscais em Goiás e PIB industrial nominal de São Paulo e Goiás de 1990 a 2001¹



Claudiene Nogueira
Pacheco Gomes*

Resumo: O presente artigo apresenta uma análise do comportamento do PIB industrial nominal de Goiás e de São Paulo, face aos incentivos Fomentar e Produzir de 1990 a 2001.

Palavra-chave: Incentivos Fiscais; PIB Industrial; Fomentar; Produzir

Introdução

O setor industrial, enquanto componente da atividade econômica, possui importância fundamental para o crescimento econômico de um país ou região, pois agrega valores às matérias-primas locais minimizando as diferenças de preços nas relações de troca.

No Brasil, desde 1930, a Região Sudeste concentrou atividade industrial, cabendo às outras regiões o papel de fornecedores de matérias-primas e consumidores de produtos industrializados.

No entanto, essa concentração da atividade industrial sempre gerou tensão e ressentimento entre os estados, tanto que a partir de 1970 foram criados organismos regionais de desenvolvimento que objetivavam promover a industrialização das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Em Goiás, por sua vez, a industrialização se desenvolveu num contexto de integração nacional.

A partir de 1980, diante da ausência de uma política industrial nacional, os estados passaram a buscar mecanismos mais agressivos que atraíssem indústrias para seus territórios.

O estado de Goiás, então, lançou mão de políticas compensatórias via incentivos fiscais, objetivando assim a promoção e desenvolvimento da industrialização goiana.

* Graduada em Economia. E-mail: claudienegomes@hotmail.com

¹ Resumo de monografia apresentada à Coordenação de Ciências Econômicas do Centro Universitário de Goiás em novembro de 2004, sob orientação do professor Edson Alves Novas (edson@faeg.com.br).

Desenvolvimento

A industrialização é um dos pilares de sustentação e promoção do crescimento econômico, onde Estevam (1998), afirma que o ponto de ruptura de um Goiás "velho" para um Goiás "moderno" deu-se na década de 1970 quando a indústria auferiu frações significativas da renda interna e o setor de serviços sustentou sua participação em função da acelerada urbanização regional.

Ao analisar a Tabela 1, observa-se que no período de 1990 a 2001, houve um crescimento de 127,9% do número de estabelecimentos industriais em Goiás, passando em 1990 de 4.512 para 10.283 estabelecimentos industriais, crescimento este que se manteve contínuo ao longo do período, com exceção de 1992.

Tabela 1
Número de estabelecimentos industriais de Goiás e São Paulo de 1990 a 2001

Ano	Goiás	(1990=100)	São Paulo ⁽¹⁾	(1990=100)
1990	4.512	100,00	13.637	100,00
1991	4.739	105,03	12.809	93,92
1992	4.689	103,92	12.267	89,95
1993	5.043	111,77	11.804	86,55
1994	5.577	123,60	11.287	82,77
1995	6.363	141,02	10.224	74,97
1996	6.732	149,20	48.299	354,18
1997	7.743	171,61	47.192	346,06
1998	8.156	180,76	48.205	353,51
1999	9.021	199,93	47.352	347,23
2000	9.717	215,36	48.678	364,76
2001	10.283	227,90	50.397	376,89

Fonte: IBGE (2004), FIEG (2004), adaptada pela autora.

⁽¹⁾ Até o ano de 1995 dados coletados pelo Censo Industrial do IBGE. De 1996 a 2001 dados coletados pela Pesquisa Industrial Anual do IBGE.

Segundo dados da FIEG, o segmento da transformação industrial do estado de Goiás ao longo do período de 1990 a 2001 cresceu 99,95%.

O segmento goiano da construção civil ao longo do período de 1990 a 2001 apresentou crescimento da ordem de 274,34%. Entre 1990 e 2001,



conforme dados da FIEG, o segmento da indústria extrativa de Goiás obteve desempenho positivo de 103,7%.

Ao analisar os dados da Tabela 1, percebe-se que no período de 1990 a 2001, houve um crescimento de 269,56% no número de estabelecimentos industriais de São Paulo.

No entanto, tal desempenho não foi homogêneo durante todo o período de 1990 a 2001.

De 1990 a 1995, observa-se pela Tabela 1 que o número de estabelecimentos industriais de São Paulo decresceu em 25,03%.

Esse decréscimo foi reflexo da abertura comercial promovida pelo Brasil no início da década de 90, onde a abertura comercial teve maior impacto na indústria paulista do que na indústria goiana, pois segundo Brum (2000), a rápida expansão e acumulação da região Sudeste permitiu que um pequeno número de grandes empresas assumisse o controle da produção e do mercado nos ramos mais importantes da economia brasileira.

No período de 1990 a 1995, segundo dados do IBGE, a indústria da transformação paulista decresceu em 25,13%, a indústria extrativa e de produtos minerais paulista apresentou um decréscimo de 40,95% e a indústria paulista da construção civil apresentou um decréscimo de 18,33%.

A partir de 1996, o IBGE mudou a metodologia de coleta de dados sobre o número de estabelecimentos industriais, passando a utilizar a Pesquisa Industrial Anual.

Observa-se pela Tabela 1, uma reversão do comportamento do número de estabelecimentos industriais de São Paulo no período de 1996 a 2001.

De 1996 a 2001, o número de estabelecimentos industriais de São Paulo cresceu 4,34%. No período de 1996 a 2001, dentro do segmento paulista de transformação industrial, o gênero que apresentou maior crescimento foi o de reciclagem, cerca de 101,59%.

De 1996 a 2001, no estado de São Paulo a indústria extrativa decresceu 6,57%.

A Figura 1 mostra o desempenho do PIB industrial nominal de São Paulo, do PIB industrial nominal de Goiás e o número de unidades industriais beneficiadas pelos Programas Fomentar e Produzir em Goiás de 1990 a 2001. Analisando-a, observa-se que o crescimento do PIB industrial nominal de Goiás de 1990 a 2001, esteve em contínuo crescimento.

O PIB industrial de São Paulo, por sua vez, sofreu oscilações entre 1990 a 1995, permanecendo praticamente constante de 1995 a 2001.

Nota-se pela Figura 1, que houve crescimento de 194,8% do PIB industrial nominal de Goiás de 1990 a 2001, enquanto que o crescimento do PIB industrial nominal de São Paulo no mesmo período foi de 31,11%.

Percebe-se que tanto o PIB industrial nominal de Goiás quanto o PIB industrial nominal de São Paulo apresentaram maior pico de crescimento em 1994 em relação a 1990.

Entre 1990 e 1994 o PIB industrial nominal do estado de Goiás cresceu de 152,6%. O crescimento do PIB industrial nominal de Goiás foi reflexo do bom resultado da economia brasileira em 1994, onde segundo Gremaud et al. (2002), o PIB total real brasileiro cresceu 5,67% em 1994 e o setor industrial apresentou expansão de 7%.

Figura 1
PIB industrial nominal de Goiás e São Paulo e número de indústrias beneficiadas em Goiás pelos Programas Fomentar e Produzir de 1990 a 2001



Fonte: SEADE (2004); Seplan-GO (2004), SIC (2004), adaptada pela autora.



O PIB industrial nominal de São Paulo, cresceu entre 1990 e 1994 cerca de 83,07%. Segundo SEADE (2004), decorreu em grande parte do crescimento da demanda interna e deu-se através de maior uso da capacidade instalada e investimentos em novos equipamentos.

Nota-se pela Figura 1, que a maior queda do PIB industrial nominal de Goiás e do PIB industrial nominal de São Paulo, no período de 1990 a 2001, é registrada no ano de 1995 quando comparada ao ano de 1994. O PIB industrial nominal de Goiás decresceu, em 1995 em relação a 1994, 24,37%, por sua vez o PIB industrial nominal de São Paulo decresceu em 29,05%.

Em 1995 o desempenho negativo tanto do PIB industrial nominal de Goiás quanto do PIB industrial nominal de São Paulo, esteve relacionado com problemas conjunturais da economia brasileira, pois segundo Gremaud et al. (2002), em meados de 1995 para fazer frente à perda de reservas que o país vinha sofrendo, o governo brasileiro optou por ampliar o controle da demanda interna, principalmente com restrições ao crédito e elevação da taxa de juros.

Ao analisar a Figura 1, percebe-se que no período de 1990 a 2001, houve um aumento de 72,5% do número de indústrias beneficiadas em Goiás pelos Programas Fomentar e Produzir.

No entanto, nota-se pela Figura 1 que o número de indústrias beneficiadas em Goiás pelos Programas Fomentar e Produzir não se manteve homogêneo ao longo do período de 1990 a 2001.

Em 1991, o número de indústrias beneficiadas pelo Fomentar em Goiás cresce significativamente quando comparado a 1990, cerca de 122,5%. Segundo dados da Secretaria da Indústria e Comércio do Estado de Goiás, foram beneficiadas pelo Fomentar 40 indústrias em 1990 contra 89 em 1991.

Em 1995, o número de indústrias beneficiadas pelos Programas Fomentar e Produzir atinge o ápice de crescimento do período de 1990 a 2001, crescimento este de 192,5%. Em 1996, o número de indústrias beneficiadas em Goiás reduz-se drasticamente em torno de 69,23% quando comparado a 1995. Em 1996 foram beneficiadas, segundo dados da Secretaria da Indústria e Comércio do Estado de Goiás, apenas 36 indústrias, apresentando assim o menor número de indústrias beneficiadas durante todo o período de 1990 a 2001.

Esse decréscimo no número de indústrias beneficiadas em Goiás é reflexo da estagnação econômica vivida pelo Brasil nesse período, pois segundo Gremaud et al. (2002), a economia brasileira entrou em estagnação ao longo do segundo semestre de 1995 e primeiro semestre de 1996.

Conclusão

Os incentivos fiscais são instrumentos que os governos estaduais adotam com vistas a promover e incrementar a industrialização em suas regiões.

Em Goiás, a partir de 1984 foi instituído o Programa Fomentar que foi substituído em 2000 pelo Programa Produzir, ambos de caráter fiscal e promotores do desenvolvimento industrial goiano.

O número de estabelecimentos industriais em Goiás apresentou crescimento de 127,9% no período de 1990 a 2001.

Em São Paulo o número de estabelecimentos industriais aumentou em 269,56% durante o período de 1990 a 2001, no entanto tal desempenho sofreu oscilações ao longo do período.

A indústria da construção civil cresceu entre 1996 e 1999 cerca de 25,86%.

Durante o período de 1990 a 2001 o PIB industrial nominal de Goiás apresentou crescimento de 194,8%. O maior pico de crescimento do período ocorreu em 1994 quando comparado a 1990 sendo representado por 152,6%, caracterizado pelo bom desempenho da economia brasileira após a implantação do Plano Real.

Já o PIB industrial nominal de São Paulo de 1990 a 2001 apresentou crescimento de 31,11%. O maior pico de crescimento deste PIB se deu também em 1994 em relação a 1990.

O número de indústrias beneficiadas em Goiás pelos Programas Fomentar e Produzir de 1990 a 2001 aumentou em 72,5%.

Referências

BRUM, A.J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 20ª ed. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2000. 571p.

ESTEVAM, L. **O tempo da transformação**. 2ª ed. Goiânia: Editora do Autor, 1998. 274p.

FIESP: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Disponível em www.fiesp.com.br. Acesso em: 15 set. 2004.

GREMAUD, A.P.; VACONCELLOS, M.A.S.; TONETO JÚNIOR, R. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2002. 626p.

SEADE Fundação - Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em <http://seade.gov.br>. Acesso em 04 set. 2004.

SIC - Secretaria da Indústria e Comércio do Estado de Goiás. Número de indústrias beneficiadas pelos Programas Fomentar e Produzir. 2004.



Pesquisa de Intenção de Investimentos no Estado de Goiás

Investimentos nos setores industrial e de serviços alcançarão R\$ 8,72 bilhões até 2008

O governo de Goiás tem concentrado esforços no sentido de atrair investimentos produtivos com o objetivo de expandir, modernizar e diversificar a economia do estado, buscando a geração de novos postos de trabalho e renda, procurando reduzir as desigualdades sociais e regionais, através de incentivos fiscais e de linhas de créditos voltados à produção.

A pesquisa de intenção de investimentos na quarta edição do boletim Conjuntura Econômica Goiana apurou o montante de R\$ 8,72 bilhões de investimentos nos setores industrial e de serviços, em 690 projetos, gerando aproximadamente 72 mil novos postos de trabalhos. Estes investimentos estão apresentados por atividade econômica e localizados por região de planejamento.

Analisando os investimentos quanto à atividade econômica, verifica-se que, R\$ 3,1 bilhões (34,9%) correspondem ao segmento de Alimentos e Bebidas e R\$ 1,9 bilhões (22,1%) à atividade de Mineração e Beneficiamento. Juntas, totalizam 57,1% das intenções de investimentos e 31,3% dos projetos anunciados.

O expressivo montante de investimentos previstos na atividade de Alimentos e Bebidas se

deve à importância deste segmento na economia goiana, destaque para a fabricação de açúcar e álcool etílico, abate e preparação de produtos de carne, fabricação de óleos vegetais e derivados e laticínios. As indústrias alimentícias identificam vantagens competitivas na região dos cerrados considerando como atrativo grande disponibilidade de grãos, concentração de rebanho bovino e produção de leite, além da privilegiada posição geográfica do estado de Goiás.

No que se refere à atividade Mineral e Beneficiamento, há uma busca por minerais como níquel, ouro, cobre, fosfato e outras substâncias em Goiás. As empresas ligadas a grandes grupos internacionais têm interesse de explorar a mineração para atender a grande demanda do mercado mundial, sobretudo a Ásia.

Do total de investimentos previstos no estado, 34,9% (R\$ 3,0 bilhões) estão localizados na Região de Planejamento Centro Goiano, com destaque para o município de Anápolis. Outras três regiões que apresentaram concentração na intenção de investimentos foram Sudoeste Goiano (16,6%), Metropolitana (13,9%) e Entorno de Brasília (10,4%). As demais regiões totalizaram 24,2% do montante previsto.



Tabela 1
Intenção de Investimentos para Goiás
Montante de Investimentos e Quantidade de
Projetos por Atividades - 2005 - 2008

Atividades	Montante (R\$ 1.000)	Projetos
Alimentos e Bebidas	3.042.798	183
Atividade Mineral e beneficiamento	1.930.288	33
Outras atividades industriais	975.446	111
Metal-Mecânico	858.073	50
Químico/Farmacêutico	576.722	69
Plásticos/Embalagens	386.749	29
Serviços	296.642	44
Comércio Atacadista e Varejista	285.723	80
Calçados/Textil/Confeccões	150.825	56
Insumos Agropecuários	135.722	19
Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	77.299	16
Total	8.716.288	690

Fonte: Goiás Fomento/SIC/SEFAZ/Seplan-GO/FCO/Jornais Diversos
 Elaboração: Sepin/Seplan-GO
 Dados Preliminares sujeitos a retificação. Coletados até 31/03/2005

Tabela 2
Intenção de Investimentos para Goiás
Montante de Investimentos e Quantidade de
Projetos por Região de Planejamento - 2005 - 2008

Região de Planejamento	Montante (R\$ 1.000)	Projetos
Centro Goiano	3.038.233	130
Sudoeste Goiano	1.443.773	60
Metropolitana de Goiânia	1.215.571	311
Entorno de Brasília	909.639	37
Oeste Goiano	591.463	38
Sul Goiano	579.638	43
Norte Goiano	439.455	24
Sudeste Goiano	423.040	37
Nordeste Goiano	58.864	4
Noroeste Goiano	16.612	6
Total	8.716.288	690

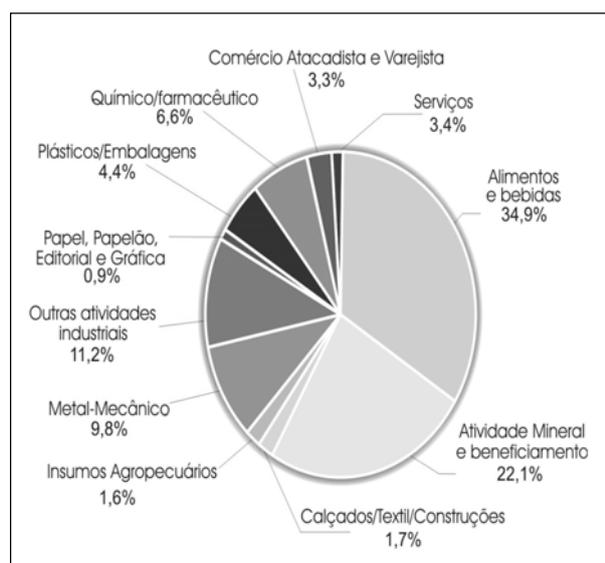
Fonte: Goiás Fomento/SIC/SEFAZ/Seplan-GO/FCO/Jornais Diversos
 Elaboração: Sepin/Seplan-GO
 Dados Preliminares sujeitos a retificação. Coletados até 31/03/2005

Metodologia da Pesquisa de Intenção de Investimentos no Estado de Goiás

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação da Seplan para levantar as intenções de investimentos no estado de Goiás consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados nos setores industriais e de serviços, divulgadas pelos principais meios de comunicação. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, O Popular, Diário da Manhã e Valor Econômico. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria e Comércio, através dos projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos do programa PRODUIR e FUNMINERAL; ao Fundo Constitucional do Centro-Oeste, através da aprovação das cartas consultas; à Goiás Fomento e à Secretaria da Fazenda.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas e expandidas no Estado, verifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados são apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos por atividade, por Região de Planejamento e quantitativo de projetos e emprego gerado. Os valores dos investimentos previstos são expressos em reais.

Gráfico 1
Intenção de Investimentos para Goiás - 2005 / 2008
Participação dos Investimentos por Atividades



Fonte: Goiás Fomento/SIC/SEFAZ/Seplan-GO/FCO/Jornais Diversos
 Elaboração: Sepin/Seplan-GO
 Dados Preliminares sujeitos a retificação. Coletados até 31/03/2005



DOBRE AQUI



CARTA-RESPOSTA

NÃO É NECESSÁRIO SELAR

Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento - SEPLAN

RECORTE AQUI

74003-999 - GOIÂNIA - GO

SEPIN

Pesquisa de Satisfação

Estamos realizando uma pesquisa entre os leitores do Boletim **CONJUNTURA ECONÔMICA GOIANA** com o propósito de conhecer suas opiniões, e com isso torná-lo ainda mais adequado aos seus interesses e necessidades.

1 - Como você avalia o seu grau de interesse nos assuntos tratados pelo boletim para sua atividade?

- Tem muito interesse Tem pouco interesse
 Tem algum interesse Não tem interesse

2 - Os temas abordados tem colaborado para sua compreensão da economia goiana?

- Sim Não

3 - De que temas de seu interesse acha que deveríamos tratar nos próximos boletins?

4 - Que palavra você usaria para descrever o boletim Conjuntura Econômica Goiana?

5 - De forma mais específica, como avalia o boletim quanto a:

	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
Variedade dos artigos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Confiabilidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adequação ao interesse do leitor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Auxílio na tomada de decisões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Atualização e informação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Profundidade dos temas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tratamento gráfico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Periodicidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Cadastro

Nome: _____

E-mail: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Formação: _____

Área de Atuação: Pública Privada

Normas para publicação de artigos

O **Boletim Conjuntura Econômica Goiana**, editado pela Superintendência de Estatística Pesquisa e Informação, da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura econômica de Goiás.

Os artigos são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos:

- Resumo contendo no máximo 10 linhas e palavra-chave;
- Formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 4 páginas, incluindo notas, tabelas, gráficos e referências bibliográficas;
- Identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- Cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à SEPIN, ou cópia magnética enviada para o e-mail: conjuntura@seplan.go.gov.br;
- Tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentadas no corpo do texto;
- Notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- Citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- Referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da SEPLAN.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Envie-nos seu artigo



Sepin
Superintendência de Estatística
Pesquisa e Informação